

A “uberização” e as encruzilhadas do mundo do trabalho

Entrevistados

Andrea Fumagalli

Jamie Woodcock

Ludmila Costhek Abílio

Ricardo Antunes

José Dari Krein

Josué Pereira da Silva

Leia também

- Moysés Pinto Neto
- Frei Carlos Josaphat
- Kathrin Rosenfield
- Guido Liguori

A ‘uberização’ e as encruzilhadas do mundo do trabalho

A Revolução 4.0, a internet das coisas, a inteligência artificial e a impressão 3D já impactam e cada vez mais abalarão os fundamentos da organização do mundo do trabalho na contemporaneidade. Esta grande mutação significará um avanço civilizatório ou radicalizará a barbárie?

A revista **IHU On-Line**, por ocasião do **1º de Maio, Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras**, debate o tema no contexto das discussões que o **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** tem promovido constantemente na sua página eletrônica, nas suas publicações, nos seus eventos, no curso EAD que iniciará proximamente e no ObservaSinos. O debate assume maior urgência e densidade no momento em que o Brasil vive um momento de regressão civilizatória claramente delineada na proposta governamental da reforma previdenciária e da reforma trabalhista, tendo como palavras de ordem flexibilização, precarização e terceirização, que objetivam devastar o campo dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Contribuem com o debate **Andrea Fumagalli**, economista, professor e pesquisador da Universidade de Pavia, na Itália, que explica como a vida, em sua totalidade, transformou-se em uma usina de produção ininterrupta de mais-valia. **Jamie Woodcock**, doutor em Sociologia pela Universidade de Londres, aborda as possibilidades de se pensar um tipo de flexibilização que beneficie os trabalhadores. **Ludmila Costhek Abílio**, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – Cesit, analisa as relações entre trabalho, tecnologia e precarização. O professor **Ricardo Antunes**, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP, analisa como o trabalho se subordinou ao capital financeiro, criando uma morfologia totalmente nova e marcada pelo retrocesso. **José Dari Krein**, doutor em Economia Social e do Trabalho pela Unicamp, onde atualmente é professor no Cesit, analisa uma das principais questões em jogo no Brasil atual: as terceirizações.

Josué Pereira da Silva, doutor em Sociologia pela New School for Social Research, de Nova York, e professor na Unicamp, discute como as transformações do mundo do trabalho tornaram a renda básica universal uma política

necessária. “A renda básica universal, enquanto política social, pode beneficiar principalmente a população em condições de pobreza, mas pode beneficiar também os trabalhadores que aparentemente não precisam de uma renda desse tipo”, pondera.

Um exemplo dramático da barbárie brasileira é a situação de marginalização, exclusão e morte a que são submetidos os povos indígenas. Não por nada, *Martírio* é o título do importante e imprescindível documentário de Vincent Carelli que precisa ser visto e ampla e exaustivamente debatido. **Fernando Del Corona**, crítico de cinema, comenta o filme nesta edição.

Por ocasião dos 50 anos da encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI, de amplo impacto, especialmente na América Latina, republicamos a entrevista com **Carlos Josaphat**, frade dominicano, sob o sugestivo título *Encíclica da Ressurreição*.

Também podem ser conferidas as entrevistas com **Moisés Pinto Neto**, mestre em Direito e doutor em Filosofia, propondo transformar “os muros do condomínio esquerdista em pontes de diálogo pragmático com a maioria inconformada com o mundo como está”, com **Kathrin Rosenfield**, professora e pesquisadora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que descreve a importância e o legado da literatura de Guimarães Rosa, com **Guido Liguori**, autor do recém publicado *Dicionário Gramsciano*, e o artigo *A guerra e o uso do poder militar no sub-complexo de segurança do Levante no Pós-11 de setembro*, de **Carla A. R. Holand Mello**.

A todas e a todos, uma boa leitura e uma excelente semana.



Foto: Jenn Calder
Flickr Creative Commons

Sumário

- 4 ■ **Temas em destaque**
- 6 ■ **Agenda**
- 8 ■ **Tema de Capa | Andrea Fumagalli:** A nova relação capital-trabalho ainda mais submersa na subjetividade
- 16 ■ **Tema de Capa | Jamie Woodcock:** Contra o eufemismo reducionista, a luta por uma flexibilização justa
- 20 ■ **Tema de Capa | Ludmila Costhek Abílio:** Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia
- 28 ■ **Tema de Capa | Ricardo Antunes:** O desejo de retorno do mundo do trabalho à escravidão
- 33 ■ **Tema de Capa | José Dari Krein:** A predominância do trabalho como labor, não como opus, na era da terceirização
- 40 ■ **Tema de Capa | Josué Pereira da Silva:** Uma renda básica como política social para melhorar a vida de todos
- 46 ■ **Moysés Pinto Neto:** Muros do condomínio esquerdista transformados em pontes de diálogo pragmático
- 54 ■ **Frei Carlos Josaphat:** Populorum progressio, a Encíclica da Ressurreição
- 59 ■ **Cinema | Fernando del Corona:** Um martírio brasileiro
- 62 ■ **Kathrin Rosenfield:** Leitura de Guimarães Rosa ensina a viver sentindo e dando sentido à vida
- 70 ■ **Guido Liguori:** Uma volta a Gramsci para pensar na política de nosso tempo
- 73 ■ **Crítica Internacional | Carla A. R. Holand Mello:** A guerra e o uso do poder militar no subcomplexo de segurança do Levante no Pós-11 de setembro
- 76 ■ **Publicações | Vinícius Nicastro Honesko:** Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: Quais as nossas cidades?
- 77 ■ **Publicações | Amos Yong:** Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política
- 79 ■ **Outras edições**

IHU ON-LINE
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no site www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação
Inácio Neutzling
(inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU
Ricardo Machado - MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Jornalistas
João Flores da Cunha - MTB 18.241/RS
(joaoflores@unisinos.br)

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi - MTB 7.466/RS
(vnecchi@unisinos.br)

Revisão
Carla Bigliardi

Projeto Gráfico
Ricardo Machado

Editoração
Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do site
Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Luísa Boéssio e William Gonçalves.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider
(jacintos@unisinos.br)

Entrevistas completas em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Política brasileira está na contramão do antropoceno



“Recentemente, no governo Dilma, a implantação de um modelo de desenvolvimento baseado na expansão do mercado interno e no consumo de massas, demonstrou a opção pelo modelo hegemônico adotado nos países mais avançados, com todos os seus problemas ambientais e sociais”.

Liz-Rejane Issberner, economista e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT

A ascensão do pentecostalismo: da religião à política



“O pentecostalismo cresce ao mesmo tempo na base social e em espaços de poder, como mídia e cargos eletivos nacionais, estaduais e municipais. Sendo assim, ganham muita visibilidade, embora, em termos percentuais, sejam minoritários em relação aos católicos”.

Christina Vital Cunha, professora do Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense.

Valores da periferia estão mais próximos do anarquismo do que do liberalismo



“Não está muito claro que os valores identificados se associam, necessariamente, ao liberalismo. Eles podem, inclusive, ser uma nova forma de manifestação do anarquismo, que foi importante, por exemplo, no Brasil, no final do século XIX e no início do século XX”.

Marcio Pochmann, economista e doutor em Ciência Econômica.

A perda de capilaridade social e a desafeição dos católicos. Desafios da Igreja no Brasil em tempos de Papa Francisco



“Nos dois primeiros anos do pontificado de Francisco, a maior parte da Igreja (pelo menos no Brasil) apenas fez de conta que estava em sintonia com ele, porque sua linha pastoral continuou a mesma de outros tempos”.

Pedro Ribeiro de Oliveira, doutor em Sociologia.

A esquerda pós-PT: “Chega uma hora em que a realidade precisa vencer o medo”.



“A esquerda ‘pós-PT’, num sentido fundamental, não expressa um desejo ou projeto – apenas descreve um fato futuro que tende a se realizar. A questão, claro, é que forma isto terá e até onde será capaz de chegar”.

Rodrigo Guimarães Nunes, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio.



Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Quando a esquerda é o problema

“A esquerda realmente existente se converteu em um obstáculo para que as maiores se tornem responsáveis por suas vidas. A polarização direita-esquerda é falsa, não explica quase nada do que vem acontecendo no mundo. Mas, o pior é que a esquerda se tornou proporcional à direita em um ponto chave: a obsessão pelo poder”.

O artigo é do jornalista e analista político uruguaio Raúl Zibechi, publicado por Rebelión, 17-4-2017, e reproduzido no sítio do IHU.

O Ocidente, já sem religião, gera bombas

Ainda há religião? A irrelevância social da fé nos países com os mais altos padrões de vida é também uma questão civil? Assim responde Vito Mancuso, teólogo: “Esta tarde [na Sexta-Feira Santa], às três horas, comemora-se a morte de Cristo. Antigamente, tocavam-se os sinos, despiam-se os altares. É o dia do jejum. Hoje, você sente uma mudança na vida cotidiana? Tudo é como sempre”.

Entrevista com o teólogo Vito Mancuso, publicada por Il Fatto Quotidiano, 15-4-2017, e reproduzida no sítio do IHU.

Reforma trabalhista: a formiga virou elefante

A reforma trabalhista está na agenda do Congresso Nacional a partir de proposta encaminhada, em dezembro de 2016, pelo governo do presidente Michel Temer. A proposta do governo promove a desregulação do trabalho, com a oferta de amparo legal a inúmeras práticas empresariais hoje proibidas na lei, impedidas pela interpretação da justiça ou dificultadas pela ação sindical.

Clemente Ganz Lúcio, sociólogo, diretor técnico do Dieese, em artigo publicado por Brasil Debate, reproduzido no sítio IHU.

5

Temer tenta minimizar efeitos de carta de papa Francisco

O presidente Temer e aliados tentaram minimizar os efeitos da carta que o papa Francisco enviou a Brasília negando um convite de visitar o Brasil e pedindo que o governo dê mais atenção “aos pobres”. Fontes do Palácio do Planalto negaram que a recusa do pontífice ao convite seja um sinal de desaprovação ao governo brasileiro e garantiram que já tinham sido informados de que o Papa não viria ao país em outubro.

A informação foi publicada por O Povo, reproduzida no sítio IHU.

Lula, marionete, fetiche e quixote da Odebrecht

Causa um certo desconforto observar como o império Odebrecht usou Lula com sua auréola de ex-presidente mítico para convertê-lo em um logotipo de suas obras. Dá melancolia conhecer hoje a farsa das conferências que o grupo organizava para Lula pelo mundo para que lhes conseguisse obras e financiamento fáceis.

Comentário é de Juan Arias, jornalista, publicado por El País, reproduzido no sítio IHU.

Por uma Previdência Social justa e ética

A PEC 287 vai na direção oposta à necessária retomada do crescimento econômico e da geração de empregos, na medida em que agrava a desigualdade social e provoca forte impacto negativo nas economias dos milhares de pequenos municípios do Brasil. É necessário que a sociedade brasileira esteja atenta às ameaças de retrocesso.

CNBB, OAB e COFECON, em nota publicada, reproduzida no sítio IHU.

Programação completa em ihu.unisinos.br/eventos

A desidentificação da esquerda como possibilidades na política brasileira contemporânea

24/abr

Horário
19h30min às 22h

Palestrante
Prof. Dr. Moyses Pinto Neto – ULBRA

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

EAD – Ciclo de estudos Os Biomas Brasileiros e a Teia da Vida

24/abr a 5/mai

Horário
19h30min às 22h

Semana 1 de 7
Bioma Pampa

Semana 2 de 7
Bioma Pantanal

Impactos da reestruturação produtiva no contexto pós-industrial. Limites e possibilidades

27/abr

Horário
17h30min às 19h

Palestrante
Prof. Dr. Cesar Sanson – UFRN

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

6

A escalada da violência diante dos avanços econômico-sociais na (re)produção das metrópoles

27/abr

Horário
19h30min às 22h

Palestrante
Prof. Dr. Luis Flávio Saporì – PUC-Minas

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

EAD – A crise da sociedade salarial: que trabalho para que sociedade

1/mai a 2/jun

Mais informações em <http://bit.ly/2pXcGNe>

As sociabilidades virtuais glocalizadas na Metrópole. Experiências da periferia de Recife

3/mai

Horário
19h30min às 22h

Palestrante
Prof. Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes – UFPE

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo



VI COLÓQUIO INTERNACIONAL IHU.
Política, Economia, Teologia. Contribuições da obra de Giorgio Agamben

23 e 24 de maio de 2017



Videoconferência:
**Amazônia – interações
 entre as florestas
 e atmosfera e sua
 importância para o clima**

4/mai

Horário
 19h30min às 22h

Palestrante
 Prof. Dr. Carlos Afonso
 Nobre – INPE

Local
 Sala Ignacio Ellacuría e
 Companheiros – IHU
 Campus Unisinos
 São Leopoldo

**O cerrado brasileiro:
 berço das águas e
 celeiro do mundo**

8/mai

Horário
 19h30min às 22h

Palestrante
 Prof. Dr. José Felipe Ribe-
 ro – UnB

Local
 Sala Ignacio Ellacuría e
 Companheiros – IHU
 Campus Unisinos
 São Leopoldo

**Saúde e as políticas
 públicas para
 adolescência**

9/mai

Horário
 14h às 17h

Palestrante
 Profa. Dra. Rosângela Bar-
 biani – UNISINOS

Local
 Sala Ignacio Ellacuría e
 Companheiros – IHU
 Campus Unisinos
 São Leopoldo

14ª Páscoa IHU

OS BIOMAS BRASILEIROS E A TEIA DA VIDA

09 de março a 15 de junho de 2017

Conferencistas confirmados:

Prof. Dr. Marcelo Dutra da Silva – FURG

Demétrio de Freitas Xavier – FM Cultura e TVE Piratini, Porto Alegre/RS

Prof. Dr. Pierre Girard – UFMT

Cláudio Ângelo – Observatório do Clima

Prof. Dr. José Felipe Ribeiro – UnB

Prof. Dr. Altair Sales Barbosa – PUC Goiás

MS Rodrigo Castro – Aliança da Caatinga
 e a Associação Caatinga

Prof. Dr. José Roque Junges – UNISINOS

ihu.unisinos.br



A nova relação capital-trabalho ainda mais submersa na subjetividade

Ricardo Machado | Tradução: Moisés Sbardelotto

8

Para Andrea Fumagalli, as transformações no mundo do trabalho levam à reformulação das formas de remuneração, em que o salário perde eficácia

Na encruzilhada do tempo presente, o mundo do trabalho encontra um dos seus grandes desafios justamente quando a forma trabalho-salário parece chegar ao seu limite. “A crise do trabalho assalariado, contudo, não abre perspectivas de superação da condição laboral; ao contrário, fragmenta-a e deprime-a ainda mais. É sintomático, a esse respeito, a atual tendência à anulação da remuneração monetária de um número crescente de desempenhos laborais diretamente produtivos e não assimiláveis ao arquipélago do trabalho voluntário e ‘livre’ (*free*)”, pondera o economista, professor e pesquisador **Andrea Fumagalli**, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “A difusão do trabalho não pago (*unpaid*) não implica que não exista mais remuneração ou que haja um furto de salário (um salário roubado), mas sim uma nova forma de remuneração que não é definida pela forma ‘salário’. Assistimos, assim, a novas modalidades de remuneração do trabalho, caracterizadas por elementos cada vez mais simbólicos, relacionais e imateriais”, complementa.

No fundo, o que está em jogo não é a oposição entre humano e máquina, mas

as implicações de sua simbiose. “Tais dinâmicas levam a reconsiderar o conceito de recomposição técnica do trabalho, sobretudo dentro de um processo que se move na direção da superação da dicotomia humano-máquina”, sustenta Fumagalli. “Tal tendência significa que desaparece a relação capital-trabalho? Somos de uma opinião totalmente diferente. O que está acontecendo, como sempre acontece ao longo da mudança do paradigma tecnológico dominante, é uma nova configuração de tal relação, em que o elemento material e, conseqüentemente, a sua medida em termos de remuneração monetária perdem eficácia em benefício de uma nova relação capital-trabalho, ainda mais embebido de elementos subjetivos do que anteriormente”, explica.

Andrea Fumagalli é doutor em Economia Política pela Università Bocconi e Università Cattolica di Milano, Milão, graduado em Economia e Ciências Sociais pela mesma instituição e posteriormente desenvolveu atividades de pesquisa em parceria com École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, e na New School for Social Research (Nova York). Professor no Departamento de Economia Política e Método Quantitativo da Faculdade de Economia e Comércio da Università di Pavia, Itália.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais foram as principais mudanças no capitalismo após o movimento de globalização e como ele reorganizou os modos de produção em escala global?

Andrea Fumagalli – Um dos efeitos da crise que surgiu dos *subprimes*¹ foi evidenciar a instabilidade

de estrutural do novo capitalismo, entre financeirização e globalização. Não que essa instabilidade não fos-

¹ **Subprime** (do inglês subprime loan ou subprime mortgage): é um crédito de risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes

para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa (prime rate). (Nota da **IHU On-Line**)

“A crise do trabalho assalariado, contudo, não abre perspectivas de superação da condição laboral, ao contrário, fragmenta-a e deprime-a ainda mais”

se conhecida por alguns estudiosos, especialmente alheios ao âmbito do *mainstream* econômico e burguês, mas pelo menos esse divisor de águas tornou evidente e generalizada tal consciência. No entanto, o que ainda devia ser investigado era em que direção ou direções tal instabilidade levaria nos anos seguintes. A esse respeito, podemos identificar três linhas de tendência.

O primeiro ponto diz respeito à natureza do processo de acumulação e a consequente valorização que se seguiu, depois do colapso financeiro e dos Produtos Internos Brutos – PIBs no biênio 2008-2009. A crise dos *subprimes*² pode ser lida como o resultado de um descolamento entre um processo de exploração de uma atividade laboral ainda interna a uma governança do mercado de trabalho (que previa a existência de uma remuneração cada vez mais precária e comprimida) e um processo de valorização financeira de uma estrutura de propriedade privada que se queria cada vez mais difundida, embora cada vez mais empobrecida.

Os lucros das grandes empresas multinacionais apenas em parte derivam diretamente da exploração direta do trabalho e, se isso ocorria, tratava-se da exploração de algumas partes de todo o ciclo de subfornecimento e de produção, em particular os nós não diretamente envolvidos no *core* produtivo e tecnológico. Apesar do aumento da intensidade de tal

exploração (precarização elevada, redução dos direitos anteriormente adquiridos no apogeu das lutas na fase alta do fordismo, decomposição do trabalho, incapacidade e muitas vezes convivência dos sindicatos), tal base de extração da mais-valia não era mais suficiente diante da extensão da concorrência global e da redefinição da estrutura geoeconômica em escala mundial, com a emergência de novas potências econômicas capitalistas. A valorização capitalista necessitava, assim, de novas fontes. A financeirização, de um lado, e a aceleração da mercantilização do território e da natureza e a privatização dos seus bens, de outro, podiam fornecer uma resposta adequada, que se revelou, porém, insuficiente.

Daí a exigência de inserir no processo de financeirização, de modo cada vez mais difuso, a vida dos indivíduos mediante o devir-renda de porções crescentes do salário (principalmente o diferido, graças ao desmantelamento do sistema de *welfare* na Europa ou a sua extensão em termos financeiros, como ocorreu com a reforma da saúde de Obama³ nos Estados Unidos e como está acontecendo hoje na América Latina).

A cartolarização financeira das condições de vida mediante o desenvolvimento dos derivados (das casas aos direitos de propriedade intelectual, aos seguros de saúde, de previdência, de educação etc.)

devia, de algum modo, compensar a possível crise de realização devinda ao incremento da concentração das rendas, como resultado de um processo de exploração do trabalho que tinha chegado a limites não mais superáveis.

A crise financeira do capitalismo cognitivo abre o caminho para o capitalismo biocognitivo⁴. O prefixo bio, nesse caso, é resolutivo. Ele indica que a acumulação capitalista atual sempre se identifica com a exploração da vida na sua essência, indo além da exploração do trabalho produtivo certificado como tal e, portanto, remunerado. O valor-trabalho deixa cada vez mais espaço para o valor-vida⁵. Trata-se de um processo, ao mesmo tempo, extensivo e intensivo.

Extensivo, porque a vida inteira, nas suas singularidades, torna-se objeto de exploração, até mesmo na sua simples cotidianidade. Novas produções ganham vida. A re/produção social⁶, desde sempre operante na história da humanidade, torna-se diretamente produtiva, mas apenas parcialmente assalariada [*salarizzata*]; a gênese da vida (a procriação) transforma-se em *business*; o tempo livre é encaixotado, assim como as relações de amizade e

² **Crise do subprime:** crise financeira desencadeada a partir de 2006, em decorrência da quebra de instituições de crédito dos Estados Unidos. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Barack Obama [Barack Hussein Obama II]** (1961): advogado e político estadunidense. Foi o 44º presidente dos Estados Unidos, tendo governado o país entre 2009 e 2017. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ Andrea Fumagalli, “Twenty Theses on Contemporary Capitalism (Bio-Cognitive Capitalism)”, *Angelaki*, vol. 16, 2011, p. 7-17. (Nota do entrevistado)

⁵ Andrea Fumagalli, Cristina Morini, “Life put to work: towards a theory of life-value”, *Ephemerá*, vol. 10, p. 234-252. (Nota do entrevistado)

⁶ Cristina Morini, “Social re production as a paradigm of the common Reproduction antagonism, production crisis”, in Garcia Agustín Oscar, Ydesen Christian (eds.), *Post-Crisis Perspectives: The Common and its Powers*, Peter Lang, New York, pp. 83-98. (Nota do entrevistado)

sentimentais, dentro de trilhos e de dispositivos que, graças às tecnologias algorítmicas, permitem a extração de mais-valia (valor de rede); os processos de aprendizagem e de formação são inseridos nas estratégias de marketing e de valorização do capital; o corpo humano, nos seus componentes físicos assim como cerebrais, torna-se a matéria-prima para a produção e a programação da saúde e do prolongamento da vida, graças às novas técnicas biomédicas.

Intensivo, porque tais processos são acompanhados por novas modalidades técnicas e organizacionais. A vida posta em produção e, portanto, em valor se manifesta, em primeiro lugar, como empreendimento de relações humanas e sociais. A cooperação social, entendida como conjunto de relações humanas mais ou menos hierárquicas, torna-se a base da acumulação capitalista.

O debate recente, especialmente no âmbito do marxismo autônomo, identificou no *comum* o novo método de produção⁷. Trata-se de um aspecto relevante para entender tanto as formas da organização da produção e da empresa quanto do trabalho. Aqui nos limitamos a enfatizar como é importante não confundir o conceito de *comum* com o dos *bens comuns*. E como a produção do *comum* (expressão de Antonio Negri⁸) representa uma nova modalidade do processo de subsunção, que definimos como *vital* e que vai além da tradicional dicotomia entre subsunção formal e real, de memória marxiana. O *comum* como método de produção, como forma de produção, não pode ser ontologicamente dado (como, ao contrário, defende Anto-

nio Negri), pois é fruto do agir dos processos históricos. Certamente, é plausível afirmar que os seres humanos vivem em “bando”, ou seja, em comunidade, e não individualmente, e que, portanto, o desenvolvimento de relações sociais é intrínseco ao agir humano.

O segundo ponto diz respeito à constatação de que o capitalismo biocognitivo é acompanhado por uma aceleração do progresso tecnológico. É ainda prematuro para afirmar se um novo paradigma tecnológico está às portas, mas estamos assistindo a alguns sinais que podem confirmar essa hipótese. O que emerge é um progredir de hibridação entre máquina e humano em uma direção que vê, ao mesmo tempo, experimentações de formas de automação completa voltada à substituição do ser humano em algumas das suas funções relevantes, por um lado, e enxertos maquínicos no corpo humano, por outro. Os setores da inteligência artificial, as biotecnologias, as nanotecnologias, a construção de tecidos humanos com a experimentação genética, as neurociências, a indústria da elaboração de massas de dados cada vez mais complexos e individualizados (*big data*) mostram-nos um caminho no qual o devir-humano da máquina se conjuga com o devir-maquínico do humano. Além da dinâmica futura que tais trajetórias vão tomar, mesmo assim rumo à construção de um *pós-humano*^{9,10}, o que nos interessa observar é como a separação entre homem e maquínico desaparece. Não só a relação entre trabalho abs-

trato e trabalho concreto sofre uma torção¹¹, mas também a relação entre capital constante e capital variável, entre trabalho morto e trabalho vivo tende a se modificar cada vez mais até uma nova metamorfose entre capital e trabalho. Tal dinâmica levanta uma série de nós teóricos e empíricos relevantes.

O terceiro ponto diz respeito à investigação da nova composição social do trabalho que derivou daí. Assistimos ao crescimento de uma subjetividade do trabalho plural e diferenciada que torna impossível, de fato, no estado atual dos fatos, a identificação de uma composição social classe homogênea. A coexistência de formas não salariais, de formas de trabalho não pago, de formas de semiescravidão, de formas de envolvimento emotivo-cerebral, de formas heterodirigidas, de formas de trabalho autônomo de terceira geração, de formas de autorrealização e de autoempreendedorismo (por exemplo, os *makers*) tornam dificilmente codificável tanto a composição técnica quanto política do trabalho, admitindo-se que essas duas expressões ainda tenham sentido.

A crise do trabalho assalariado, contudo, não abre perspectivas de superação da condição laboral, ao contrário, fragmenta-a e deprime-a ainda mais. É sintomático, a esse respeito, a atual tendência à anulação da remuneração monetária de um número crescente de desempenhos laborais diretamente produtivos e não assimiláveis ao arquipélago do trabalho voluntário e “livre” (*free*). A difusão do trabalho não pago (*unpaid*) não implica que não exista mais remuneração ou que haja um furto de salário (um salário roubado), mas sim uma nova forma de remuneração que não é definida pela forma “salário”. Assistimos, assim, a novas modalidades de remuneração do trabalho, caracterizadas

7 Antonio Negri, *Il comune come modo di produzione*, <http://www.euronomade.info/?p=7331>, junho 2016. (Nota do entrevistado)

8 Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt – sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da *IHU On-Line*, de 29-11-2004. O último livro da “trilogia” entre os dois autores, *Commonwealth* (USA: First Harvard University Press paperback, 2011), ainda não foi publicado em português. (Nota da *IHU On-Line*)

9 O debate sobre o pós-humano já iniciou há algumas décadas. Inicialmente, ele analisou a evolução da relação ser humano, natureza e tecnologia (ver Robert Pepperell, *The Posthuman Condition: Consciousness Beyond The Brain*, Intellect Books, Portland, Usa, 1995; e Robert Pepperell, Michael Punt, *The Postdigital Membrane: Imagination, Technology and Desire*, Intellect Books, Portland, Usa, 2003); depois, de modo mais direto, sobre o processo de transformação do ser humano (ver Rosi Braidotti, *Il Postumano. La vita oltre l'individuo, oltre la specie, oltre la morte*, Derive Approdi, Roma, 2014). (Nota do entrevistado)

10 **Pós-humano**: sobre o tema, confira a edição 200 da Revista *IHU On-Line*, intitulada *O pós-humano. Limites e possibilidades do pós-humanismo*, publicada em 16-10-2006, disponível em <http://bit.ly/rLMs4u>. Confira, ainda, a obra *Uma sociedade pós-humana. Possibilidades e limites das nanotecnologias* (São Leopoldo: Unisinos, 2009), organizada por Inácio Neutzing e Paulo Fernando Carneiro de Andrade. (Nota da *IHU On-Line*)

11 Andrea Fumagalli, *Bioeconomia e capitalismo cognitivo. Verso un nuovo paradigma di accumulazione*, Carocci, Roma, 2007; em particular o parágrafo 8.3.2 “Il nesso tra lavoro astratto e lavoro concreto, ovvero l'alienazione cerebrale”, pp. 193-196 [trad. espanhola: *Bioeconomia y capitalismo cognitivo. Hacia un nuevo paradigma de acumulación*, Traficantes de Suenos, Madrid, 2010]. (Nota do entrevistado)

por elementos cada vez mais simbólicos, relacionais e imateriais.

Tais dinâmicas levam a reconsiderar o conceito de recomposição técnica do trabalho, sobretudo dentro de um processo que se move na direção da superação da dicotomia humano-máquina. Tal tendência significa que desaparece a relação capital-trabalho? Somos de uma opinião totalmente diferente. O que está acontecendo, como sempre acontece ao longo da mudança do paradigma tecnológico dominante, é uma nova configuração de tal relação, em que o elemento material e, consequentemente, a sua medida em termos de remuneração monetária perdem eficácia em benefício de uma nova relação capital-trabalho, ainda mais embebido de elementos subjetivos do que anteriormente.

A atual valorização capitalista se fundamenta cada vez mais na produção de subjetividade. O capital fixo se hibrida com o capital variável, o trabalho morto com o vivo, e vice-versa. O desafio que temos pela frente não é apenas a reapropriação do próprio capital fixo, mas também, e talvez acima de tudo, a capacidade de autogestão do próprio capital variável.

IHU On-Line – Como o “conhecimento” se tornou um objeto central para a produção de mais valia?

Andrea Fumagalli – O conhecimento, em sentido lato, torna-se fonte direta de produção de mais-valia, essencialmente como resultado de dois processos que marcam a saída da crise do paradigma fordista no início dos anos 1970. O primeiro tem a ver com a passagem das tecnologias tayloristas – rígidas, mecânicas, repetitivas, estáticas – às tecnologias linguístico-digitais – flexíveis, comunicativas, com uma elevada taxa de cumulatividade, dinâmicas. O ingresso da linguagem na produção necessita de uma força de trabalho dotada de saberes e competências (*know-how*), dando vida, assim, a uma nova divisão do

trabalho: a cognitiva.

Em segundo lugar, como resultado das mudanças tecnológicas, a organização do trabalho se modifica. A partir de uma estrutura vertical, tende a se transformar em estrutura horizontal, rizomática, sem que, no entanto, desapareça o papel do comando do capital sobre o trabalho. As capacidades relacionais desempenham o papel nevrálgico de pôr em circulação o conhecimento dentro de uma estrutura hierárquica que se apoia em novos dispositivos de controle não mais diretos e disciplinares, mas cada vez mais indiretos e sociais. A cooperação social necessária à exploração do conhecimento, assim, deve se conjugar com o individualismo e a fragmentação do trabalho para permitir a sua expropriação.

O conhecimento é uma mercadoria que pode assumir diversos papéis, de acordo como é definido. A esse respeito, podemos distinguir, em princípio, três graus (níveis) de conhecimento, sobre os quais se baseia a atual divisão cognitiva do trabalho:

1. a *informação*, ou seja, a produção de dados formatados e estruturados capazes de serem duplicados mecânica e serialmente;
2. o *saber*, ou seja, a possibilidade de produzir aprendizagem, tanto em termos operacionais (“saber-fazer”) quanto de capacidades de enfrentar problemas específicos. Ele é também uma atitude a “saber ser”, “saber viver” etc. (*know-how*);
3. o *conhecimento sistêmico* (*bioconhecimento*), ou seja, a compreensão em nível sistêmico, produtora de uma capacidade cognitiva que permite gerar novos conhecimentos (*know-that*).

Há uma interdependência funcional entre esses três níveis. O *conhecimento sistêmico* coloca-se em um nível superior, e, por ele, entende-se uma capacidade de abstração capaz de gerar uma visão, justamente, sistêmica, não codificável em procedimentos-padrão. O que entendemos por conhecimento sistêmico é essencialmente *conhecimento tácito*, ou seja, conhecimento que é fruto de um processo de aprendizagem e de aculturação pessoal e social, não separável nem expropriável de quem o possui. O *saber* é entendido, nessa acepção, como forma de conhecimento mais especializado, a meio caminho entre aprendizagem operacional, transmissível via linguagem mediante procedimentos codificados, e desenvolvimento de noções comportamentais que se origina de condutas sociais de tipo imitativo (aprendizagem mimética). A *informação*, em vez disso, coloca-se no nível inferior: é expressão de um saber que não tem valor em si mesmo, mas que é necessário para se chegar a uma forma de saber codificado.

“A crise financeira do capitalismo cognitivo abre o caminho para o capitalismo biocognitivo”

IHU On-Line – A partir desse fenômeno, como se caracterizam as novas escalas econômicas de crescimento de produtividade divididas em economias aprendentes e economias em rede?

Andrea Fumagalli – As economias de aprendizagem (*learning economies*) e as economias de rede (*network economies*) representam os dois principais fatores de cresci-

mento da produtividade e, portanto, definem as novas formas da exploração no capitalismo cognitivo e, hoje, biocognitivo. As economias de aprendizagem geram conhecimento, via *cumulatividade*, a partir de conhecimentos tácitos a conhecimentos codificados. As economias de rede os difundem através da *replicabilidade*. Se a capacidade cumulativa dos processos de aprendizagem das tecnologias linguístico-comunicativas é um elemento nevrálgico e estratégico, é sobre a sua difusão que se definem hoje as hierarquias proprietárias. Aprendizagem e rede, de fato, estão em contradição entre si. Quanto maior é a capacidade de difusão tecnológica, maior é o húmus a partir do qual, em nível sistêmico, o *general intellect* pode obter sua seiva. Mas, em uma realidade capitalista privada, o conhecimento, embora seja, por definição, uma mercadoria não escassa, mas abundante (quanto mais se troca, de fato, mais se difunde), é submetido a *enclosures* (cercas) que limitam tal difusão (os direitos de propriedade intelectual) para poder permitir que os proprietários lucrem a máxima mais-valia. Mas, quanto mais o conhecimento é cercado por patentes e pelos *copyrights*, menor é a sua capacidade de gerar cumulativamente novo conhecimento. Aqui está a contradição e a crise do capitalismo cognitivo, que incide negativamente sobre a máxima exploração das economias de aprendizagem e de rede.

IHU On-Line – Em seus estudos o senhor afirma que o capitalismo biocognitivo é a expressão que define o capitalismo contemporâneo. De que forma podemos caracterizá-lo?

Andrea Fumagalli – Por capitalismo biocognitivo, entende-se aquele sistema de acumulação de tipo capitalista (ou seja, fundamentado na propriedade privada e na relação de exploração capital-trabalho), cuja fonte de valor não se baseia mais apenas no tempo de trabalho certificado como produtivo, mas em todo o tempo de vida. É a vida mesma, na

sua cotidianidade e na sua plenitude, que é fonte de valorização. Isso pode acontecer de modo direto ou indireto e com intensidade diferente. A atividade laboral, especialmente quando a produção é tendencialmente imaterial, caracteriza-se por um aumento da intensidade, graças ao desenvolvimento e à difusão das tecnologias digitais que reduzem o tempo de trabalho para a coleta e a elaboração de dados e das capacidades relacionais. As práticas de aprendizagem e de relação tendem a ser cada vez mais organizadas como “adestramento” heterodirigido com o fim de incrementar a sua produtividade. Simultaneamente, a acumulação capitalista estende o seu raio de ação até englobar aquelas atividades da vida (do consumo à arte, ao cuidado, à re/produção social, ao tempo livre), que, até pouco tempo atrás, eram consideradas improdutivas, criando as premissas para uma nova forma de acumulação primitiva.

“O valor-trabalho deixa cada vez mais espaço para o valor-vida”

IHU On-Line – Como a ideia de “subsunção” ajuda a explicar o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo? As distinções entre *labor* (trabalho produtivo), *opus* (trabalho artístico e cultural) e *otium* (atividades de lazer) ainda fazem sentido?

Andrea Fumagalli – O conceito de subsunção em Marx¹² indica as

¹² **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos **Cader-nos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, que tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU**

modalidades de subalternidade do trabalho ao capital. Portanto, é prope-dêutico à análise das formas de exploração do trabalho. Tal relação de exploração capitalista é descrita por Marx com duas formas de subsunção diferentes: “formal” e “real”, resultado da evolução histórica do capitalismo e da metamorfose contínua da relação capital-trabalho. Essas duas subsunções remetem a dois conceitos diferentes de mais-valia: absoluta e relativa. De acordo com Marx, à fase da *subsunção formal* do trabalho ao capital, corresponde a *mais-valia absoluta*. À *subsunção real*, corresponde, em vez disso, a *mais-valia relativa*.

A fase histórica da *subsunção formal* corresponde àquele período de capitalismo pré-industrial que chega até o limiar da revolução industrial e o primeiro capitalismo artesanal, nos quais a exploração do trabalho e a sua submissão ao capital implementam-se “com base em um processo laboral a ele pré-existente”¹³. Em tal contexto, a mais-valia deriva da *extensificação* do trabalho através do, mas não só, contínuo prolongamento do horário de trabalho.

Com a passagem para a *subsunção real*, o processo de exploração e de extração da mais-valia passa da fase de *extensificação* para a da *intensificação* do processo laboral. Tal passagem ocorre mediante a sucessão de três tipos de organização. A “cooperação simples” inicial, típica da primeira fase da subsunção formal do pré-capitalismo, abre espaço para o sistema da “manufatura” do fim do século XVIII, na qual o trabalho ainda tem um conteúdo, e o operário utiliza um instrumento próprio, embora de modo cada vez mais exclusivo e em áreas restritas.

On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra de Marx *O Capital*, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da **IHU On-Line**)

¹³ K. Marx, *Il Capitale*, Livro I, capítulo VI inédito, p. 53. (Nota do entrevistado)

É a fase descrita por Adam Smith¹⁴, quando a “cooperação simples” muda de configuração e se transforma em divisão do trabalho com o objetivo de decompor a atividade artesanal em operações diferentes e heterogêneas, cada uma das quais é atribuída de modo permanente a operários individuais. A fase organizacional da “manufatura”, em meados do século XIX, se transforma, depois, no terceiro modelo organizacional, que Marx denomina de “fábrica”, onde desaparece toda especialização, e o operário é forçado pela “máquina” a desempenhar operações monótonas durante todo o arco do dia de trabalho. O operário torna-se, assim, totalmente servo da máquina, reduzindo-se, ele mesmo, a máquina que age sem ter que pensar. E é nessa última transformação que se implementa a passagem para a *subsunção real* do trabalho ao capital. A extração de mais-valia (agora *relativa*) é, assim, determinada pelo incremento da intensificação dos ritmos, ditados pela velocidade da máquina. Tal intensificação (que os economistas chamam de “produtividade do trabalho”) é destinada a abreviar o tempo de trabalho socialmente requerido para a produção de uma mercadoria, de modo a permitir que, no mesmo tempo de trabalho, o volume de *output* seja maior.

Com a passagem para o paradigma do capitalismo biocognitivo, entramos em uma nova fase da *subsunção* do trabalho ao capital, em que, ao mesmo tempo, *subsunção formal* e *subsunção real* tendem a se fundir e a se alimentar reciprocamente.

Falamos de *subsunção formal* do trabalho ao capital no momento em que o desempenho laboral se refere à capacidade relacional e aos pro-

cessos de aprendizagem que o trabalhador individual detém com base na sua experiência de vida, isto é, amadurecidos em um período anterior ao momento da sua utilização para os fins da produção de valor de troca. A aprendizagem e a relação nascem como valor de uso na fonte e, assim como os utensílios e as competências manuais dos artesãos do primeiro período capitalista, são, depois, “salarizados”, *oborto collo*, e formalmente subsumidos na produção de valor de troca.

O processo de valorização, de fato, ocorre explorando as capacidades de aprendizagem, de relação e de (re) produção dos seres humanos que se formam a montante, antes da utilização direta na produção. Trata-se, para todos os efeitos, de uma espécie de acumulação primitiva capaz de pôr ao trabalho e em valor aquelas atividades que, no paradigma fordista-taylorista, eram improdutivas. A *subsunção formal* no capitalismo biocognitivo, portanto, tem como efeito o alargamento da base de acumulação, pondo ao trabalho a atividade de formação, de cuidado, de reprodução, de consumo, de relação social e de tempo livre. Muda o conceito de trabalho: a distinção entre trabalho diretamente produtivo (*labor*), trabalho artístico e cultural (*opus*), atividades de lazer (*jogo e leisure*) desaparece e tende a confluir em tempo de trabalho direta e indiretamente produtivo¹⁵. De fato, assistimos a uma convergência dos diversos tempos de vida (tempo do *labor*, tempo do *opus*, tempo do *otium*, tempo do *jogo*) ao *labor*, tornando, assim, vã a diferença entre esses termos. A vida humana inteira torna-se produtiva.

Paralelamente, no capitalismo biocognitivo, a *subsunção real* se modifica em comparação com o taylorismo, depois da passagem das tecnologias mecânico-repetitivas para as linguístico-relacionais. Das tecnologias estáticas que aumentam a produtividade e a inten-

sidade do desempenho laboral mediante a exploração das economias de escala de dimensão, passa-se a tecnologias dinâmicas como as de aprendizagem e de rede, capazes de conjugar simultaneamente atividades manuais e atividades cérebro-relacionais, favorecendo uma nova organização mais flexível do trabalho, na qual a fase de concepção e a fase de execução não são mais perfeitamente separáveis, mas cada vez mais interdependentes e complementares. A separação entre produção manufatureira e produção terciária também se torna cada vez mais difícil de captar. Elas são cada vez mais indissolúveis dentro da cadeia de produção. Do lado da produção material, a introdução de novos sistemas informatizados de produção, como o CAD-CAM¹⁶ e o CAE¹⁷, tornam necessário um profissionalismo de competências e de saberes que tornam a relação entre homem e máquina cada vez mais inseparável, a tal ponto que é o trabalho vivo que domina o trabalho morto maquínico. Do lado da produção dos serviços (financeirização, R&D, comunicação, *brand*, comercialização), assiste-se a uma predominância da valorização a jusante da produção material apenas.

IHU On-Line – De que maneira os modelos de organização laboral no século 21 desembocam na *subsunção da vida*?

Andrea Fumagalli – No capitalismo biocognitivo, *subsunção real* e *subsunção formal* são dois lados da mesma moeda e se alimentam mutuamente. Eles, conjuntamente, dão origem a uma nova forma de *subsunção*, que podemos definir como *vital* ou *subsunção do general in-*

14 Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica tradicional. *A Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para o entendimento das relações econômicas da sociedade sob a perspectiva liberal, superando os paradigmas do mercantilismo. Sobre Adam Smith, veja a entrevista concedida pela professora Ana Maria Bianchi, da Universidade de São Paulo - USP, à **IHU On-Line** nº 133, de 21-03-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon133>, e a edição 35 dos **Cadernos IHU ideias**, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível em <http://bit.ly/ihuon35>. (Nota da **IHU On-Line**)

15 Para aprofundar, A. Fumagalli, *Lavoro male comune*, B. Mondadori, Milano, 2013, especialmente o cap. I. (Nota do entrevistado)

16 Os termos se referem às expressões em inglês *computer-aided design* – CAD, em tradução livre, desenho assistido por computador, e *computer-aided manufacturing* – CAM, em tradução livre, manufatura assistida por computador. (Nota da **IHU On-Line**)

17 O termo se refere à expressão *computer-Aided engineering*, em tradução livre, engenharia assistida por computador. Diz respeito ao amplo uso de programas de computador para auxiliar nas tarefas de análise de engenharia. (Nota da **IHU On-Line**)

tellec. Tal nova forma de acumulação capitalista moderna evidencia alguns aspectos que estão na base da crise do capitalismo industrial. Trata-se de analisar as novas fontes da riqueza (e dos rendimentos crescentes) no capitalismo biocognitivo. Tais fontes derivam da crise do modelo de divisão técnica e social gerado pela primeira revolução industrial e levado às suas consequências extremas pelo taylorismo e são alimentados pelo papel e pela difusão do saber que obedece “a uma racionalidade social cooperativa que foge da concepção restritiva do capital humano”¹⁸. Segue-se daí que é posto em causa o tempo de trabalho imediato como principal e único tempo produtivo, com o efeito de que o tempo efetivo e certificação de trabalho não é mais a única medida da produtividade e a única garantia de acesso à renda. Assim, implementa-se uma torção na tradicional teoria do valor-trabalho rumo a uma nova teoria do valor, em que o conceito de trabalho é cada vez mais caracterizado pelo “saber” e é permeado pelo tempo de vida. Podemos chamar essa passagem como a transição para uma *teoria do valor-saber*¹⁹ ou *teoria do valor-vida*²⁰, quando saber e vida tendem a se autoalimentarem reciprocamente e quando o capital fixo principal é o homem “em cujo cérebro reside o saber acumulado pela sociedade”²¹.

Quando a vida se torna força de trabalho, o tempo de trabalho não é mais mensurável em unidades de medida padrão (horas, dias). A jornada de trabalho não tem mais limites, senão os naturais. Estamos na presença da *subsunção formal* e da extração de mais-valia absoluta. Quando a vida se torna força de trabalho porque o cérebro

se torna máquina, ou seja, “capital fixo e capital variável ao mesmo tempo”, a intensificação do desempenho laboral atinge o seu máximo: assim, estamos na presença da *subsunção real* e da extração de mais-valia relativa.

Tal combinação das duas formas de subsunção – que podemos definir como *subsunção vital* – precisa de um novo sistema de regulação social e de governança política.

IHU On-Line – Como esses novos conceitos convergem às sociedades de controle e como elas se caracterizam?

Andrea Fumagalli – O conceito de sociedade de controle foi cunhado por Gilles Deleuze²² em continuidade e em parcial substituição do conceito de controle disciplinar de Michel Foucault²³:

“Encontramo-nos em uma crise generalizada de todos os ambientes de reclusão, prisão, hospital, fábrica, escola e família. A família é um ‘interior’ em crise, assim como todos os outros interiores, escolares, profissionais etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas consideradas necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, o cárcere: mas todos sabem que essas instituições são finitas, em um prazo mais ou menos lon-

22 **Gilles Deleuze** (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos e singularidades. (Nota da **IHU On-Line**)

23 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 6-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 6-6-2011, intitulada *História da loucura e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-9-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, **Michel Foucault**. (Nota da **IHU On-Line**)

go. Trata-se somente de gerir a sua agonia e de manter as pessoas ocupadas até a instalação de novas forças que estão às portas. Essas são as sociedades do controle que estão prestes a substituir as sociedades disciplinares. ‘Controle’ é o nome que Burroughs propôs para designar esse novo monstro e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo.”²⁴

A sociedade do controle dota-se de um número de instrumentos. Aqui, queremos nos deter sobre três. O primeiro é representado pela governança dos comportamentos individuais através da “dívida”, hoje não mais apenas um conceito contábil e econômico, mas também dispositivo indiretamente disciplinar (e, portanto, de controle social) da psicologia individual, até desenvolver sentimentos de culpa e de autocontrole²⁵.

O segundo processo de controle social é representado pela evolução das tipologias contratuais do trabalho rumo a uma condição estrutural, existencial e generalizada de precariedade. A condição precária hoje é sinônimo de incerteza, instabilidade, nomadismo, chantagem e subalternidade, psicológica ou não, dos meios de sobrevivência. É condição de dependência que não se manifesta no mesmo momento em que se define formalmente uma relação de trabalho, mas está a montante e a jusante dele. É condição existencial total que impõe formas de autocontrole e de autorrepresentação, com resultados ainda mais fortes do que o disciplinamento direto da fábrica. A condição precária indica uma antropologia e uma psicologia comportamental que é tanto mais forte quanto mais o trabalho se torna cognitivo e relacional²⁶.

24 G. Deleuze, “L’autre journal”, n. 1, maggio 1990, ora in G. Deleuze, *Pourparlers* (1972-1990), Minuit, Paris 1990, pp. 240-247: <http://www.ecn.org/filiarmonici/Deleuze.html>. (Nota do entrevistado)

25 M. Lazzarato, *La fabbrica dell’uomo indebitato*, Derive Approdi, Roma, 2012. Note-se que, em alemão, dívida traduz-se como “schulde”, que também significa culpa. (Nota do entrevistado)

26 A. Fumagalli, *Lavoro male comune*, op.cit. (Nota do entrevistado)

18 Herrera R., Vercellone C. (2002), « Transformations de la division du travail et endogénéisation du progrès technique », *Economie Appliquée*, vol. 55, nº 1, pp. 63-78. (Nota do entrevistado)

19 Expressão usada em C. Vercellone e R. Herrera, *ibidem*. (Nota do entrevistado)

20 A. Fumagalli, C. Morini, “La vita messa a lavoro: verso una teoria del valore-vida. Il caso del valore affetto”, *Sociologia del lavoro*, vol. 115, 2009, p. 94-117. (Nota do entrevistado)

21 K. Marx, *Grundrisse*, vol. II, 1977, p. 725. (Nota do entrevistado)

Dívida, por um lado, precariedade, por outro, são, assim, as duas arquitraves principais que permitem que a atual *subsunção vital* do capitalismo biocognitivo opere.

A fim de induzir comportamentos subjetivos alinhados com o processo de exploração da vida que subjaz à *subsunção vital*, é necessário, no entanto, que sejam introduzidos outros dispositivos de controle, finalizados à governança das subjetividades dos indivíduos. Aqui se insere a terceira tendência do controle social, que se move em uma via dupla: o controle dos

processos de formação do saber e a criação de imaginários individualistas *ad hoc*. No momento mesmo em que o saber, o *general intellect*, torna-se estratégico, a base do processo de acumulação e valorização biocapitalista, é necessário controlá-lo, mas também dirigi-lo. Tal processo pode ocorrer ao longo de duas diretivas complementares entre si, finalizado à administração das “coisas” (a primeira) e ao governo das “pessoas” (a segunda). Por um lado, assiste-se ao desenvolvimento de uma governança da técnica (*techné*) como um dispositivo de formação que

despoja constantemente qualquer elemento de análise crítica e de filosofia social. A especialização técnica cria, assim, “ignorância”, no sentido etimológico do termo, ou seja, “não conhecimento”. Por outro lado, soma-se a isso o dispositivo do mérito e do prêmio seletivo individual, mantra já estabelecido nos processos de reforma das instituições formativas (da creche à universidade), capaz de transformar as diversas individualidades postas ao trabalho e em valor em subjetividades individualistas, perenemente em luta entre si e, portanto, autoanuladoras. ■

Leia mais

- **O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo.** Artigo de Andrea Fumagalli publicado no Cadernos IHU Ideias, edição 256, disponível em <http://bit.ly/2plsosC>;
- **A morte da democracia e a farsa neoliberal da neutralidade da moeda.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli publicada na revista IHU On-Line, nº 473, de 28-9-2015, disponível em <http://bit.ly/2pIsiRR>;
- **Do Welfare State para o Workfare e a necessidade de novos sistemas financeiros autônomos.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli publicada nas Notícias do Dia, de 2-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em goo.gl/66zAjE;
- **O biopoder e os mercados financeiros.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli publicada na revista IHU On-Line, nº 418, de 13-5-2013, disponível em <http://bit.ly/2ovWqhm>;
- **Os impactos da financeirização sobre o sujeito.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli publicada na revista IHU On-Line, nº 343, de 13-9-2010, disponível em <http://bit.ly/2pXm7Zn>;
- **As finanças no comando bioeconômico do trabalho vivo.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli publicada na revista IHU On-Line, nº 327, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2pkbt68>;
- **“Os mercados financeiros são o coração pulsante do capitalismo cognitivo”.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli publicada na revista IHU On-Line, nº 302, de 3-8-2009, disponível em <http://bit.ly/2pJ3dZO>.



Bioma Caatinga: biodiversidade, riquezas e fragilidades

MS Rodrigo Castro – Aliança da Caatinga e a Associação Caatinga

25 de maio de 2017 (quinta-feira) | 19h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br



Contra o eufemismo reducionista, a luta por uma flexibilização justa

Jamie Woodcock analisa como as ocupações mediadas por dispositivos digitais transformaram o que seria a liberdade dos trabalhadores em escravidão ao sistema financeiro.

Ricardo Machado | Tradução: Walter O. Schlupp

Na disputa narrativa sobre as transformações do mundo do trabalho, o termo “flexibilização” tornou-se um eufemismo quase sempre invocado, mas nem por isso menos poderoso. A questão, porém, é que esta palavra tende a ter a própria complexidade reduzida. “Muitos de nós queremos uma relação de emprego mais flexível, que se adapte a nossas vidas e a outros compromissos. No entanto, muitas vezes essa flexibilidade é oferecida via marketing, mas a realidade é que se trata de flexibilidade apenas nos termos do capital, criando trabalho flexível que assume os riscos do trabalho”, analisa **Jamie Woodcock**, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “É possível lutar contra a precariedade sem perder a flexibilidade, mas isso exige criatividade para pensar sobre que tipos de demandas podem ser conquistadas”, complementa.

Ao analisar o cenário da precarização do trabalho na Inglaterra, Jamie Woodcock destaca que as novas formas de ocupação mediadas por dispositivos digitais geram subempregos, com falta de garantias e salários baixos. O que

está em jogo é a subsunção do trabalho ao capital especulativo. “Essa terceirização é feita mediante classificação errônea, alegando que os trabalhadores na verdade seriam empreiteiros autônomos e independentes. Isso torna as empresas mais atraentes para os investidores potenciais, pois mantém os trabalhadores fora dos livros da empresa e permite que a empresa transfira o risco da demanda para os trabalhadores, ao invés de arcar com esse risco. Não é inovador, exceto no sentido de encontrar uma nova forma de lucrar com mão de obra e trabalho alheios”, critica. “A ascensão dessas empresas tem sido apoiada por um excesso de dinheiro disponível para investimento, o qual precisa ser aplicado, e a ‘economia do biscate’ tornou-se um local para investir, embora a maioria das plataformas ainda esteja por apresentar lucro ou retorno sério”, explica.

Jamie Woodcock é doutor em Sociologia pela Universidade de Londres e tem suas pesquisas voltadas à economia digital e às transformações no mundo do trabalho.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual o atual cenário do mundo do trabalho na Inglaterra atualmente?

Jamie Woodcock – O estado atual do mundo do trabalho na Inglaterra caracteriza-se por uma série de tendências no longo prazo. A primeira é a desindustrialização na década de 1970/1980, que levou à substituição dos pos-

tos de trabalho da indústria por serviços de baixa remuneração. Isto implicou uma relação de trabalho cada vez mais precária, com aumento do trabalho temporário e de tempo parcial. Em particular, isto envolveu o aumento dos contratos de zero hora (em que os trabalhadores não têm garantia de determinado número de horas se-

manais de trabalho) e a chamada “economia do biscate [*gig*]”, em que o trabalho é organizado através de plataformas on-line sem proteção tradicional do emprego. Esta precariedade está alcançando cada vez mais categorias de emprego, tanto no setor privado como no público. A segunda tendência importante é o declínio das

“Mantém os trabalhadores fora dos livros da empresa e permite que a empresa transfira o risco da demanda para os trabalhadores”

formas tradicionais de sindicalismo. Os sindicatos restam concentrados no setor público, com perfil etário avançado. Não foram capazes de se organizar com êxito em novos setores, embora haja sucessos emergentes como o IWGB [Sindicato Independente dos Trabalhadores da Grã-Bretanha] a se articular com trabalhadores da Deliveroo [serviço de entrega de refeições, via aplicativo].

IHU On-Line – Como as startups estão transformando o mundo do trabalho?

Jamie Woodcock – As startups estão buscando aplicar o modelo “Uber para X” para descompor setores e indústrias existentes, aplicando o modelo de plataforma que a Uber usou com sucesso para competir com as empresas de táxi existentes. Isso envolve um truque contratual, classificando erroneamente os motoristas como autônomos contratados independentes, eximindo a empresa de suas obrigações, como salário mínimo, pagamento de férias e subsídio de doença [*sick pay*, pago pelo empregador]. Este tipo de trabalho pode continuar flexível para os trabalhadores [mesmo fora das plataformas digitais], uma vez que no Reino Unido existe uma categoria de emprego para “trabalhadores” diferente de “empregado”, que mantém mais direitos do que o estatuto de trabalhador autônomo. O estatuto jurídico em voga cria condições precárias e difíceis, implica perda de impostos para o governo e conduz a piores condições no mundo do trabalho.

IHU On-Line – Quais as questões de fundo, referentes ao mundo do trabalho, por trás do marketing discursivo das startups da moda? Trata-se de uma cortina de fumaça à precarização dos trabalhadores?

Jamie Woodcock – Flexibilidade é um termo poderoso. Muitos de nós queremos uma relação de emprego mais flexível, que se adapte a nossas vidas e a outros compromissos. No entanto, muitas vezes essa flexibilidade é oferecida via marketing, mas a realidade é que se trata de flexibilidade apenas nos termos do capital, criando trabalho flexível que assume os riscos do trabalho. É possível lutar contra a precariedade sem perder a flexibilidade, mas isso exige criatividade para pensar sobre que tipos de demandas podem ser conquistadas.

IHU On-Line – Como estas estratégias de criar empregos por demanda implicam, por exemplo, que existam trabalhadores que não recebem nem mesmo o salário mínimo?

Jamie Woodcock – A “criação” de postos de trabalho por demanda não está satisfazendo as necessidades de muitos trabalhadores desde a crise econômica de 2008. Trata-se, em grande parte, de subemprego, com os trabalhadores assumindo vários “biscates” [*gigs*] para satisfazer as suas necessidades. O aumento desses tipos de emprego tem sido a premissa de baixos salários e falta de segurança, com muitos trabalhadores ganhando

significativamente abaixo do salário mínimo.

IHU On-Line – No cenário atual, como se dão as mobilizações dos trabalhadores?

Jamie Woodcock – A mobilização dos trabalhadores está ocorrendo de maneiras novas e antigas. Por exemplo, os motoristas da Deliveroo se reúnem regularmente nas estradas e perto de restaurantes movimentados, trocando informações de contato e se comunicando em mídias sociais. As greves do ano passado foram feitas em resposta a uma mudança no contrato que a empresa estava tentando forçar, foram enfrentadas com uma recusa de mão de obra e um protesto fora da sede. Não se deve esquecer que os trabalhadores nessas plataformas compartilham uma localização geográfica e permanecem capazes de se comunicar e organizar. Esses tipos de mobilização ocorrem quase que inteiramente fora das estruturas sindicais tradicionais do Reino Unido e estão passando por novos modos de organização, que se adaptam a seus próprios esquemas de trabalho.

IHU On-Line – Como os novos dispositivos digitais reorganizam a forma de mobilização dos trabalhadores em torno de melhores condições de trabalho? De que forma isso ocorre?

Jamie Woodcock – O uso generalizado de dispositivos digitais para organizar os trabalhadores também fornece um novo canal de comunicação para os próprios trabalhadores

se mobilizarem. Os portões tradicionais das fábricas mudaram e se dispersaram, mas o capital ainda exige que os trabalhadores se comuniquem e cooperem, com novos pontos de encontro e possibilidades de organização. Muitos desses são experimentos e terão êxitos e fracassos, mas há um processo de recomposição à medida que os trabalhadores aprendem a se organizar nesses novos contextos.

“É possível lutar contra a precariedade sem perder a flexibilidade”

IHU On-Line – De que forma estas mobilizações vão contaminando diferentes tipos de serviços baseados em aplicativos?

Jamie Woodcock – A campanha na Deliveroo foi amplamente compartilhada através das mídias sociais, atingindo trabalhadores em diferentes plataformas e amplo leque de outras pessoas. Esse tipo de visibilidade aumentada pode ajudar a ganhar ímpeto e solidariedade, espalhando a informação sobre iniciativas muito mais rápido do que acontecia anteriormente.

IHU On-Line – Qual a relevância dos sindicatos tradicionais dentro desta nova organização do trabalho e dos trabalhadores? De que maneira a forma tradicional de mobilização se tornou obsoleta?

Jamie Woodcock – Como sindicalista, acredito que é crucial os trabalhadores se organizarem. No entanto, muitos sindicatos estão desconectados das novas condições de trabalho e não são capazes de se organizar dentro delas. Em parte, isso é um reflexo do estado dos sin-

dicatos de hoje, com taxas de adesão decrescentes e concentrados em setores e indústrias tradicionais. Assim sendo, não é muito surpreendente que os sindicatos não se arrisquem a organizar-se nessas novas áreas de trabalho. Mas é preciso tentar combinar as melhores tradições do sindicalismo com as novas experiências de trabalho, procurando métodos de organização adequados. A IWGB está começando a fazer isso, porém mais experimentos são necessários.

IHU On-Line – Qual impacto trouxe à Grã-Bretanha a decisão do Tribunal do Trabalho da Inglaterra, ao admitir que um trabalhador do Uber não é autônomo, mas tem vínculo empregatício? Que tipos de mudanças podem ocorrer nas relações entre prestadores de serviço e as startups? Quais podem ser os efeitos em nível global?

Jamie Woodcock – As ações judiciais que têm acontecido no Reino Unido são importantes, especialmente por causa da errônea classificação dos trabalhadores como autônomos contratados independentes. No entanto, há também o risco de as campanhas acabarem desmobilizadas em função de as pessoas se fiarem no direito do trabalho, em vez de fazerem a iniciativa coletiva conquistar mudanças. Os exemplos mais marcantes foram aqueles que combinaram a auto-organização dos trabalhadores com as ações judiciais, em vez de os trabalhadores ficarem apenas esperando por decisões. Isso enfraquece a base do modelo de negócios que essas empresas começaram a usar, fiando-se em baixo pagamento dos trabalhadores e deixando-os a arcar com os custos acessórios. Para que isso evolua para além dos países localmente é preciso envidar maiores esforços para defender padrões mínimos e demandas conjuntas a fim de melhorar as condições dos trabalhadores.

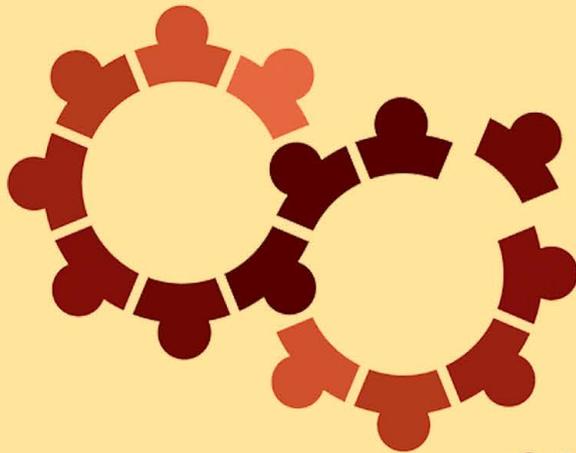
IHU On-Line – Como as startups de serviço autônomo

inauguram um novo tipo de economia formal, a *gig economy*? No fundo, de que trata essa ideia de *gig economy*?

Jamie Woodcock – A “*gig economy*” [economia do bico ou biscate], como tem sido chamada, é uma nova maneira de gerir as empresas pela eficaz terceirização da mão de obra necessária para o trabalho. Essa terceirização é feita mediante classificação errônea, alegando que os trabalhadores na verdade seriam empreiteiros autônomos e independentes. Isso torna as empresas mais atraentes para os investidores potenciais, pois mantém os trabalhadores fora dos livros da empresa e permite que a empresa transfira o risco da demanda para os trabalhadores, ao invés de arcar com esse risco. Não é inovador, exceto no sentido de encontrar uma nova forma de lucrar com mão de obra e trabalho alheios. A ascensão dessas empresas tem sido apoiada por um excesso de dinheiro disponível para investimento, o qual precisa ser aplicado, e a “economia do biscate” tornou-se um local para investir, embora a maioria das plataformas ainda esteja por apresentar lucro ou retorno sério.

IHU On-Line – Dada a atual conjuntura, quais são os limites e as possibilidades para novas organizações no mundo do trabalho?

Jamie Woodcock – A organização dos trabalhadores enfrenta uma série de novos desafios no trabalho. O trabalho foi transformado, os trabalhadores se encontram em situações mudadas, às vezes sem locais físicos de trabalho. No entanto, existe o risco de exagerar a novidade. O trabalho tem sido continuamente transformado ao longo da história, sua composição técnica muda em função de novos processos de trabalho, uso de tecnologia e técnicas de gestão. Isso também acarretou novas composições políticas dos trabalhadores ao resistirem e se organizarem de novas maneiras. A tarefa da pesquisa não é fornecer soluções para os novos desafios de organização, mas explorar como os trabalhadores já estão experimentando novas formas e contribuir para a generalização dos sucessos. ■



Curso em EAD



JESUÍTAS BRASIL

A CRISE DA SOCIEDADE SALARIAL:

QUE TRABALHO PARA QUE SOCIEDADE?

01 de maio a 02 de julho de 2017

Inscrições: 14 de março a 18 de abril de 2017

Coordenador: Prof. Dr. Cesar Sanson – UFRN / IHU

E-mail: cesarsanson@gmail.com

Carga horária: 60 horas

Local: Plataforma Moodle

19

Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia

Para Ludmila Costhek Abílio, a lógica do Uber expõe algo obscurecido: as novas tecnologias atualizam uma deterioração das relações trabalhistas iniciada há tempos

Ricardo Machado | Edição: João Vitor Santos

Havia expectativa de que a revolução tecnológica traria mais tempo e liberdade ao trabalhador. De fato, hoje, há quem acredite que isso ocorre. Entretanto, a cientista social Ludmila Costhek Abílio alerta que é uma ilusão, vide a lógica do trabalho no Uber. A realidade é que esses usos das tecnologias vêm precarizando as relações de trabalho através da sedução de, por exemplo, uma ilusória ideia de liberdade por não ter patrão. “Ao mesmo tempo em que se livra do vínculo empregatício, a uberização mantém, de formas um tanto evidentes, o controle, gerenciamento e fiscalização sobre o trabalho”, adverte. Para ela, a perspectiva é ainda inteiramente aliada com a ideia de empreendedorismo de si. “Trata-se então da consolidação da transformação do trabalhador em um nanoempreendedor de si próprio”, pontua.

A pesquisadora salienta que a precarização do trabalho não é novidade. A lógica do capital globalizado não combina com direitos e vínculos empregatícios sólidos. Daí as tentativas de reorganização dessa relação, de modo que o grande favorecido seja o empregador capitalista. Para Ludmila, o que há de novo é o uso das novas tecnologias a serviço dessa lógica. “A uberização

deixa muito evidente uma relação facilmente obscurecida, entre desenvolvimento tecnológico e precarização do trabalho”, completa, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “O que é fundamental para a compreensão da uberização, é tirar um olho da inovação tecnológica para olhar o que há de mais precário e socialmente invisível no mundo do trabalho”, aponta.

Ludmila Costhek Abílio é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas –Unicamp. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP e mestrado em Sociologia pela mesma instituição. Fez seu Pós-doutorado (USP) sobre a constituição dos discursos sobre a chamada “nova classe média” brasileira, tratando da relação entre exploração do trabalho e acumulação capitalista, com estudo sobre o trabalho dos motofretistas na cidade de São Paulo. Atualmente é pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – Cesit, na Faculdade de Economia da Unicamp. Entre suas publicações, destacamos *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos* (São Paulo: Boitempo, 2014).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como a senhora compreende a ideia de “uberização do trabalho”? Como

ela ajuda a entender o mundo do trabalho na atualidade?

Ludmila Costhek Abílio – A uberização do trabalho se refere a

uma série de transformações do trabalho, que em realidade estão em curso há décadas. A empresa Uber deu visibilidade a uma nova forma de organização, controle e gerenciamento do trabalho, que está assentada nestes processos. É preciso compreender a economia digital como um campo poderoso de reor-

¹ **Uberização:** Termo derivado da expressão Uber, que é o nome de uma empresa norte-americana de serviço de transporte que os consumidores acionam através de um aplicativo de smartphone. Nesse sentido, uberização significa o oferecimento de serviços ou de produtos através do acionamento de plataformas disponíveis em telefones

celulares. Esse tipo de modalidade de negociação pode ser incluído na categoria dos serviços “on demand” (oferecidos de acordo com a demanda). (Nota do **IHU On-Line**)

“O mundo do trabalho vai sendo tecido por uma série de atividades que não têm um estatuto de trabalho bem definido”

ganização do trabalho, mas não perder de vista que ela realiza uma atualização de elementos que estão em curso no mundo do trabalho, e que, sim, estão fortemente ligados com o desenvolvimento tecnológico, mas não só isso. Trata-se da relação das reconfigurações do papel do Estado – seja na eliminação de direitos do trabalho, seja na eliminação das barreiras ao fluxo do capital, trata-se do desemprego e de uma perda de formas do trabalho, além de mudanças na subjetividade do trabalhador.

Além disso, a uberização está relacionada com a crescente imbricação da esfera do consumo na esfera do trabalho, assim como com o encontro contemporâneo entre vigilância, coleta de dados, gerenciamento e exploração do trabalho, e a esfera do consumo. Por fim, a uberização deixa muito evidente uma relação facilmente obscurecida, entre desenvolvimento tecnológico e precarização do trabalho, e nos possibilita hoje ver como elementos recorrentemente considerados periféricos, desimportantes, por vezes até mesmo definidos como “pré-capitalistas” em pleno século XXI, estão hoje no centro desta forma de exploração. Centro em duplo sentido, pois o que a uberização deixa explícito é que os países do “centro” já sabem bem o que é viração, o que é trabalho informal, o que é trabalho amador, sob o nome “globalizado” para isso (ou seja, cunhado no centro), a *Gig economy*.² Portanto, a empresa Uber

deu visibilidade aos elementos centrais desse processo e de como operam agora de forma extremamente bem articulada, além de deixar evidente que ele ocorre de forma global.

Uberização: conceitos e reflexos

Podemos então começar destacando os principais elementos que tecem a uberização e fazem dela uma definição relevante. Primeiramente, a questão da eliminação do vínculo empregatício. O trabalhador é um nanoempreendedor, e a empresa não é uma empregadora, mas uma parceira, não há qualquer tipo de contrato de trabalho, nem mesmo de prestação de serviços. Este trabalhador passa a ser definido como um microempreendedor, que tem liberdade sobre seu próprio trabalho, que não tem patrão, que administra sua própria vida para sobreviver. Um trabalhador que arca ele próprio com os riscos, com uma série de custos, e não conta com os direitos que vinham associados à exploração de seu trabalho. O professor Ricardo Antunes³ refere-se à sociedade da terceirização total, é isto que está em

jogo. A empresa aparece e se legitima como uma mediadora que fornece a infraestrutura para a realização do trabalho.

Há muito tempo o trabalhador foi, no discurso do mercado, transformado em “colaborador”. A uberização parece consolidar esta perspectiva, que, em realidade, é mais uma forma de obscurecer a exploração e tornar ainda mais precária a condição do trabalhador. Empresas como a Uber se afirmam como mediadoras entre consumidores e estes trabalhadores que se tornam ofertadores de serviços. Só falta lembrar que nesta mediação elas definem os ganhos do trabalhador, definem e detêm os instrumentos de avaliação sobre o seu trabalho, criam regras e formas de estímulo ao trabalho que se confundem e operam como controles da produtividade do trabalhador. Ao mesmo tempo em que se livra do vínculo empregatício, a uberização mantém, de formas um tanto evidentes, o controle, gerenciamento e fiscalização sobre o trabalho. Trata-se então da consolidação da transformação do trabalhador em um nanoempreendedor de si próprio. E da empresa como uma simples provedora dos meios de trabalho.

Em segundo, esta transformação não é meramente discursiva. É como se a flexibilização finalmente chegasse ao resultado almejado que está em processo há décadas: o de transformar o trabalhador em trabalhador *just-in-time*, ou seja, um trabalhador disponível ao trabalho e que pode ser utilizado na exata medida das demandas do capital. A empresa

² **Gig economy:** o termo se refere ao que no Brasil costumou-se chamar de “bicos”, isto é trabalho informais sob todos os pontos de vista e de curto prazo. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Ricardo Antunes:** graduado em Administração Pública, mestre e doutor em Ciências Sociais, é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. É autor de *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995 e *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, entre outros. O IHU realizou uma série de entrevistas com o professor. Entre elas *A crítica e subversão de Gorz ao capital*, publicada na **IHU On-Line** número 238, de 1-10-2007, disponível em <http://bit.ly/2pgWYfP>; e “*O governo Lula foi uma surpresa muito bem-sucedida para os grandes capitais*”. Entrevista especial com Ricardo Antunes, publicada nas Notícias do Dia de 26-4-2014, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2osU2b7>. Confira mais em ihu.unisinos.br. (Nota da **IHU On-Line**)

Uber deu visibilidade a este padrão, mas, como diz o professor Marcio Pochmann⁴, é possível pensar que seja generalizável por todos os setores econômicos. O capital conta com a disponibilidade do trabalhador, e não paga por ela. A eliminação de vínculos também quer dizer então que o tempo de não trabalho já não entra na conta do capital. Este nanoempreendedor torna-se responsável pelo gerenciamento de si próprio nesta disponibilização cambiantemente e instável de seu trabalho. Além de estar disponível para o trabalho quando demandado, ele tem de estabelecer suas próprias estratégias que garantam sua reprodução no tempo em que não é necessário, afinal ele está vivo independentemente das demandas do capital...

O que estamos vendo em ato é a demanda pela capacidade do trabalhador em administrar a própria vida sem as redes de proteção mínimas – e que, é bom sempre lembrar, nunca se consolidaram de forma generalizada em países como o Brasil. Trata-se do *savoir-faire*⁵ que permita ser um motofretista que trabalha para uma empresa e dois aplicativos ao mesmo tempo, ser um engenheiro e motorista Uber, ser uma secretária e revender produtos da Natura. O que está em jogo na uberização – e novamente é preciso salientar que

isto não é uma novidade – é esta utilização – agora de forma organizada e racionalizada pelo capital, isso sim uma novidade – da capacidade do trabalhador de gerenciar seu próprio trabalho, intensificar seu trabalho, estender seu tempo de trabalho. Até isto é passível de terceirização, uma constatação que em realidade está no cerne do que convencionamos chamar de flexibilização do trabalho. Autogerenciamento e transformação do trabalhador em trabalhador *just-in-time* andam juntos.

Mas não podemos esquecer que isto envolve uma enorme disputa em torno das determinações do trabalho, envolve o Estado em diferentes frentes, envolve os movimentos organizados e novos movimentos que já começam a tomar forma. Por exemplo, recentemente a justiça de Belo Horizonte assim como a da Inglaterra reconheceram o vínculo empregatício dos motoristas com a empresa.

Esta luta é permanente, e com ela germinam novas formas de resistência e organização. Recentemente, na Inglaterra, trabalhadores – motoboys e ciclistas – do aplicativo de entrega de comidas Deliveroo, organizaram-se e enfrentaram a companhia. A organização se deu por meio das redes sociais, dos grupos de whatsapp. O meio de resistência foi a greve. Qual greve? Os nanoempreendedores evidenciam a sua condição de trabalhadores, e paralisam a distribuição. Como? Desligando o aplicativo. Durante um dia inteiro, centenas de trabalhadores recusaram-se a fazer entregas. Concentrados em frente a empresa, o diretor desce para conversar com os grevistas. Ele diz: “quero falar com vocês individualmente, nós vamos ouvir a demanda de cada um”. Mas os trabalhadores já compreenderam ali seu poder enquanto movimento. Não teve jeito, a empresa teve de ceder, ao menos em parte. Qual era o mote do protesto? Trabalhadores da Deliveroo ganham por hora, e as horas não são fixas (algo que não é novo na legislação inglesa). Esta semana a empresa diz que você vai trabalhar 70 horas, chega o verão ela

diz que só precisa de você por 50. (A solução? Recorrer a outro aplicativo). Já estavam então na condição de *just-in-time*, mas ela pode piorar. A Deliveroo queria fazer algo muito simples, transformar o pagamento por hora em pagamento por entrega, eliminando assim os custos sobre tempo de não trabalho. É um cabo de guerra.

Em terceiro, temos que entender por que essa subordinação se realiza por uma nova forma de gerenciamento do trabalho. As terceirizações, o empreendedorismo, os elementos da flexibilização do trabalho vêm há tempos envolvendo esse esfacelamento de vínculos que dão garantias e algum tipo de segurança e proteção ao trabalhador. Já sabemos há tempos que a flexibilização do trabalho foi um veículo poderoso para a intensificação do trabalho, para a extensão do tempo de trabalho, assim como para formas contemporâneas de engajamento do trabalhador. A novidade da uberização reside na forma como tudo isso opera. Temos um novo gerenciamento do trabalho, que muitas vezes passa a ser executado na esfera do consumo. Se a avaliação é um elemento chave no mundo do trabalho neoliberal, agora a sua execução pode ser terceirizada para uma multidão de consumidores ativos e confiantes no seu papel certificador. O motorista se sabe permanentemente avaliado, é disto que depende seu acesso às “tarefas” oferecidas; o consumidor, ao mesmo tempo em que avalia, também se fia na avaliação da multidão de consumidores. Isto é muito interessante, porque a certificação sobre o trabalho sai da mão do Estado e de procedimentos publicamente estabelecidos e passa a se dar na relação entre gerenciamento da multidão de consumidores e o cultivo da força da marca.

Iludidos pelo capital

Entretanto, a multidão de consumidores apenas executa o gerenciamento. O poder de estabelecer as regras, as formas de controle sobre o trabalho, além dos ganhos do nanoempreendedor, seguem nas mãos do

4 **Marcio Pochmann** (1962): economista e político brasileiro. Foi pesquisador visitante em universidades da França, Itália e Inglaterra, com pós-doutorado nos temas de relações de trabalho e políticas para juventude. Também atuou como consultor no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e no Dieese. Foi também presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em Brasília. O IHU vem publicando uma série de entrevistas com o professor. Entre elas, *Valores da periferia estão mais próximos do anarquismo do que do liberalismo*. Entrevista especial com Marcio Pochmann, publicada nas Notícias do Dia de 17-4-2017, disponível em <http://bit.ly/2o4IH5F>. Acesse mais em ihu.unisinos.br. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Savoir-faire**: é um termo franco utilizado amplamente em vários segmentos para designar o conhecimento específico na realização de uma tarefa prática ou na solução de um problema prático. Pode ser utilizado tanto para pessoas como para instituições e empresas. *Savoir-faire* também é a habilidade de relacionar-se com outras pessoas, isto é, a capacidade de cativar através da comunicação, entendendo e respeitando o posicionamento do outro, ao mesmo tempo defendendo a própria individualidade; é equivalente ao termo Competência social, mas difere do termo ‘Physique du Rôle’, que significa algo como ‘Sabe se comportar para a ocasião’, que é empregado nas situações em que é uma característica inata da pessoa, enquanto o *Savoir-faire* pode ou não ser inato à pessoa. (Nota da **IHU On-Line**)

capital, ou seja, da empresa que é a “mediadora” da relação entre oferta e procura. Estas mãos estão plenamente automatizadas nos softwares e algoritmos que são propriedade destas empresas. Ou seja, a intangibilidade deste controle e da relação de subordinação é desafiadora: a empresa é um aplicativo, o trabalhador é um parceiro, o gerenciamento é programado por um software, o gerente é uma multidão.

Mas essa imaterialidade ao mesmo tempo que é central, também é frágil, ela pode se desfazer rapidamente, quando os trabalhadores utilizam os instrumentos da uberização para sua própria organização, como no caso dos trabalhadores do Deliveroo. Quando os trabalhadores paralisam seu trabalho, usam as suas redes para se organizar, e demonstram que são centenas, milhares, enfrentando uma empresa, aí toda aquela intangibilidade cai por terra. Fica evidente que são trabalhadores, fica evidente que a empresa não é meramente uma mediadora, mas uma companhia que controla e explora o trabalho, e que os trabalhadores têm poder de se organizar dentro dessa lógica.

Por fim, outro elemento central: a uberização expressa uma crescente adesão ao trabalho que vai perdendo suas formas socialmente reguladas e estabelecidas que lhe conferem a concretude de ser trabalho. Temos aí de recorrer à categoria de trabalho amador, ou seja, um trabalho que é trabalho, mas que não confere identidade profissional, que não tem alguns dos elementos socialmente estabelecidos que envolvem as regulações do Estado, que envolvem elementos que estruturam a identidade do trabalhador enquanto tal. O motorista de táxi é um motorista profissional, já o motorista Uber tem uma identidade flexível. Ele pode ser um desempregado fazendo um bico, ele pode ser um trabalhador que complementa a renda, são milhares de exemplos. O que a categoria de trabalhador amador (utilizada por Marie Anne Dujarier⁶ ao pensar no tra-

balho do consumidor) tem enquanto força explicativa é essa ideia de que o mundo do trabalho vai sendo tecido por uma série de atividades que não têm um estatuto de trabalho bem definido, e isto lhes confere uma enorme maleabilidade. Esta maleabilidade na prática se traduz em mais exploração para o trabalhador. Em qual sentido? No sentido de que são atividades que se combinam com outras ocupações, que permitem formas informais de extensão do tempo de trabalho e de intensificação do trabalho. O que é muito importante reter é que esta perda da forma trabalho pode ser extremamente lucrativa e utilizada de maneira produtiva pelo capital. Em realidade, está sendo utilizada de forma racionalizada e centralizada pelo capital.

IHU On-Line –A uberização do trabalho é resultado de um processo da economia digital ou de uma complexidade maior das dinâmicas de trabalho? Do que se trata essa complexidade?

Ludmila Costhek Abílio – Esta pergunta é muito boa para pensarmos dialeticamente na uberização, e então nos interrogarmos por uma perspectiva “dos debaixo” sobre a novidade de todos esses elementos que apresentei. Trata-se de nos desfazer de uma perspectiva recorrente, que segue invisibilizando uma série de processos e contradições históricas ao jogar uma luz excessiva e ofuscante no desenvolvimento tecnológico. O subsolo da uberização está em processos que estão em jogo há décadas, mas além disso, realiza uma espécie de globalização de elementos constitutivos de mercados de trabalho recorrentemente definidos como “periféricos”, “semiestruturados”, de baixa produtividade,

e membro do Laboratoire de Changement Social et Politique (LCSP). Sua pesquisa se concentra sobre o quadro social da atividade humana. Suas investigações clínicas, qualitativas e quantitativas, se dão em grandes organizações privadas e públicas, observando a transformação de prescritores de trabalho (gerentes e executivos), os dispositivos de “gestão” que produzem e divulgam (gestão por números, avaliação, processos de qualidade, cliente de coprodução etc.) e como os trabalhadores e os consumidores estão experimentando as transformações nas relações no mundo atual. (Nota da **IHU On-Line**)

permeados pelos “serviçais pré-capitalistas”.

A uberização é um processo novo, entretanto os seus elementos centrais são uma espécie de atualização de características constitutivas do mercado de trabalho brasileiro, por exemplo. E características centrais à acumulação capitalista, mas que são facilmente invisibilizadas. A *viração* é um termo muito expressivo e que poderia ser mais utilizado para compreendermos o mundo do trabalho brasileiro. Na década de 1990 foi utilizado pela professora Maria Filomena Gregori⁷ para analisar a trajetória de meninos de rua e suas formas de sobrevivência, assim como pela professora Vera Telles⁸, para definir a trajetória entre trabalho formal e informal, atividades lícitas e ilícitas, empregos, bicos, trabalhos sem forma trabalho que constituem a sobrevivência na periferia.

A economia digital deu visibilidade e, podemos dizer, subsumiu de forma organizada, racionalizada e produtiva, a *viração*. O que isso quer dizer? Primeiramente que o trabalho sem lastro, o trabalho que se realiza sem a forma socialmente estabelecida – que passa por regulamentações do Estado, que confere uma identidade profissional, que oferecia uma estabilidade que tem também dimensões subjetivas (como dizia Castel⁹, a “possibilidade de planejar o

⁷ **Maria Filomena Gregori**: professora Livre-Docente do Departamento de Antropologia da Unicamp, possui graduação em Ciências Sociais pela mesma instituição, mestrado em Ciência Política e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP, estudos de pós-doutorado no Department of Anthropology (UNIVERSITY OF CALIFORNIA, Berkeley, 2001) e programa de visiting scholar na Columbia University (Nova Iorque, 2016). (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Vera Telles**: professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP e vice-coordenadora do Laboratório de Pesquisa Social (LAPS/USP). No Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-USP), coordena a linha de pesquisa Cidade e trabalho: nas interfaces entre a sociologia urbana e a sociologia do trabalho, são desenvolvidas pesquisas sobre trajetórias sociais e formas de mobilidade urbana; sobre as mediações urbanas do trabalho, suas formas de regulação e modos de territorialização, bem como as relações entre o informal, o ilegal, por vezes o ilícito, na produção dos espaços urbanos e territórios produtivos. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ **Robert Castel** (1933-2013): intelectual francês, filósofo e sociólogo, diretor de Estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Participou junto com Foucault e com Bourdieu da criação da carreira de Sociologia em Paris. Pensador central da sociologia francesa atual, interessou-

⁶ **Marie Anne Dujarier**: socióloga do trabalho, professora da Universidade Paris 7 Denis Diderot

futuro”) – agora torna-se uma fonte evidente da exploração do trabalho que conta com alto desenvolvimento tecnológico, uma atuação predatória sobre o mercado da mobilidade urbana no caso do Uber, e de dimensões globais.

As dualidades entre trabalho formal e informal, entre trabalho produtivo e improdutivo, e outras linhas divisórias que acabam desembocando na separação entre os que estão dentro e os que estão fora dos circuitos da acumulação acabam por obscurecer o papel que diversos trabalhos têm no ciclo global do capital, sua importância, seja como fonte de trabalho produtivo não pago, seja como fonte de eliminação de custos e riscos para o capital. O que é fundamental para a compreensão da uberização, e até mesmo para considerá-la uma definição cabível ou relevante, é tirar um olho da inovação tecnológica para olhar o que há de mais precário e socialmente invisível no mundo do trabalho. Em realidade, a combinação entre precarização e desenvolvimento tecnológico está no cerne do desenvolvimento capitalista, é isto que a uberização deixa evidente.

Entretanto, a novidade de ter uma multidão de trabalhadores “prestando serviços” para uma única empresa, a qual terceiriza o controle e gerenciamento do trabalho ao mesmo tempo que detém a propriedade so-

bre eles e extrai lucro desta relação, não é assim tão nova. Por exemplo, o exército de 1,4 milhão de revendedoras de cosméticos da empresa Natura, mulheres que combinam as vendas com diversas outras ocupações e atividades, que gerenciam seu próprio trabalho, em um trabalho que nem mesmo tem a forma trabalho bem definida. Para o lado de dentro da fábrica, o trabalho desta multidão é muito bem administrado, informalidade se torna informação, em uma fábrica que praticamente tem sua produção sob encomenda – feita por esta multidão de trabalhadoras.

Economia digital e sombras de desemprego e do subemprego

Em realidade, quando pensamos em Economia digital, temos de pensar no seu solo, do exército de trabalhadores que vivem entre a ameaça do desemprego, o rebaixamento do valor da força de trabalho, os bicos, as duplas jornadas de trabalho. Tudo isso também é parte do campo da economia digital, mas vai para além dele, e em realidade o precede.

Um bom exemplo, quando o governo de Michel Temer aprovou em outubro de 2016 a invisibilizada lei “salão parceiro-profissional parceiro”, deixou evidente que a uberização vai para muito além do campo da economia digital. Pode estar lá, naqueles desimportantes (para muitas abordagens) centros de trabalho e consumo feminino, que são os salões de beleza. Tornar o salão um provedor de infraestrutura para que suas “parceiras” trabalhem, nada mais é do que apresentar e legalizar o modelo que tem muito potencial para se generalizar pelo mundo do trabalho (mesmo que nos interroguemos sobre os limites dessa generalização).

IHU On-Line – Que configurações a exploração do trabalho humano assumiu no século 21?

Ludmila Costhek Abílio – Essa pergunta dá pano para muita manga. Falando em manga, podemos começar por uma empresa como a

Zara¹⁰. A exploração do trabalho nas últimas décadas do século 20 e no século 21 se realiza nesse encontro produtivo entre precarização do trabalho e desenvolvimento tecnológico, o que, como já dito, em realidade está no cerne do desenvolvimento capitalista. Mas temos uma empresa que já nem sabemos bem dizer o que produz. Roupas? Onde estão as fábricas da Zara? Não existem enquanto tais. Ela é responsável pela concepção – a qual provavelmente também deve contar com seu exército de trabalhadores de alta qualificação transformados em pessoas jurídicas, ela conta com os setores responsáveis pelo cultivo da marca, conta com a organização da logística – e para tudo isso teríamos que pesquisar até onde vai sua terceirização. Sua produção está assentada nos sweatshops, no trabalho escravo, nas redes que organizam a exploração do trabalho imigrante, nas zonas de livre processamento que fomentam as piores e mais horríveis formas de exploração do trabalho. Sua atuação é global e difícil de mapear.

A exploração do trabalho humano hoje está assentada numa enorme mobilidade do capital. Esta mobilidade conta com a desregulamentação de fluxos financeiros e de investimentos, conta com formas extremamente eficazes de espriar cadeias produtivas sem perder o controle sobre elas, conta com essa combinação perversa entre desenvolvimento econômico (obviamente teríamos de nos interrogar sobre qual desenvolvimento) e progressiva eliminação de direitos e proteções do trabalho. O trabalhador hoje pode ter vários estatutos,

10 **Zara**: rede de lojas espanhola de roupa, calçado e acessórios para o público feminino, masculino e infantil. Fundada por Amancio Ortega e Rosalía Mera. Pertence ao Grupo Inditex, que também detém outras marcas tais como: Massimo Dutti, Pull and Bear, Oysho, Bershka, Stradivarius, Uterque, Kiddy's Class além da Zara Home (presente em alguns países). Recentemente, a marca foi avaliada em 25.221 milhões de dólares pelo ranking BrandZ, sendo considerada a segunda marca de roupas mais valiosa do mundo. A loja vem sendo denunciada por ter trabalhadores de suas empresas em situações análogas ao trabalho escravo. Na seção Notícias do Dia, no sítio do IHU, é possível acessar uma série de notícias sobre essa questão, entre elas *Grife Zara é autuada por não cumprir acordo para acabar com trabalho escravo*, reproduzida nas Notícias do Dia de 13-5-2015, disponível em <http://bit.ly/2oMgGyE>. Acesse mais em ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias. (Nota da **IHU On-Line**)

se, inicialmente, pela psiquiatria. Publicou *A ordem psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; e *O psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Hoje orienta seus estudos para a crise do Estado do bem-estar. Um clássico seu é o livro *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998. Dele publicamos uma entrevista na 115ª edição, de 13-9-2004. Robert Castel esteve na Unisinos proferindo a conferência “O futuro da autonomia e a construção de uma sociedade de indivíduos”, no dia 23-05-2007, durante o Simpósio Internacional O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos?, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU naquele ano. Da palestra, resultou o artigo “O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos?”, publicado em no livro *O futuro da autonomia e a construção de uma sociedade de indivíduos: uma leitura sociológica* (São Leopoldo: Unisinos, 2009, 132 páginas). No sítio do IHU, há inúmeros textos sobre sua obra. Entre eles “As pessoas não são autônomas por natureza, por essência”, entrevista com Robert Castel, publicada na IHU On-Line número 220, de 21-5-2007, disponível em <http://bit.ly/2pW8E4S>; e *Um mundo sem proteção. A morte de Robert Castel*, artigo de Jorge Barcellos, doutor em Educação pela UFRGS, reproduzido nas Notícias do Dia de 7-4-2013, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2oDBaXc>. (Nota da **IHU On-Line**)

além da permanência e crescimento do trabalho escravo, o de trabalhador formal, o de trabalhador informal, o de pessoa jurídica, o de micro e nanoempreendedor. Ficou difícil mapear os nós das cadeias produtivas, reconhecer as relações de trabalho. A situação toda se complica frente às ameaças do desemprego, que se tornam um vetor da banalização das formas de exploração, afinal, salve-se quem estiver empregado ou se tornando um proprietário de si próprio na “parceria” com as empresas. Conquistas históricas vão se tornando coisa do passado.

Novos proletários

Vemos também uma imensa proletarização de trabalhadores intelectuais e de alta qualificação. Basta olhar para as lógicas que regem o trabalho nas universidades, para os médicos que têm de atender seis pacientes por hora para cumprir as metas do convênio, para os trabalhadores Pessoa Jurídica - PJ de Tecnologia da Informação - TI, como demonstrou a professora Bárbara Castro¹¹, que não tiram férias, não podem ficar doentes, têm jornadas extensas.

Esta conversa é longa, e teríamos também de adentrar os debates sobre o trabalho imaterial e sobre as formas de exploração e gerenciamento sobre a subjetividade do trabalhador que ficaram evidentes com o Toyotismo¹². A transformação do trabalhador em um empreendedor

11 **Bárbara Geraldo de Castro**: professora do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, é mestra em Ciência Política e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, com estágio Doutoral no Departamento de Sociologia da The Open University (Milton Keynes, Reino Unido). Tem se dedicado à pesquisa na área de sociologia do trabalho e estudos de gênero, em especial à organização flexível do trabalho (tempo, espaço e contratos atípicos), e aos seus impactos na subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Toyotismo**: modelo japonês de produção, criado pelo japonês Taiichi Ohno e implantado nas fábricas de automóveis Toyota, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Na década de 70, em meio a uma crise de capital, o modelo Toyotista espalhou-se pelo mundo. A ideia principal era produzir somente o necessário, reduzindo os estoques (flexibilização da produção), produzindo em pequenos lotes, com a máxima qualidade, trocando a padronização pela diversificação e produtividade. As relações de trabalho também foram modificadas, pois agora o trabalhador deveria ser mais qualificado, participativo e polivalente, ou seja, deveria estar apto a trabalhar em mais de uma função. (Nota da **IHU On-Line**)

de si próprio, cada vez mais responsável em gerenciar seu trabalho, mas um gerenciamento que não deixa de ser subordinado, permeado por novas formas de promoção da intensificação do trabalho, por novas formas de eliminação de garantias, de direitos, permeado por diversos mecanismos que garantem a transferência de riscos e custos ao trabalhador, é algo que atravessa o mercado de trabalho de cima a baixo.

Além disso, é preciso olhar para as transformações do mundo do trabalho na sua relação com a dominância financeira da valorização, ou seja, como bem nos mostram François Chesnais¹³ e Leda Paulani¹⁴, para olhar para o mundo do trabalho na contemporaneidade é preciso olhar para as transformações da acumulação capitalista. A precarização do trabalho está intimamente ligada às pressões da valorização financeira.

Por fim, vale ainda lembrar, como bem nos mostra Cristophe Dejours¹⁵, que depressão, suicídios e uma série de adoecimentos psíquicos também são parte das configurações que a exploração do trabalho tem no século 21.

IHU On-Line – Como compreender o paradoxo de que as for-

13 **François Chesnais**: é professor francês de economia internacional na Universidade de Paris XIII. É um grande crítico do neoliberalismo, sendo seu livro *A mundialização do capital*, publicado no Brasil em 1996, uma de suas obras de maior repercussão no Brasil. Em 2005, a Editora Boitempo publicou outro importante trabalho organizado por Chesnais sobre a financeirização da economia: *A finança mundializada*. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Leda Paulani** (1954): é economista brasileira e professora da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - USP. Concluiu o bacharelado em economia em 1976 na USP. Em 1981, graduou-se em Comunicação Social com especialização em Jornalismo, pela Escola de Comunicações e Artes da mesma universidade. Obteve seu doutorado no Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE/USP) em 1992, e o título de livre docente em 2004. A professora já contribuiu no **Cadernos IHU ideias** número 41, sob o título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/2oMaaYO>. Além disso, concedeu entrevista ao IHU, publicada nas Notícias do Dia. Acesse em ihu.unisinos.br. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Christophe Dejours**: psicanalista e psiquiatra, professor de psicologia no Conservatoire national des arts et métiers. Ele é autor de diversos livros, dos quais destacamos *Souffrance en France: la banalisation de l'injustice sociale* (Paris: Seuil, 1998); *Travail, usure mental. Essay de psychopathologie du travail* (Paris: Bayard, 2000). De Christophe Dejours publicamos uma entrevista sobre esse livro, na 15ª edição da **IHU On-Line**, de 29 de abril de 2002, disponível em <http://bit.ly/2oQ9GPQ>. (Nota da **IHU On-Line**)

mas de controle e expropriação do trabalho com a uberização são, ao mesmo tempo, evidentes, mas por outro lado, difíceis de mensurar?

Ludmila Costhek Abílio – As formas de controle e expropriação de empresas como a Uber, a Loggi, a Amazon Mechanical Turk ou mesmo das revendedoras Natura, são evidentes, mas ao mesmo tempo é difícil localizá-las, mapear sua fonte e delimitar a forma como operam. Em realidade, elas estão assentadas no informal. E informal aí quer dizer de fato uma perda de formas socialmente estabelecidas e predeterminadas, o que em outras palavras quer dizer, de regulações que em alguma medida são publicamente constituídas. Esta perda de formas é tanto do lado do trabalho como do lado do controle, se é que podemos de fato pensá-los separadamente. Transformar o trabalhador em nanoempreendedor quer dizer que as mediações que regulam seu trabalho não terão mais essa dimensão pública que podem – ou não – estabelecer alguns freios à exploração. No cabo de guerra do capital-trabalho, este é um elemento em permanente disputa. Quando se diz que o “acordado estará acima do legislado”, por exemplo, estamos vendo esta disputa em ato (e para que lado a balança da desigualdade vai despencando seu peso).

Esta perda de formas do trabalho confere uma maleabilidade, uma flexibilidade, uma potencialidade de adaptação surpreendentes. Veja bem, isso não quer dizer que o trabalhador não reconhece o seu trabalho como trabalho, ele sabe muito bem do que se trata. Mas o trabalho que ele desempenha está mais para um trabalho amador. Ser motorista uber, ser revendedora natura, ser um cientista amador do site Innocentive, só é possível porque este trabalho é trabalho sem um estatuto estável e publicamente estabelecido. Nesta perda de formas fica difícil definir o controle sobre o trabalho. Você não passa propriamente por uma seleção – adere quem quer, cumprindo critérios mínimos; você trabalha

quando quer, você para de trabalhar quando quiser, você estabelece sua própria forma de trabalhar; se parar de trabalhar, é um número desativado em um cadastro, entre centenas que virão.

Onde está o controle, quando parece que não se exige nada do trabalhador? Bom, mas este trabalhador é avaliado pelos consumidores, ele é ranqueado permanentemente, e sabe da competição que só tende a aumentar. Mas ele não tem certeza sobre como esse ranqueamento opera, as regras não são claras, ainda que permanentemente operantes. A competição é um elemento permanente como forma de controle sobre o trabalho. Não se trata da tensão entre ser empregado ou ser parte de um exército de reserva, se trata da tensão permanente em ter acesso às tarefas em um universo cada vez mais concorrido. No caso dos aplicativos, o trabalhador também pode receber um “log off” da empresa.

O controle opera permanentemente, e a sua falta de clareza é o que lhe confere ainda mais eficácia. Já a expropriação é mais reconhecível. De saída, são aqueles 20 ou 25% que a empresa abocanha a cada tarefa por fazer a “mediação” entre consumidor e trabalhador.

Mas, como disse antes, toda esta imaterialidade se desfaz quando a resistência vem à tona.

IHU On-Line – Estamos diante do fim da era do trabalho salarial? E agora, para onde vamos? O futuro do trabalho é o da *gig economy* ou ainda temos alternativas?

Ludmila Costhek Abílio – Essa é uma questão complexa, e que, em realidade, interroga quais são os limites da uberização. É possível pensar em trabalhadores uberizados em todos os setores? Ela é mais típica e possível no setor de serviços? Estas são questões que não estão respondidas, e que talvez nem devam ser ainda, temos de aventar sobre as tendências e possibilidades. Para complicar mais a questão, ao mesmo tempo temos de nos perguntar: “é possível um operá-

rio uberizado?”. Temos de lidar com a perspectiva sobre possíveis transformações qualitativas que vêm por aí, quando o desenvolvimento da inteligência artificial já deixa claro a possibilidade de realmente eliminar massivamente uma série de postos de trabalho e profissões.

O que, de saída, está claro é que a uberização, ao mesmo tempo em que é uma novidade, em realidade confere materialidade a processos em cursos nos mais diversos setores do mundo do trabalho há um bom tempo. Intuitivamente faz sentido rapidamente pensar em professores, médicos, profissionais de limpeza, segurança, engenheiros, advogados, uberizados. A uberização subsume de forma mais clara o trabalho de profissionais liberais, transforma empregados em nanoempreendedores, transforma fazedores de bico em trabalhadores amadores bem subordinados. Em resumo, é disto que se trata.

Mas também poderíamos complicar mais ainda o debate. Se olharmos para o Brasil, alcançamos a “era do trabalho salarial” de fato para podermos dizer que ela chegará ao fim? São questões difíceis que nos desafiam a pensar nos nossos horizontes, nas nossas referências, nas nossas persistentes invisibilizações. O que está mais do que claro é que os freios postos ao capital em determinados países com mais clareza e efetividade, durante um período bem determinado do século XX, estes freios estão em jogo, e o que vemos é uma luta em dimensões globais pela eliminação destes limites.

A flexibilização do trabalho, o neoliberalismo e a globalização, por essa perspectiva, têm de ser compreendidos nesta chave. Direitos sociais se tornam custos sociais, mediações publicamente constituídas na relação capital-trabalho são postas em xeque, a tendência a tornar o trabalhador um trabalhador-empendedor *just-in-time* é evidente e já está em ato. No caso brasileiro, os elementos que em realidade são constitutivos da vida de grande parte da classe trabalhadora, em outras palavras, que são estruturais em nosso mercado de trabalho, agora passam a ter visibilidade. Mas

mais do que isto, passam a ser elementos importantes em uma forma de expropriação do trabalho que se apropria deles de forma racionalizada e centralizada. É neste sentido que faço a provocação, de que a uberização realiza a subsunção real da viração.

Gig economy

Quando vemos o termo *gig economy*, entendemos: ah sim, agora a viração tem visibilidade social. Por quê? Porque ela ultrapassou as fronteiras dos países “periféricos”, porque ela já não é mais “pré-capitalista”, porque ela chegou ao “centro”. Enfim, são relações de poder que hierarquizam e definem a nossa própria compreensão sobre nossa realidade e nosso lugar no mundo. É difícil se desvencilhar dessa engrenagem, e das dualidades que organizam pensamentos dominantes e obscurecem uma série de relações que em realidade estão no cerne do desenvolvimento capitalista. Então é bom não perder de vista essas hierarquizações quando pensamos em uma espécie de globalização da viração. Podemos sim falar em globalização, contanto que isso não signifique reafirmar uma perspectiva que pensa em um movimento como o que vai das “margens” para o “centro”. O que está em jogo, talvez pensando mais simplesmente, é que os freios à exploração do trabalho que aqui pouco se consolidaram, agora também estão sendo postos à baila nos países do... “centro”.

Caminhos e perspectivas

Para onde vamos? Não tenho ideia, mas não me parece uma perspectiva muito animadora. Pelo simples fato de que as forças do trabalho são atacadas em dimensões cada vez piores. Entretanto, o capital está cada vez mais centralizado, e os mesmos meios que hoje possibilitam a dominação e a exploração também são os meios que propiciam formas de resistência que ainda estão por vir.

Por exemplo, quando olho para os aplicativos, eu me lembro do professor Paul Singer¹⁶. Logo teremos figu-

¹⁶ Paul Singer (1932): austríaco, de Viena, mora

ras high tech que atualizarão perspectivas sobre a economia solidária, movimentos em busca de formas de organização que resistam e rompam com a exploração e a desigualdade no campo da Economia digital. Claro que com elas virão os limites, as capturas etc. O fato é que as contradições estão muito evidentes, e às vezes parecem beirar o insuportável. O que virá daí, felizmente, é o imponderável.

IHU On-Line – Afinal de contas, a Multidão se tornou um bom negócio? De que forma?

Ludmila Costhek Abílio – Sem dúvida que sim. Já temos nome para isso. O crowdsourcing¹⁷. Sobre tudo que já conversamos, me parece que é importante salientar que a exploração do trabalho hoje dá conta de transferir trabalho, riscos, custos para uma multidão, sem perder o controle sobre o trabalho. E a exploração nes-

te caso está assentada justamente no fato da multidão operar como multidão. A esfera do consumo também é parte disto, quando a multidão de consumidores se torna executora do gerenciamento sobre o trabalho. Tudo está misturado, e não dá para separar sem enfraquecer a análise. A multidão é feita de nanoempreendedores cadastrados, que concorrem entre si de forma ilocalizável, que se sabem parte de uma multidão. Motoristas Uber se enfileiram em um terreno ao lado do aeroporto de Guarulhos, e aguardam na fila, “você é o número 200 na lista de espera”, em busca da corrida mais lucrativa (e estar na fila não lhe garante em realidade nada).

O crowdsourcing é algo novo, e que desafia nossa compreensão. Borra as fronteiras entre consumo e trabalho. Borrar as fronteiras entre o que é trabalho e o que não é. O que é a multidão ativa e engajada de usuários do Facebook? Como a atividade dessa multidão é fonte de valorização para a empresa? Podemos colocar os usuários do Facebook e os cientistas do site Innocentive sob uma mesma categoria de análise? Não tenho isto claro. Mas o que está claro é que as empresas entenderam que podem agir como mediadoras entre a multidão de trabalhadores e outras empresas, entre a multidão de trabalhadores e a multidão de consumidores. Só que esta mediação é também uma forma de subordinação dos trabalhadores, e reorganiza consideravelmente o mundo do trabalho.

Por fim, o que nos mostra a multidão de motoristas Uber (quantos são pelo mundo)? O que nos mostra a multidão de revendedoras Natura?

O que nos mostra o fato de que empresas que hoje dominam o mercado como a Procter e Gamble tenham estendido seus departamentos de pesquisa e desenvolvimento para os laboratórios caseiros da multidão de cientistas amadores?

Podemos ver o engajamento do trabalhador em formas informais de intensificação de seu trabalho, em extensão do tempo de trabalho. Podemos ver que o trabalhador tem o *savoir faire* para trabalhar cada vez mais, e temos de nos interrogar sobre suas motivações, as quais são também muito pouco compreendidas. Trata-se apenas de complementar renda? Sabemos que os sentidos do mundo do trabalho, do lado do trabalhador, vão para muito além de garantir sua própria reprodução.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Ludmila Costhek Abílio – Apenas acrescentaria esta dimensão de que em realidade tenho pouco a dizer, e isto é um problema. Quando entrevisto um motoboy, ele me diz da liberdade de passar 14 horas por dia sobre uma moto e não ter patrão. Ele conta da satisfação em decidir que entrega fazer ou não, se quer trabalhar 7 dias por semana ou apenas 5. A uberização está diretamente ligada ao empreendedorismo, à flexibilização do trabalho. Isto já compreendemos bem, mas será que compreendemos de fato o engajamento produtivo do trabalhador? Suas motivações? Para além das ameaças do desemprego?■

27

no Brasil desde 1940. É formado em Economia e Administração, doutor em Sociologia, além de outras formações. Tem 23 obras publicadas. Lecionou na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. (Nota da **IHU On-Line**)
¹⁷ **Crowdsourcing** (em português, contribuição colaborativa ou colaboração coletiva): expressão em língua inglesa, composta de crowd (multidão) e outsourcing (terceirização). O termo foi cunhado em 2005 e é definido pelo Dicionário Merriam-Webster como o processo de obtenção de serviços, ideias ou conteúdo mediante a solicitação de contribuições de um grande grupo de pessoas e, especialmente, de uma comunidade on-line, em vez de usar fornecedores tradicionais ou uma equipe de empregados. Trata-se de um recurso frequentemente utilizado para dividir trabalhos tediosos, tais como aplicar questionários de pesquisa, levantar fundos para empresas iniciantes ou para instituições de caridade, e já era usado off-line, antes da era digital. Por definição, o crowdsourcing combina os esforços de voluntários identificados ou de trabalhadores em tempo parcial, num ambiente onde cada colaborador, por sua própria iniciativa, adiciona uma pequena parte para gerar um resultado maior. O “crowdsourcing” distingue-se de terceirização pelo fato de o trabalho ser feito por um público indefinido, em vez de ser encomendado ou atribuído a um grupo especificamente designado para realizá-lo. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

- **A racionalidade taylorista e sua atualização no século XXI.** Entrevista especial com Ludmila Abílio, publicada nas Notícias do Dia, de 16-10-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2o4UXmR>;

- **Uberização do trabalho: subsunção real da viração.** Artigo de Ludmila Abílio, reproduzido nas Notícias do Dia, de 1-3-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2osDaBs>.

O desejo de retorno do mundo do trabalho à escravidão

Ricardo Antunes, ao analisar a atual morfologia dos trabalhadores brasileiros, debate a maneira pela qual as reformas pretendidas mergulham o país em um retrocesso de cem anos

Ricardo Machado

Ao analisar o atual mundo do trabalho no Brasil em perspectiva com os movimentos políticos que tentam redirecionar, por meio das reformas trabalhista e previdenciária, as conquistas sociais dos trabalhadores brasileiros, **Ricardo Antunes** não usa meios-termos para definir a atual conjuntura. “Veja que na proposta deste governo *frankstein* do PMDB, que tenho classificado como um governo terceirizado, contratado para destruir os direitos do trabalho, ele faz uma proposta de previdência para que só depois de 49 anos de trabalho com salário integral, sem nenhum dia de desemprego, os trabalhadores e trabalhadoras possam se aposentar. É um processo, em verdade, criminoso. Então este é o sentido essencial do governo Temer”, critica o professor e pesquisador da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**. “A ampliação da terceirização é outro sentido forte deste governo. É um retorno à escravidão”, complementa.

Na sua avaliação, um dos fatores preponderantes dessa nova organização do trabalho é sua subordinação ao capital especulativo. “Isso significa dizer que a

ponta produtiva do capital financeiro, uma vez que ele não pode prescindir do trabalho, quer que ele funcione sob sua forma mais aviltada, mais vilipendiada, que é pelos modos da informalidade, da precarização, da flexibilidade e da devastação de todas as conquistas do mundo do trabalho”, avalia.

Ricardo Antunes é Professor Titular de Sociologia do Trabalho na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Autor, entre outros livros, de *Os Sentidos do Trabalho* (Boitempo, publicado também na Itália, Inglaterra/Holanda, EUA, Portugal, Índia e Argentina); *Adeus ao Trabalho?* (Ed. Cortez, publicado também na Itália, Espanha, Argentina, Colômbia e Venezuela) e *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* (organizador, Boitempo), Vol. I, II e III. Coordena as *Coleções Mundo do Trabalho*, pela Boitempo e *Trabalho e Emancipação*, pela Expressão Popular. Coordena as *Coleções Mundo do Trabalho*, pela Boitempo e *Trabalho e Emancipação*, pela Expressão Popular e atualmente é professor visitante na Universidade Ca’Foscari em Veneza, Itália.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como podemos caracterizar o atual cenário sobre o mundo do trabalho no Brasil?

Ricardo Antunes – O Brasil caminha sob o comando do que Florestan Fernandes¹ certa vez denominou

como contrarrevolução preventiva, que se gestou a partir do golpe que depôs Dilma² e colocou na presidên-

cia Michel Temer³, um golpe parla-

¹ **Florestan Fernandes** (1920-1995): sociólogo e político brasileiro. Foi duas vezes deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. (Nota da **IHU**

On-Line)

² **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores-PT, presidente do Brasil de 2011 (primeiro mandato) até 31 de agosto de 2016 (segundo ano de seu segundo mandato). Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment movido contra ela. No dia 31 de agosto, o Senado Federal, por votação de 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio do

impeachment foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no sítio do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Ricci intitulada *Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder*, disponível em <http://bit.ly/2bLPiHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. Em 2010, foi escolhida pelo PT para concorrer à eleição presidencial. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Michel Temer [Michel Miguel Elias Temer Lulia]**(1940): político e advogado brasileiro, ex-presidente do Partido do Movimento Democrático

“Qual o objetivo da reforma previdenciária? O primeiro deles é demolir a previdência pública; o segundo, incentivar os trabalhadores a migrarem para a previdência privada”

mentar e com fortes ressonâncias judiciais, além de um enorme apoio da mídia. Esta contrarrevolução tem como objetivo precípuo destruir todas as conquistas do mundo do trabalho e da classe trabalhadora, construídas desde o início do século 20 no Brasil. A jornada de trabalho de oito horas, o descanso semanal, o salário igual para trabalho igual, o pagamento de horas extras, tudo aquilo que, de algum modo, foi consolidado na legislação do trabalho em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, está sendo demolido pelo atual governo e pelo grupo que se apoderou do aparelho de Estado comandado por Temer e um grupo de deputados a mando do capital, sob hegemonia do núcleo financeiro. O objetivo, portanto, é destroçar a legislação social protetora do trabalho.

E quanto à reforma previdenciária, qual seu objetivo? O primeiro deles é demolir a previdência pública; o segundo, incentivar os trabalhadores a migrarem para a previdência privada; e, por fim, a consequência disso é destruir a previdência pública no Brasil. Vale um parêntese sobre o Chile, que privatizou sua previdência pública durante a ditadura militar do Pinochet⁴ e naquele contexto se di-

zia que a privatização da previdência seria algo positivo, mas qual o resultado? O Chile tem um enorme movimento popular contra a previdência privada porque as pessoas chegam no tempo de se aposentar e não conseguem. Veja que na proposta deste governo *frankstein* do PMDB, que tenho classificado como um governo terceirizado, contratado para destruir os direitos do trabalho, ele faz uma proposta de previdência para que só depois de 49 anos de trabalho, sem nenhum dia de desemprego, os trabalhadores e trabalhadoras possam se aposentar com salário integral. É um processo, em verdade, criminoso. Então este é o sentido essencial do governo Temer.

A ampliação da terceirização é outro sentido forte deste governo. É um retorno à escravidão. Trabalhadores e trabalhadoras poderão ser contratados de modo intermitente. No Reino Unido, especialmente na Inglaterra, tem uma modalidade de emprego que se chama *zero hour contract* (Contrato de zero hora), em que médicos, advogados, profissionais liberais, trabalhadores na área de serviços, eletricitas, cuidadores, etc. são chamados e prestam serviços pontuais. Se tem trabalho são chamados, se não tem não recebem. Este é o verdadeiro quadro que se pretende instaurar no Brasil. Em síntese, em uma era digital, informacional e computacional, o governo Temer quer legitimar a nova escravidão, também digital, no Brasil, e só as lutas sociais poderão

impedi-la e evitar que esse desmoronamento se consolide.

IHU On-Line – De que forma podemos definir a atual morfologia do trabalho no Brasil?

Ricardo Antunes – A construção da ideia de morfologia do trabalho tenta dar conta da heterogeneidade do trabalho em nosso país, como, aliás, ocorre em toda parte do mundo. Estou trabalhando na Itália, como professor visitante na cidade de Veneza, e posso ver isso em uma cidade onde também ocorre o desenho multifacetado do trabalho. Aqui encontra-se um proletariado de serviços enorme e um proletariado imigrante que também cresce, relacionado ao turismo, sobretudo em hotéis e restaurantes; são os pobres que trabalham em Veneza e moram nas ilhas circunvizinhas.

Mas o que é a morfologia do trabalho no Brasil? Trata-se de um núcleo *compósito e heterogêneo*, para recordar novamente Florestan Fernandes, que configura a classe trabalhadora operária e industrial, com núcleos como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, algumas capitais do Nordeste. Além disso, há a presença de um proletariado rural que acentua muito sua heterogeneidade com o agronegócio, uma mescla de agricultura e indústria, que trabalha na indústria da soja, do etanol e até a indústria de alimentos como carnes, suínos e aves para exportação, que é muito intensa. Há ainda um novo proletariado de serviços que tem um papel cada vez mais crescente no processo de criação e participação no valor. Quem é

Brasileiro (PMDB). É o atual presidente do Brasil, após a deposição por impeachment da presidente Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciam como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Augusto Pinochet** (1915-2006): general do exército chileno, governante do Chile após chegar ao poder em 11 de setembro de 1973, pelo Decreto Lei nº 806 editado pela junta militar (Conselho do Chile), que foi estabelecida para governar o Chile após a deposição e suicídio de Salvador Allende, e posteriormente tornado senador vitalício de seu país, cargo que foi criado exclusivamente para ele, por ter sido um ex-governante.

Governou o Chile entre 1973 e 1990, depois de liderar a junta militar que derrubou o governo de Salvador Allende. (Nota da **IHU On-Line**)

esse novo proletariado de serviços? Os trabalhadores e trabalhadoras de *call center*, telemarketing, hipermercados, indústrias de hotéis, motoboys, ou seja, uma miríade de trabalhadores e trabalhadoras que compreendem esse grupo de trabalhadores que se expandem exponencialmente no mundo urbano.

Menos que uma sociedade pós-industrial, conceito que nunca usei pois considero equivocado, temos que compreender a *classe-que-vive-do-trabalho* na indústria, agricultura, nos serviços, na agroindústria e na indústria de serviços como o contingente que compõe a classe trabalhadora no Brasil. Isto é, aquela que vende sua força de trabalho em troca de salário para sobreviver. Essa é a nova morfologia do trabalho no Brasil.

30 “Isso significa dizer que a ponta produtiva do capital financeiro quer que ele [o trabalho] funcione sob sua forma mais aviltada”

IHU On-Line – Em um contexto macroeconômico que privilegia o capital especulativo em relação ao capital produtivo, de que ordem são os desafios ao mundo do trabalho no cenário brasileiro?

Ricardo Antunes – É o capital financeiro, esta simbiose entre capital industrial e bancário, e que se desdobrou da ponta produtiva ao fictício e que desenha o atual mundo do trabalho à sua imagem e semelhança. Como o capital fi-

nanceiro é o mais destrutivo de todos os capitais, ele sabe que não pode prescindir do trabalho porque a ponta primeira do capital financeiro é o mundo produtivo. Nesse sentido, o capital financeiro não é a negação do mundo produtivo, mas uma forma superior em relação ao capital produtivo, ainda que o primeiro não exista sem o segundo.

Isso significa dizer que a ponta produtiva do capital financeiro (uma vez que ele não pode prescindir do trabalho), quer que ele funcione sob sua forma mais aviltada, mais vilipendiada, que é pelos modos da informalidade, da precarização, da flexibilidade e da devastação de todas as conquistas do mundo do trabalho, que foram construídas ao longo de décadas e mesmo séculos de lutas. O capital financeiro desafia o mundo do trabalho à medida que ele exige um mundo do trabalho aviltado, de modo que a luta do trabalho deve ser uma luta contra a sociedade do capital, incluindo aí todas as frações da burguesia. Há um segundo elemento: apesar da burguesia ser composta por várias frações, é o capital financeiro tem o comando geral de maneira que a parte do capital produtivo que é propriedade do capital financeiro, faz com que o primeiro vá a reboque do segundo.

Com isso qualquer ilusão de uma burguesia democrática e progressista, com o mito lulista da conciliação de classes e do apoio à burguesia industrial brasileira, mostrou-se, mais uma vez, como se não bastasse 1964⁵, fada-

da ao desastre. O mundo do trabalho sob a hegemonia financeira sempre se apresenta como um desastre.

IHU On-Line – A política de terceirizações nos governos Lula e Dilma fez os postos de trabalho terceirizados passarem de 4 milhões para 12,7 milhões de empregados. Há algo de novo no projeto atual, levado a cabo por Michel Temer, de intensificação das terceirizações?

Ricardo Antunes – Há, sim, diferenças e é importante entendê-las. Eu fui um crítico duro dos governos Lula⁶ e Dilma, pelos inúmeros limites que eles significaram em relação ao que poderia ter sido feito para o mundo do trabalho no Brasil. Ambos os governos ficaram aquém do que se poderia ter realizado em termos de reformas estruturais importantes. Não houve reforma agrária, não houve reforma financeira, não houve reforma urbana, ao contrário, foi um governo de expansão econômica, grandes benefícios para os capitais, transnacionalização da burguesia brasileira, abertura do Brasil ao capital externo, incremento no capital interno e uma pequena valorização do salário mínimo. Além disso, um Bolsa Família de perfil assistencialista, importante, mas profundamente limitada, que no máximo diminuiu um pouco os bolsões de miséria nos lugares mais empobrecidos.

⁵ **Golpe Civil-Militar:** movimento deflagrado em 1º de abril de 1964. Os militares brasileiros, apoiados pela pressão internacional anticomunista liderada e financiada pelos EUA, desencadearam a Operação Brother Sam, que garantiu a execução do Golpe, que destituiu do poder o presidente João Goulart, o Jango. Em seu lugar os militares assumem o poder e se mantêm governando o país entre os anos de 1964 e 1985. Sobre a ditadura de 1964 e o regime militar o IHU publicou o 4º número dos **Cadernos IHU em formação**, intitulado *Ditadura 1964. A memória do regime militar*. Confira, também, as edições nº 96 da **IHU On-Line**, intitulada *O regime militar: a economia, a igreja, a imprensa e o imaginário*, de 12 de abril de 2004; nº 95, de 5 de abril de 2005, *1964 – 2004: hora de passar o Brasil a limpo*. 1964; nº 437, de 13 de março de 2014, *Um golpe civil-militar. Impactos, (des)caminhos, processos*; e nº 439, de 31 de março de 2014, *Brasil, a construção interrompida - Impactos e consequências do golpe de 1964*. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Luiz Inácio Lula da Silva [Lula]** (1945): Trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava Jato. (Nota da **IHU On-Line**)

Isso não significa que não haja diferenças entre os governos Lula e Dilma e o atual governo Temer. Houve expansão dos terceirizados nos governos do Partido dos Trabalhadores – PT por que ocorreu um significativo crescimento econômico. Nós sabemos que um dos traços que Lula cita como sendo mérito de seu governo é o crescimento econômico, que ocorreu no final do primeiro mandato e no segundo mandato de seu governo e, também, no primeiro período do primeiro governo Dilma, governos que elevaram a taxa de emprego em 22 milhões de postos. E os capitais ampliaram muito esses empregos no setor terceirizado. Isso foi feito por meio de uma brecha na legislação que permitia a terceirização nas atividades meio.

O projeto Temer é profundamente destrutivo, é uma concessão cabal e completa ao mais destrutivo dos capitais, porque permite uma terceirização em todas as atividades, em todos os ramos, inclusive no setor público. Significa uma devastação das condições do trabalho no Brasil e uma regressão muito maior, porque volta-se atrás em uma legislação – que já era ruim pois permitia a vigência e que permitia a terceirização somente da atividade meio. Agora é ainda muito pior.

Sempre fui contra a terceirização e defendi que a classe trabalhadora deve ser contra, porque a terceirização avilta ainda mais o trabalho. Já esse novo projeto é um flagelo total. Caso esse projeto não sofra derrota em algum momento, inclusive com a greve geral do dia 28 de abril, que será muito importante para mostrar a capacidade de luta que a classe trabalhadora está sinalizando, será um retorno à escravidão no Brasil. Esse projeto pretende instaurar no Brasil o modelo indiano, com condições brutais de miséria exponencialmente mais amplas que as atuais e uma classe burguesa riquíssima enfeixada em seus condomínios fechados, tendo sua segurança garantida por polícias privadas. Este é o projeto

Temer e, por isso, ele precisa ser derrotado.

IHU On-Line – Tendo em conta os projetos em tramitação de reformas Trabalhista e Previdenciária, qual o rumo do trabalho no Brasil? Há formas de retomar uma condição mais favorável aos trabalhadores?

Ricardo Antunes – Só a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, dos sem teto, dos sem-terra, das periferias, das comunidades indígenas, dos brancos, dos negros, da juventude, só por meio desta luta ampliada que poderemos retomar uma condição melhor à classe trabalhadora. Este avanço, ampliação e radicalização das lutas sociais têm como segundo objetivo precípua eliminar, extinguir, mudar completamente este parlamento brasileiro. O atual congresso é o pior de toda a história republicana brasileira.

Nunca houve em nossa história um parlamento tão servil, tão pantanoso, e a coisa é tão violenta, que mesmo estando na Itália, li, na Folha de São Paulo, que uma grande parte dos deputados envolvidos na Operação Lava Jato⁷ aumentaram muito suas riquezas no último período. Estamos diante do parlamento do roubo ampliado e generalizado, com as exceções que sabemos que existem formadas por aqueles que não aparecem no Caixa 2, nos esquemas de corrupção, nas relações incestuosas com as empresas.

Será preciso, então, uma ação política radical que reconfigure

⁷ **Operação Lava Jato:** investigação em andamento pela Polícia Federal do Brasil, que deflagrou sua fase ostensiva em 17 de março de 2014, cumprindo mais de cem mandados de busca e apreensão, prisão temporária, prisão preventiva e condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar mais de R\$ 10 bilhões, podendo ser superior a R\$ 40 bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões em propinas. De acordo com investigações e delações recebidas pela força-tarefa da Lava Jato, estão envolvidos os maiores partidos do Brasil, como PP, PT, PMDB e PSDB, além de empresários e políticos de diversos partidos. A seção Notícias do Dia, do sítio do IHU, vem publicando textos e análises sobre os movimentos realizados em cada uma das fases da Operação, que ainda segue em andamento. Confira em ihu.unisinos.br/noticias. (Nota da **IHU On-Line**)

a formatação política brasileira. Com esse parlamento, este Senado, este executivo e este judiciário não é possível avançar. O judiciário também é um exemplo disso, e vivemos um processo dúplice em que há a judicialização da política (em que o judiciário se arvora em atuar sobre tudo) e a politização da justiça, de modo que alguns membros proeminentes do judiciário estão na batalha política da conservação e da contrarrevolução. A relação incestuosa de ministros do Supremo com o governo Temer, com os atuais ministros, com núcleos empresariais mostra que há um processo de contaminação do Executivo, do Legislativo e do Judiciário em que a população está muito perto de dizer que não suporta mais.

Isto significa que a forma de retomar uma condição mais favorável às classes trabalhadoras é pensar, é refletir em profundidade, pontos e questões que são centrais na vida cotidiana. Não é possível que a reforma da previdência leve à morte o trabalhador brasileiro antes de ele poder descansar um pouco. Não é possível que se retorne à escravidão do trabalho no Brasil. Em outro plano, é preciso repensar uma ação política de substância e de radicalidade que redesenhe toda a institucionalidade brasileira. Os desafios que temos pela frente não são pequenos, mas são vitais.

O quadro atual de uma política destrutiva e de um governo cuja decomposição avança a cada dia apresenta um imprevisível cenário. Em 2017 e 2018, vamos ter muitos embates, de tal modo que é significativa a mobilização para o próximo dia 28 de abril. Essa greve geral tem que ser um momento muito importante para dizer ao Executivo, ao Senado e à Câmara e ao Judiciário que tudo o que foi conquistado pela classe trabalhadora brasileira nos últimos 70 anos não pode ser destruído no pior momento político brasileiro, que é o atual. ■

Leia mais

- **“O governo Lula foi uma surpresa muito bem-sucedida para os grandes capitais”**. Entrevista especial com Ricardo Antunes publicada na revista IHU On-Line, nº 441, de 28-4-2014, disponível em <http://bit.ly/2pqoLKH>;

- **As manifestações e a luta por outro modelo de democracia**. Entrevista especial com Ricardo Antunes publicada na revista IHU On-Line, nº 434, de 9-12-2013, disponível em <http://bit.ly/1ikpd3v>;

- **“Não é a classe trabalhadora que irá pagar por uma crise cuja responsabilidade não é sua”**. Entrevista especial com Ricardo Antunes publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em 11-3-2009, disponível em <http://bit.ly/19lqDBC>;

- **“Um 1º de maio getulista em plena era lulista”**. Entrevista especial com Ricardo Antunes publicada nas Notícias do Dia, de 27-4-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/18HVgqt>;

- **“Sindicalismo nunca dependeu tanto do Estado”**. Entrevista especial com Ricardo Antunes publicada nas Notícias do Dia, de 2-5-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1bqAiXt>;

- **Um crítico da economia política**. Entrevista especial com Ricardo Antunes publicada na revista IHU On-Line, nº 400, de 27-8-2012, disponível em <http://bit.ly/RAn270812>;

- **Fenomenologia do lulismo**. Artigo de Ricardo Antunes publicado nas Notícias do Dia, de 3-1-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1hHNcZA>;

- **O migrante e os usineiros**. Artigo de Ricardo Antunes publicado nas Notícias do Dia, de 12-4-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1LEKCR>;

- **O reencontro tardio de Lula com Getúlio**. Artigo de Ricardo Antunes publicado nas Notícias do Dia, de 3-8-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1LDXs0>.



Ciclo de Estudos em EAD

OS BIOMAS BRASILEIROS
E A TEIA DA VIDA

24 de abril a 09 de junho de 2017

Prof. MS Gilberto Antonio Faggion – Unisinos

Plataforma Moodle

ihu.unisinos.br



A predominância do trabalho como labor, não como opus, na era da terceirização

José Dari Krein avalia que o projeto de reforma trabalhista, além de transferir os riscos aos trabalhadores, não contribui em nada para um projeto de nação

Patricia Fachin | Edição: Ricardo Machado

Amarcha da reforma trabalhista em direção à terceirização caminha a passos largos no Congresso, levando em sua bagagem um histórico que alia trabalho análogo à escravidão com serviços terceirizados em 80% dos casos, conforme pesquisa realizada entre 2013 e 2016. “Em poucas palavras, a questão é: que reforma trabalhista realizar? A que está sendo proposta pelo governo federal tem como finalidade atender os reclamos empresariais de reduzir custos e aumentar a flexibilidade das relações de trabalho, o que tende a produzir efeitos devastadores sobre o tecido social brasileiro”, aponta **José Dari Krein**, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. O professor e pesquisador ainda ressalta que a medida, justificada sob a égide do aumento dos postos de trabalho, é insustentável.

“A reforma em discussão no Congresso retira direitos e não cria empregos. Por motivos humanos e civilizatórios, a proposta de reforma do governo federal precisa ser combatida. Ela serve para desenvolver negócios privados, um mercado, mas mata a perspectiva de construir uma nação”, pondera. A cortina de fumaça que ganha densidade com a recessão econômica serve para

aprofundar ainda mais as desigualdades e retirar direitos dos trabalhadores. “É uma flexibilidade para baixo, para retirar direitos. É uma inversão nas hierarquias das regras em que o particular (empresa ou categoria) se sobreponha ao geral (a sociedade)”, complementa.

O trabalho na era da terceirização esvazia-se ainda mais de sentido à medida que prevalece a noção de labor, termo que designa um trabalho árduo e pesado, à de opus, mais relacionado à criação de algo socialmente e culturalmente relevante. “Grande parte das ocupações criadas nos anos recentes são desprovidas de conteúdo que dê sentido à vida”, avalia Krein.

José Dari Krein é graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR, tem mestrado e doutorado em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, onde atualmente é professor no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - Cesit.

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 18-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oXX8aD>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais as consequências de se aprovar a terceirização na atividade fim?

José Dari Krein – Na prática significa que não haverá mais travas para as empresas utilizarem a terceirização em qualquer etapa do seu

processo de produção ou realização da atividade econômica. A terceirização é uma forma de contratação mais vantajosa e barata para as empresas, mas deixa os trabalhadores em situação de maior precariedade e insegurança. Os possíveis impactos com a generalização da terceirização são:

1. Os estudos mostram que o terceirizado (que está protegido pela mesma lei geral dos demais trabalhadores) apresenta condições de trabalho piores, os salários são menores, a jornada é mais longa, as perspectivas

de trajetória profissional ficam limitadas e as expectativas de conseguir tempo de contribuições para aposentadoria se tornam mais complicadas. Ou seja, as condições de vida e de trabalho dos terceirizados são afetadas negativamente;

2. É um mecanismo que facilita o avanço da fraude, pois é mais difícil de fiscalizar, uma vez que as atividades são pulverizadas em milhares de pequenas empresas. Inclusive, há comprovação de que o trabalho análogo ao de escravo combina com terceirização em praticamente 80% dos casos inspecionados entre 2013 e 2016;
3. Contribui para desestruturar um mercado de trabalho historicamente pouco organizado e marcado por baixos salários, alta informalidade, desigualdade e alta rotatividade;
4. Fragiliza a capacidade de ação coletiva, pois o avanço da terceirização retira trabalhadores de categorias com históricos de conquistas e os coloca em outra categoria, sem tradição sindical, além de dividir ainda mais os trabalhadores em vários sindicatos. Ou seja, enfraquece os grandes sindicatos e divide ainda mais os trabalhadores;
5. Também esvazia a negociação coletiva, pois sempre estará colocada a ameaça de a empresa subcontratar setores que apresentam maior mobilização ou que conseguiram conquistas trabalhistas via greve. Ou seja, pode tornar a greve um instrumento sem eficácia;
6. Fragiliza as contas públicas e inclusive compromete as fontes de financiamento

da seguridade social, pois as terceirizadas podem ser pulverizadas em micro e pequenas empresas, enquadradas no Simples, com uma carga tributária menor e, principalmente, estimular a contratação da empresa como pessoa jurídica, em que o valor dos tributos, especialmente com Microempreendedor Individual – MEI, é muito baixo. Ou seja, é uma medida contraproducente em relação ao que o governo pretende na reforma previdenciária. Pois além da possibilidade de a terceirizada pagar menos encargos sociais e impostos, ela tende a estabelecer contratos mais sazonais, que vão ser rompidos com mais intensidade, o que afeta a arrecadação, mas, principalmente, a possibilidade de o trabalhador conseguir tempo de contribuição para um dia se aposentar;

7. Deixa o trabalhador em uma condição mais vulnerável, insegura, o que pode ter efeitos negativos sobre as condições de saúde e de vida das pessoas.

Portanto, é uma regulamentação que afeta a vida e as condições de trabalho das pessoas e ainda coloca dificuldades adicionais para pensar qualquer processo de construção da nação ou de modelo de desenvolvimento com inclusão social e valorização do trabalho.

IHU On-Line – Afinal de contas, a reforma trabalhista é necessária? Que questões urgentes deveriam entrar na pauta?

José Dari Krein – A realidade do trabalho está em constante mudança, pelo progresso técnico e pela criação de novas atividades econômicas e ocupações. O problema é que, nos últimos 30 anos, o avanço técnico e a capacidade de

produção de bens foram utilizados para criar um ambiente de maior pressão sobre os trabalhadores para aceitar, em geral, um padrão de regulação do trabalho mais flexível, instável e precário. Por exemplo, a redução da jornada do ponto de vista formal não se alterou, mas na realidade, nos países em que houve avanços, houve um aumento dos contratos parciais e temporários que reduziu horas de trabalho, e ao mesmo tempo avançou a parcela das pessoas que trabalham além da jornada legal. Ou seja, há uma tendência de compatibilizar as relações de trabalho com as características do capitalismo contemporâneo, com uma economia mais desregulamentada, financeirizada, uma produção de bens e serviços mais internacionalizados, que apresenta maior instabilidade, em que as empresas tenham liberdade de ajustar a relação de emprego às suas necessidades, tendo como referência o padrão de custos do trabalho existente nos países asiáticos.

Em poucas palavras, a questão é: que reforma trabalhista realizar? A que está sendo proposta pelo governo federal tem como finalidade atender os reclamos empresariais de reduzir custos e aumentar a flexibilidade das relações de trabalho, o que tende a produzir efeitos devastadores sobre o tecido social brasileiro, sem, no entanto, trazer os resultados esperados de melhorar as condições de competitividade e produtividade da economia, com efeitos sobre a geração de emprego.

A referência para analisar as proposições em curso não podem ser a funcionalidade econômica, mas a natureza histórica da regulação, que é garantir uma condição de dignidade a quem precisa se assalariar para poder manter a si e sua família. Portanto, a análise das medidas é feita utilizando como critérios se elas contribuem para ampliar a proteção social e redistribuir a riqueza gerada ou para alargar a liberdade da empresa na determinação das condições de contratação, uso e remuneração do trabalho.

As regras foram criadas para colocar limites ao empregador na utilização do trabalho na perspectiva de haver uma sociedade civilizada e a pessoa humana ter sua condição de dignidade assegurada. Como lembrou Polanyi¹, a sociedade não pode aceitar que o trabalho não pode ser uma mercadoria transacionada no mercado, pois ela envolve uma vida humana. A reforma em discussão no Congresso retira direitos e não cria empregos. Por motivos humanos e civilizatórios, a proposta de reforma do governo federal precisa ser combatida. Ela serve para desenvolver negócios privados, um mercado, mas mata a perspectiva de construir uma nação.

“Grande parte das ocupações criadas nos anos recentes são desprovidas de conteúdo que dê sentido à vida”

IHU On-Line – Quais são os riscos ou as implicações de se sobrepor as negociações trabalhistas à legislação? Por outro lado, em que medida isso já faz parte da rotina dos trabalhadores hoje?

José Dari Krein – Hoje é permitido aos atores sindicais estabelecer autonomamente regras para reger as relações de emprego desde que acrescente direitos ao patamar inscrito na legislação. É uma flexi-

bilidade para cima. O que se pretende é que as tratativas possam negociar restringindo ou até derogando o que está inscrito na legislação. É uma flexibilidade para baixo, para retirar direitos. É uma inversão nas hierarquias das regras em que o particular (empresa ou categoria) se sobreponha ao geral (a sociedade).

A prevalência do negociado sobre o legislado não fortalece os sindicatos, pois com ela estão vindo outras propostas que fragilizam os sindicatos, tais como a regulamentação da representação no local de trabalho, que é independente do sindicato e pode exercer o papel negocial dos sindicatos e resolver conflitos trabalhistas (suprimindo o papel da Justiça do Trabalho), os estrangulamentos do financiamento sindical e a fragmentação da categoria com a terceirização. Tudo isso em um contexto de crise econômica e de alto desemprego, em que o movimento sindical tende a ter, no âmbito da categoria, uma postura defensiva, pois a prioridade é negociar com a expectativa de manter o emprego, e não de assegurar direitos.

A experiência mostra que muitos sindicatos assinaram acordos bastante lesivos aos trabalhadores. Por exemplo, acordos prevendo uma jornada de 12 horas diárias de segunda a sábado. Outro caso é o sindicato excluir uma parte dos trabalhadores do adicional de periculosidade. Exemplos não faltam. Alguns são revertidos na Justiça do Trabalho, quando esta é acionada.

Boas negociações pressupõem a existência de sindicatos representativos, o que é um problema, pois parte significativa das entidades sindicais brasileiras são cartoriais. Combinado com contexto econômico, político e ideológico desfavorável ao trabalho e à ação coletiva, a instituição da prevalência do negociado pode ter um efeito devastador sobre a estruturação do mercado de trabalho e o tecido social.

IHU On-Line – Caminhamos para o fim da sociedade fordista, de garantia no emprego e relações contratuais estáveis?

José Dari Krein – Estamos em uma sociedade de profundas mudanças, em que as bases do que é denominado de fordismo foi desconstruído nos anos recentes. Ou seja, uma das principais mudanças foi a pressão para desconstruir direitos e diminuir a proteção social em todos os países mais avançados. Um processo que ocorreu por mudanças no marco legal ou por esvaziamento das negociações coletivas ou diminuição da sua abrangência. Por exemplo, nos Estados Unidos, como nunca houve grande proteção a partir do Estado e a seguridade construída estava na negociação coletiva, houve uma brutal redução da cobertura e hoje somente 7% dos trabalhadores privados estão cobertos por contratos coletivos de trabalho.

Os estudos mostram que parte importante dos trabalhadores está submetida a condições de trabalho muito ruins. O aumento da produtividade não se reverteu em favor dos salários e houve forte aumento da desigualdade. O mundo da instabilidade e insegurança a que os trabalhadores estão submetidos, em um contexto de globalização e deslocamento produtivo para regiões com menores custos, possibilitados pelas inovações tecnológicas, é o que impera. Assim, avançou-se na desproteção, sem, no entanto, alterar a condição básica da relação de emprego, que é o assalariamento; ou seja, o assalariamento continua sendo a relação predominante, mas expressando, do ponto vista jurídico, diferentes modalidades de contratação, mais temporária, sazonal, sem proteção, terceirizada. Assim como se avançou na flexibilização da jornada e na remuneração variável.

A questão fundamental é que as travas regulatórias perderam forças e caminha-se para ajustar as relações de emprego ao que é bom para os negócios. Neste sentido, é um período de vingança do capital sobre o trabalho, pois foram erodidas as

¹ **Karl Polanyi** (1886-1964): economista austríaco. Sua obra principal é *A Grande Transformação - as origens de nossa época* (Rio de Janeiro: Campus, 2000), escrita nos Estados Unidos de 1940 a 1943. Sobre o economista, a **IHU On-Line** 147, de 27-6-2005, dedicou o tema de capa *A grande transformação. As origens de nossa época. Os 60 anos da obra clássica de Karl Polanyi*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon147>. (Nota da **IHU On-Line**)

bases para a constituição de uma sociedade com inclusão e distribuição mais equitativa da riqueza gerada, inclusive alterando a concepção dos indivíduos sobre a sua perspectiva de vida no trabalho, como nos mostram Laval² e Dardot³ – Nova Razão do Mundo (São Paulo: Boitempo, 2016) –, em que estamos numa sociedade da concorrência permanente e de fragilização das instituições que historicamente se contrapuseram à lógica de organização do trabalho em uma sociedade de mercado. É um mundo do trabalho mais fragmentado, instável e flexível, com uma reconfiguração da classe trabalhadora, em que as ocupações estão fortemente localizadas nos serviços, que é mais pulverizado e com menor tradição sindical. Não é uma construção decorrente simplesmente do processo de organização da produção e do trabalho, mas resultante da lógica de como se organiza o processo de acumulação no capitalismo contemporâneo.

IHU On-Line – Como pensar uma sociedade da inclusão social via emprego se o mesmo está em crise? Quais são as alternativas?

José Dari Krein – Não existe um determinismo tecnológico e inexorável na produção de bens e da estrutura social. Infelizmente, continua-se em uma sociedade capitalista, em que o emprego (ou outra forma disfarçada de subordinação) continua sendo a forma predominante de grande parte das pessoas obterem renda para sobreviver. O que se reduziu foram as proteções para os que trabalham e os sindicatos foram

fragilizados. Houve uma efetiva reconfiguração da classe trabalhadora, criando dificuldades adicionais para ação coletiva. Mais, essas alterações precisam ser entendidas em um contexto mais amplo – político, econômico e ideológico – em que se viabiliza a acumulação capitalista, em que os ganhos de produtividade tendem a eliminar postos de trabalho e a criar outras atividades, em que os indivíduos continuam vulneráveis e inseguros. As manifestações de precariedade, possivelmente, não mais se refletem nas taxas de desemprego, pois parte das pessoas simplesmente não está mais buscando se inserir ou aceitando qualquer atividade para ter acesso a políticas de transferência de renda ou simplesmente por não ter opção.

Grande parte das atividades oferecidas são pouco edificantes, e a crescente desocupação aumenta a perda de significado do trabalho como realização pessoal. É um mero meio para conseguir uma renda. Grande parte das ocupações criadas nos anos recentes são desprovidas de conteúdo que dê sentido à vida. Como é crescente a ausência de emprego, há, especialmente nos jovens, a tendência de avançar o desalento. Ao mesmo tempo, avança-se na lógica de incutir nos trabalhadores a visão de empreendedorismo e empregabilidade como saída para um mercado de trabalho hostil e escasso, o que constitui um grande problema para construção de identidade coletiva. Ou seja, as características do capitalismo contemporâneo são absolutamente desfavoráveis ao trabalho e à ação coletiva.

Neste contexto, as alternativas que se pode apontar são:

1. a resistência contra a desconstrução dos direitos sociais, pois a sua eliminação tem consequências sobre o tecido social e as possibilidades de lutar no futuro para qualquer projeto com inclusão social, e que, ao menos, os ganhos de

produtividade sejam repartidos com os trabalhadores e a sociedade;

2. proposição de reformas que ampliam a proteção social, dentro das características do trabalho contemporâneo. Por exemplo, regular para não permitir que o mercado de trabalho se torne “uberizado”;
3. defesa da redução da jornada de trabalho, combinada não somente com a distribuição do trabalho útil, mas com uma nova perspectiva de as pessoas viverem a vida em todas as suas dimensões, inclusive com redefinição do padrão de consumo e preservação da vida natural;
4. assegurar mecanismos de proteção social da sociedade, em que os avanços tecnológicos de redução do trabalho necessário sejam revertidos à coletividade, inclusive com a garantia de uma renda mínima que seja suficiente para assegurar a condição de vida das pessoas independentemente do trabalho;
5. criar formas de atividades coletivas, voltadas para o bem-estar coletivo e de preservação do meio ambiente;
6. abertura para criação e fortalecimento de organizações sociais que sejam capazes de vocalizar as aspirações dos jovens e de todos que precisam trabalhar para viver. É muito

² **Christian Laval:** é pesquisador e professor de Sociologia da Universidade Paris-Ouest Nanterre-La Défense. É autor de *L'Homme économique: Essai sur les racines du néolibéralisme* (Gallimard, 2007) e também de um volume de História da Sociologia, *L'ambition sociologique* (Gallimard, 2012). Publicou no Brasil, juntamente com Pierre Dardot, o livro *A nova razão do mundo* (Boitempo, 2016). (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Pierre Dardot:** é filósofo e pesquisador da Universidade Paris-Ouest Nanterre-La Défense, especialista no pensamento de Marx e Hegel. Desde 2004, com Christian Laval, coordena o grupo de estudos e pesquisa Question Marx, que procura contribuir com a renovação do pensamento crítico. Publicou no Brasil, juntamente com Christian Laval, o livro *A nova razão do mundo* (Boitempo, 2016). (Nota da **IHU On-Line**)

difícil ter democracia sem entidades representativas que possam fazer o contraponto.

IHU On-Line – Muitos fizeram críticas ao movimento sindical nos últimos anos, por considerarem que ele foi cooptado nos governos Lula e Dilma. Qual é a relevância dos sindicatos para o trabalhador nos dias de hoje e de que modo os trabalhadores têm se relacionado com os sindicatos?

José Dari Krein – Os sindicatos foram instituições criadas para defender os trabalhadores das condições perversas do trabalho assalariado, na perspectiva de assegurar condições de vida e de trabalho, de repartir os resultados da riqueza gerada e de fomentar movimentos de questionamento da sociedade para construção de novas formas de organização social, assim como são instituições fundamentais para a efetivação da democracia. Sem dúvida há uma difusão de novas organizações e movimentos sociais, que são bem-vindas em um contexto em que novas questões são vocalizadas e são fundamentais para construção de uma sociedade de inclusão e de respeito da diversidade. No entanto, ainda considero, apesar de seu desgaste e burocratização, que os sindicatos são muito importantes, pois estamos vivendo uma sociedade capitalista em que permanecem as classes sociais.

O sindicalismo nos anos 2000 apresenta movimentos contraditórios. Por um lado, se fortaleceu no âmbito da categoria profissional, ao obter resultados positivos nas negociações salariais entre 2004 e 2014, aumentando o número de greves e ampliando o número de sindicalizados em 4,5 milhões. Nos anos de 2014 e 2015 (últimos com dados disponíveis), houve um crescimento de 1,5 milhão de novos sindicalizados no Brasil. Por um lado, somente nas mobilizações recentes de 2017 conseguiu um certo protagonismo na

sociedade, algo que tinha perdido nas duas últimas décadas. As ações de defesa dos direitos sociais e contra as reformas estão mostrando uma possibilidade de recuperação de terreno na confiança na sociedade. No entanto, a sua capacidade de mobilização, com algumas exceções, ainda se mostra pequena.

Por enquanto, o peso do sindicalismo é maior mais pela sua estrutura do que pela capacidade de mobilização. Ou seja, a resistência às reformas é uma oportunidade aberta para o sindicalismo se reconectar com a sociedade, e existem sinais desta perspectiva, como a mobilização de 15 de março passado, que foi a maior paralisação trabalhista desde 1989. A oportunidade pode se constituir em uma forma de movimento sindical de se desburocratizar e se aproximar tanto dos trabalhadores quanto dos outros movimentos sociais, pois o momento exige uma capacidade de ação mais geral na sociedade na perspectiva de assegurar direitos e de combater os desmontes que estão em curso pelo governo, Congresso e judiciário.

IHU On-Line – Qual é a sua avaliação da reforma trabalhista, a partir do relatório da Comissão especial?

José Dari Krein – O parecer do Relator, Rogério Marinho, de sua proposta de reforma trabalhista ao país, foi apresentado na primeira quinzena de abril⁴. A sinalização é propor uma reforma bastante ampla que sepulta a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e cria um novo código do trabalho muito menos protetivo aos trabalhadores. Ou seja, significa um imenso retrocesso social, pois reconstitui, ressalvadas as devidas diferenças históricas, as bases para submeter o trabalhador aos desígnios do mercado, transformando a vida das pessoas ao leilão

da compra e oferta. Por exemplo, a proposição, entre as 100 mudanças anunciadas, de legalizar contratos em que as pessoas ficam à disposição das empresas, mas somente recebem na hora que efetivamente trabalharem ou por produto realizado. A pessoa pode ficar o dia todo no local de trabalho, à disposição, mas se, por qualquer problema da empresa, não realizar o trabalho, fica sem receber. É um exemplo, entre vários outros sacos de maldades que a proposta contém.

Tudo isso é feito sob argumentos falsos ou que não encontram evidência empírica na realidade, tais como:

1. há inúmeros estudos que mostram que a flexibilização não é capaz de gerar emprego;
2. a produtividade não decorre da flexibilização, mas de inúmeros outros fatores, tende sempre ser pró-cíclica, crescendo no momento que a economia incrementa;
3. a segurança jurídica almejada pelas empresas é para fazerem o que é bom para os seus negócios, transferindo a insegurança aos trabalhadores;
4. o ataque à Justiça do Trabalho pelo número expressivo de processos trabalhistas é outra falácia, pois a Justiça Federal, mesmo tendo menos capilaridade, tem um número de processos maior. Ou seja, é o ataque às instituições que possam colocar freios à liberdade do empregador de fazer o quiser com os seus assalariados;
5. gera uma competitividade espúria, em que a redução de custos recai somente sobre a condição de vida dos trabalhadores, reforçando uma

4 O relatório pode ser lido em <http://bit.ly/2oOG-3jE>. A votação de reforma, no entanto, deve ocorrer somente depois do dia 25 de abril de 2017, dado que alguns deputados pediram vistas. (Nota da IHU On-Line)

tendência de maior rebaixamento dos salários;

6. fragiliza imensamente as fontes de financiamento da seguridade social e das políticas sociais. Enfim, é uma reforma que atende os pleitos dos empresários para reduzir custos, mas com imenso potencial de

esgarçar o tecido social e aprofundarmos uma sociedade marcada pela desigualdade, violência e exclusão social. É a morte dos direitos trabalhistas. Não tem como não ficar indignado com a monstruosidade que se quer promover no Brasil com a reforma trabalhista apresentada.

A proposta em discussão tem um efeito desestruturador da sociedade e comprometedor do nosso futuro mais intenso do que a reforma da previdência. As possibilidades de a reforma passar são grandes, pois não exige quórum qualificado no Congresso e as centrais sindicais se encontram divididas na matéria, o que fica nítido nas escassas e confusas manifestações públicas de algumas delas. ■

Leia mais

- **A crise como pretexto para reeditar velhos ataques.** Entrevista com José Dari Krein, publicada na revista IHU On-Line número 484, de 2-5-2016, disponível em <http://bit.ly/2oFDNeo>;

- **PL 4330: Submissão absoluta dos trabalhadores aos desígnios do capital.** Entrevista com José Dari Krein, publicada nas Notícias do Dia de 29-4-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2plswaM>;

- **Formalização e flexibilização – avanços e retrocessos no mundo do trabalho.** Entrevista com José Dari Krein, publicada na revista IHU On-Line número 441, de 28-4-2014, disponível em <http://bit.ly/2ppG4ex>;

- **O esgotamento de um modelo de desenvolvimento e da globalização neoliberal.** Entrevista com José Dari Krein, publicada na revista IHU On-Line número 291, de 4-5-2009, disponível em <http://bit.ly/2oDrvRQ>;

- **Sindicatos: “um movimento com sinais trocados”.** Entrevista com José Dari Krein, publicada na revista IHU On-Line número 390, de 30-4-2012, disponível em <http://bit.ly/2oDAItD>;

- **“Classe média, renda e crédito são sinônimos do capitalismo”.** Entrevista com José Dari Krein, publicada na revista IHU On-Line número 352, de 29-11-2010, disponível em <http://bit.ly/2omBhG9>.



A escalada da violência diante dos avanços econômico-sociais na (re)produção das metrópoles

Prof. Dr. Luis Flávio Saporì
– PUC-Minas

27 de abril (quinta-feira) | 19h30min
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros

ME
TRÓ
PO
LES

ihu.unisinos.br

19h30min às 22h – Conferência: Itinerários versados – redes, pertencças e modos de ser nas periferias de Porto Alegre



**10 de maio
(quarta-feira)**

Conferencista
Prof. Dr. Leandro Rogério
Pinheiro – UFRGS

39

5º CICLO DE ESTUDOS

Políticas públicas e
tecnologias de governo.

ME
TRÓ
PO
LES

A centralidade das
PERIFERIAS
brasileiras.

UNISINOS | São Leopoldo
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br



Uma renda básica como política social para melhorar a vida de todos

Josué Pereira da Silva defende remuneração mínima para população pobre, mas destaca que ela também precisa ser vista como forma de beneficiar os trabalhadores

Ricardo Machado | Edição: João Vitor Santos

Discutir a necessidade de uma renda básica universal até mesmo numa roda de amigos não é tarefa fácil. Inevitavelmente, vão surgir as variações do argumento: “isso é para alimentar quem não quer trabalhar. Quem vai bancar?”. Um contra-argumento que pode refutar esse, de lugar comum, é a necessidade de compreender de qual renda mínima de fato se está falando. “A renda básica universal enquanto política social pode beneficiar principalmente a população em condições de pobreza, mas pode beneficiar também os trabalhadores que aparentemente não precisam de uma renda desse tipo”, esclarece o professor Josué Pereira da Silva, um dos estudiosos do tema no país.

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Josué explica que, no caso de pessoas que vivem na pobreza, essa pode ser a chance de mudar de situação. “Pode-se argumentar que a renda básica garantida contribuiria para aumentar o poder de barganha dos trabalhadores, reduzindo os efeitos de expectativas de desemprego nos momentos de negociação de melhores salários e condições de trabalho”, com-

pleta. Mas é difícil falar disso hoje. “E essa dificuldade decorre, a meu ver, da hegemonia dos valores capitalistas dominantes, inclusive entre setores da esquerda”, aponta. Para ele, uma saída pode ser esclarecer movimentos sociais acerca do tema. “O problema não é propriamente a falta de recursos, mas a falta de um projeto político que priorize a cidadania em vez de satisfazer-se apenas em agradar ao mercado”, aponta.

Josué Pereira da Silva é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo – USP, mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e doutor em Sociologia pela New School for Social Research, Nova Iorque, Estados Unidos. Atua como professor na Unicamp. Desde 2011 coordena, junto com Sílvio Camargo, o grupo de pesquisa Teoria Crítica e Sociologia. De sua produção bibliográfica, destacamos *André Gorz. Trabalho e política* (São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002); *André Gorz e seus críticos* (São Paulo: Annablume, 2006); e *Por uma sociologia do século XX* (São Paulo: Annablume, 2007).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como as questões relacionadas a trabalho e renda confluem para as discussões sobre a renda básica universal?

Josué Pereira da Silva – A primeira chave para pensar essa relação entre trabalho e renda está na chamada crise do Estado de bem-estar social, bem definido por Gos-

ta Esping-Andersen¹ como “social citizenship state” (Estado de cida-

¹ **Gosta Esping-Andersen** (1947): sociólogo dinamarquês cujo foco principal é o estado de bem-estar e seu lugar nas economias capitalistas. Esping-Andersen é professor da Universidade Pompeu Fabra em Barcelona (Espanha) e membro do Comitê Científico do Instituto Juan March e do Conselho de Curadores e do Conselho Científico do IMDEA Instituto de Ciências Sociais, em Madrid (Espanha). (Nota da **IHU On-Line**)

dania social), em seu livro *Politics Against Markets. The Social Democratic Road to Power*². A despeito das muitas críticas – burocratização, centralização, androcentrismo – que esse modelo de Estado social recebia de diversos quadrantes, ele tinha a

² Princeton University Press, 1985. (Nota do entrevistado)

“Não vejo a renda básica como panaceia para todos os problemas. Mas acho que ela poderia facilitar bastante o combate à pobreza extrema e à desigualdade social”

virtuosidade de combinar crescimento econômico com o pleno emprego da força de trabalho. Era a partir da administração desse equilíbrio entre crescimento econômico e pleno emprego que o Estado de bem-estar social geria, pela garantia de direitos sociais (educação, saúde e renda), uma aceitável distribuição da riqueza socialmente produzida, apaziguando com isso o conflito entre os principais atores envolvidos. Para além das diferenças entre os diversos modelos de Estado de bem-estar – anglo-americano, central-europeu e nórdico-europeu –, esse era seu desenho predominante.

Com a crise fiscal, inicialmente, e a revolução tecnológica, num segundo momento, o equilíbrio da equação de crescimento econômico e pleno emprego se desfez. O crescente desemprego estrutural e tecnológico daí decorrente contribuiu, de um lado, para reduzir a base fiscal arrecadadora de impostos do Estado e, de outro, para aumentar a demanda por direitos sociais. Grosso modo, é do contexto de desemprego da década de 1980, portanto, que emergiu o debate contemporâneo sobre transferência direta de renda, que tem como marco principal o texto “A Capitalist Road to Communism” (um caminho capitalista para o comunismo), de Robert van der Veen³ e Philippe Van Parijs⁴, de 1986 (*Theory and Society*, volume 15, número 5).

js⁴, de 1986 (*Theory and Society*, volume 15, número 5).

Mas esse tipo de explicação diz respeito principalmente aos países centrais do capitalismo. Em países da periferia do capitalismo como o Brasil, além dos problemas apontados acima, temos também como agravantes a pobreza extrema que atinge significativos setores da população e uma mais acentuada desigualdade social. Assim, se nos países centrais a adoção da renda básica de cidadania pode significar um caminho para reconstruir o Estado de bem-estar, em países como Brasil ela pode oferecer as condições materiais necessárias para tirarmos parte da população da condição de subcidadania, garantindo-lhe mais autonomia e dignidade, condições fundamentais para a construção de uma cidadania plena entre nós.

IHU On-Line – André Gorz⁵ pensou a necessidade de se im-

⁴ **Philippe Van Parijs** (1951): economista e filósofo belga. Estudou economia, direitos, sociologia e linguística e obteve um doutorado na Universidade de Oxford. Ele é professor na Universidade de Louvain-la-Neuve e Harvard. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **André Gorz** (1923-2007): filósofo austríaco. Escreveu inúmeros livros, vários deles traduzidos para o português, entre eles *Adeus ao proletariado* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica* (São Paulo: Annablume, 2003) e *Misérias do Presente, Riqueza do Possível* (São Paulo: Annablume, 2004). Realizamos uma entrevista com André Gorz, publicada parcialmente na 129ª edição da revista **IHU On-Line**, de 2-1-2005, e na íntegra no número 31 dos **Cadernos IHU ideias**, com o título *A crise e o êxodo da sociedade salarial*, disponível para download em <http://migre.me/BizH>. Sobre André Gorz também pode ser lido o texto *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*, de autoria de André Langer. O texto está publicado nos **Cadernos IHU** nº 5, de 2004, disponível para download em <http://migre.me/BIAl>. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU deu ampla repercussão à morte de Gorz. Para acessar o material, acesse as Notícias do Dia 26-9-2007. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Robert Jan van der Veen** (1943): teórico político holandês, atualmente é professor assistente de ciência política na Universidade de Amsterdam. Antes disso, estava no Instituto Holandês de Estudos Avançados de Trabalho (entre 1977 e 1978) na Universidade de Groningen, onde se graduou em 1991, no Departamento de Economia da Universidade de Rotterdam Erasmus e da Universidade de Warwick. Van der Veen tem um fundo em marxista teoria política e economia política. Como tal, ele foi envolvido na década de 80 com o marxismo analítico. Ele tem se especializado no período final na relação entre o comportamento racional e ambiental e renda básica. (Nota **IHU On-Line**)

plementar políticas de renda básica universal em dois momentos históricos distintos, na década de 1980 e, depois, nos anos 1990. O que estava em jogo nesses diferentes períodos?

Josué Pereira da Silva – De fato, os textos que André Gorz escreveu sobre o assunto permitem que se distinga uma mudança em sua abordagem da renda básica, ou alocação universal – termo mais utilizado na França para falar de renda básica. Antes de 1997, Gorz defendia a desvinculação entre renda e tempo de trabalho, mas insistia na necessidade de manter o vínculo entre trabalho e renda porque acreditava no “direito ao trabalho”, ainda que em duração reduzida, como “direito político” de participar da produção social. Para ele, era a manutenção do vínculo entre trabalho e renda que caracterizava o que ele considerava a “posição de esquerda”, enquanto associava a transferência incondicional de renda ao que denominava “posição de direita”.

Sua mudança de posição a respeito a partir de 1997 decorre, segundo ele próprio, de uma reavaliação do contexto histórico, caracterizado principalmente pela emergência do “imaterial”, que em sua avaliação impossibilitava a aplicação de critérios de equivalência no cálculo das contribuições individuais e, portanto, na atribuição das remunerações na forma de salário. Há outras razões alegadas para a mudança de posição, como a globalização; mas é certamente a crescente importância da dimensão do imaterial no mundo da produção o principal fator por trás de sua mudança de posição. Em meu livro *Por que*

*renda básica*⁶, eu trato mais detalhadamente deste tema.

IHU On-Line – Que transformações no mundo do trabalho tornaram o debate sobre a renda básica universal extremamente atual?

Josué Pereira da Silva – Creio que as respostas às duas questões anteriores já contemplam esta questão. Mas, de forma resumida, podemos dizer que desemprego estrutural e tecnológico, pobreza e desigualdade social extremas, crescente relevância da produção imaterial, a globalização da economia e seus efeitos perversos sobre as vidas das pessoas em diversas partes do mundo, tudo isso torna mais vulnerável a segurança material de importantes setores da população mundial. Em tal contexto, a renda básica pode ser uma importante proteção contra as incertezas; daí a atualidade do debate.

IHU On-Line – No Brasil, dado o conservadorismo político do atual Congresso, como se poderia construir uma agenda em torno da renda básica universal? De onde viriam os recursos?

Josué Pereira da Silva – A renda básica universal enquanto política social pode beneficiar principalmente a população em condições de pobreza, mas pode beneficiar também os trabalhadores que aparentemente não precisam de uma renda desse tipo. Se no primeiro caso parece indiscutível sua pertinência, no segundo pode-se argumentar que a renda básica garantida contribuiria para aumentar o poder de barganha dos trabalhadores, reduzindo os efeitos de expectativas de desemprego nos momentos de negociação de melhores salários e condições de trabalho. Ademais, a renda básica, enquanto tal, não se contrapõe a nenhuma das reivindicações dos diferentes movimentos sociais. Por isso, ao contrário, ela pode até contribuir para unificar suas ações em torno de uma pauta comum.

⁶ Annablume, 2014, páginas 63-83. (Nota do entrevistado)

A despeito de tudo isso, o grande problema de “construir uma agenda em torno da renda básica universal” é a dificuldade em sensibilizar os diversos movimentos sociais para sua importância. E essa dificuldade decorre, a meu ver, da hegemonia dos valores capitalistas dominantes, inclusive entre setores da esquerda. Quanto aos recursos, creio que é uma falsa questão. O problema não é propriamente a falta de recursos, mas a falta de um projeto político que priorize a cidadania em vez de satisfazer-se apenas em agradar ao mercado. A propósito, basta comparar, a título de exemplo, o montante de recursos destinados anualmente ao Programa Bolsa Família (R\$ 29,7 bilhões), que não chega a 0,5% do Produto Interno Bruto – PIB, com os recursos destinados ao que recentemente ficou conhecido, no noticiário da grande imprensa, como “Bolsa Empresário”, cujo montante estimado para este ano (R\$ 224 bilhões) alcança 3,4% do PIB (Cf. *Folha de S. Paulo*, 16/10/2016).

IHU On-Line – Quando se discute o mundo do trabalho em perspectiva com a economia, muitas vezes se recorre ao argumento do crescimento do PIB. De onde vem esta obsessão pelo crescimento do PIB? Este crescimento tem mais a ver com as dinâmicas do capital ou com a geração de postos de trabalho?

Josué Pereira da Silva – O crescimento econômico em si não é um problema; mas é problemática a obsessão pelo crescimento, sobretudo quando não há preocupação com seus efeitos negativos de longo prazo sobre o ambiente natural. É difícil imaginar capitalismo sem crescimento econômico, mas há uma excessiva valorização do produtivismo como se fosse o único caminho possível para se alcançar o bem-estar da população. É essa lógica produtivista hegemônica, da qual a esquerda tradicional não consegue escapar, que explica a obsessão pelo crescimento, seja quando vista pela dinâmica do capital, seja pela imaginada geração de postos de trabalho que dele se espera. Nesse caso, ambas, dinâmica do capital e geração de em-

pregos, aparecem como os dois lados de uma mesma moeda.

IHU On-Line – Como os projetos de lei de reformas trabalhista e previdenciária propostos pelo atual governo acentuam ainda mais as desigualdades sociais?

Josué Pereira da Silva – Antes de tudo, é preciso dizer que as duas me parecem mais contrarreformas que visam desconstruir importantes conquistas históricas da precária cidadania brasileira do que reformas no sentido clássico que sempre estiveram vinculadas a melhorias nas condições de vida da população. Por outro lado, não há discussão séria e profunda sobre o alegado déficit da previdência e tampouco sobre a seguridade social num sentido amplo, que não deve ser tratada apenas em termos atuariais. Além do mais, elas são levadas a efeito por um governo, cujo poder herdado não resulta de um programa eleito para esse fim.

Por tudo isso, fica-se com a impressão de que se trata de um desdobramento tardio daquilo que na década de 1990 ficou conhecido como “workfare”, cujo principal objetivo é criar um ambiente favorável aos interessados no enfraquecimento da legislação trabalhista e na expansão da previdência privada. Ou seja, sua lógica é expandir a fronteira da privatização.

IHU On-Line – Como a implementação da renda básica universal atualiza a ideia de trabalho a partir de noções como *labor* (trabalho produtivo) e *opus* (trabalho artístico e cultural)?

Josué Pereira da Silva – Como já escrevi antes, não vejo a renda básica de cidadania como panaceia para resolver todos os problemas da humanidade. Mas acho que ela poderia facilitar bastante o combate à pobreza extrema e à desigualdade social, acentuada pela crise dos sistemas de proteção social e pela globalização da economia. Não sei se a renda básica atualiza a ideia de trabalho em qualquer dos dois sentidos mencionados, mas ao garantir às pessoas uma renda desvinculada do assalariamento,

ela cria condições para que as pessoas possam desenvolver suas potencialidades sem a pressão da luta pela sobrevivência material.

Isso daria mais autonomia para as pessoas decidirem onde preferem empregar suas energias, inclusive dedicando-se, por exemplo, a atividades socialmente importantes – artísticas, culturais, artesanais etc. – mas sem valor de mercado. O amplo desenvolvimento desse tipo de atividade poderia implicar mudanças na percepção e na relação das pessoas com o trabalho assalariado.

IHU On-Line – Chegamos à fronteira do trabalho assalariado ou esse modelo ainda tem fôlego? Quais devem ser os rumos do trabalho no século 21?

Josué Pereira da Silva – O peso do trabalho assalariado como norma no mundo contemporâneo é inegável. E tudo indica que assim continuará ainda por muito tempo. Mas vejo duas tendências mais ou menos claras: a sensação de que tudo virou trabalho e a expansão da lógica da mercadoria para os mais recônditos domínios da vida social. Em tal situação, a luta principal, a meu ver, deve ser contra a tendência de se transformar tudo em mercadoria; conseqüentemente, embora o trabalho assalariado seja o padrão normativo dominante, não podemos aceitar que toda atividade se transforme em tra-

balho assalariado.

IHU On-Line – Em uma economia do conhecimento, em que o trabalho intelectual (no sentido de circulação de informações) prepondera sobre o trabalho material, de que ordem são os desafios à geração de renda?

Josué Pereira da Silva – No contexto da economia de conhecimento, a criação de riqueza num sentido amplo (e não apenas geração de renda) assenta-se mais na interação e na criatividade social, cuja contribuição individual não é passível de medição, do que na relação de equivalência direta típica das trocas no mercado. Se a chamada economia do conhecimento se apropria dessa riqueza socialmente produzida, então o problema principal não é mais o da geração de riqueza, mas o de sua distribuição. Daí a pertinência da renda básica universal.

IHU On-Line – Não seria a renda básica universal uma forma de “salvar” o capitalismo?

Josué Pereira da Silva – Difícil saber. A resposta será afirmativa se a renda básica universal se limitar a um patamar tão reduzido que não seja suficiente para garantir condições de vida digna às pessoas, de forma que elas continuem precisando se submeter às exigências do capitalismo neoliberal.

Mas caso sua implementação se dê com sólido apoio social e a partir de um montante suficiente para garantir condições materiais que permita a cada pessoa viver com dignidade sem precisar necessariamente vender sua força de trabalho no mercado, ela também pode se transformar naquilo que André Gorz denomina “reforma revolucionária”, contribuindo, assim, para “desmercadorizar” parcialmente a força de trabalho e para desafiar com isso um importante pilar do capitalismo.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Josué Pereira da Silva – Primeiro, que já temos desde janeiro de 2004 uma lei, sancionada pelo então presidente Lula, que previa a instituição da renda básica de cidadania no Brasil a partir de 2005, mas que ainda não saiu do papel. Por outro lado, embora não ignore que o contexto atual brasileiro e mundial é bastante adverso, continuo achando que não dá para perder a esperança e deixar de acreditar num futuro melhor. Mas, para tanto, precisamos também de uma esquerda diferente daquela até aqui dominante. Uma esquerda que tenha de fato apreço pela democracia e pela ética, que realmente se oponha à expansão desenfreada do capitalismo neoliberal e que também não seja cega às conseqüências negativas dessa expansão capitalista para as vidas das populações mais vulneráveis e para o ambiente natural. ■

Leia mais

- **Renda Básica fortalece a autonomia.** Entrevista com Josué Pereira da Silva, publicada na revista IHU On-Line número 333, de 14-6-2010, disponível em <http://bit.ly/2ppQ6wg>;
- **Renda básica: alternativa para a diminuição das desigualdades sociais.** Entrevista com Josué Pereira da Silva, publicada na revista IHU On-Line número 373, de 12-9-2011, disponível em <http://bit.ly/2oP22r0>;
- **Renda básica: uma proposta que permite desfrutar da igualdade.** Entrevista especial com Josué Pereira da Silva, publicada nas Notícias do dia de 5-6-2014, no sítio do Instituto Humanistas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pII2Ua>;
- **Uma nova luz sobre o pensamento da esquerda.** Entrevista com Josué Pereira da Silva, publicada na revista IHU On-Line número 238, de 1-10-2007, disponível em <http://bit.ly/2nUPzml>;
- **Cidadania, autonomia e renda básica.** Artigo de Josué Pereira da Silva, publicado no Cadernos IHU ideias número 149, disponível em <http://bit.ly/2nUNWVH>.

Publicações da revista IHU On-Line sobre o tema do trabalho

- **1º de maio: trabalho e memória.** Revista IHU On-Line, número 57, de 24-4-2003, disponível <http://bit.ly/2pa0tSm>;
- **Economia Solidária e a crise do mundo do trabalho.** Revista IHU On-Line, número 66, de 30-6-2003, disponível em <http://bit.ly/2pdxRK9>;
- **A crise da sociedade do trabalho.** Revista IHU On-Line, número 98, de 28-4-2004, disponível em <http://bit.ly/2p9ZXUH>;
- **As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho.** Revista IHU On-Line, número 161, de 24-10-2005, disponível em <http://bit.ly/2pdIrlq>;
- **Trabalho. As mundaças depois de 120 anos do 1º de maio.** Revista IHU On-Line, número 177, de 24-4-2006, disponível em <http://bit.ly/2pY2jJ1>;
- **Mais inovação tecnológica e... piores condições de trabalho. Um paradoxo!** Revista IHU On-Line, número 188, de 10-7-2006, disponível em <http://bit.ly/2q7ogSk>;
- **O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho.** Revista IHU On-Line, número 216, de 23-4-2007, disponível em <http://bit.ly/2oE0uw5>;
- **O mundo do trabalho no Brasil de hoje. Mudanças e novos desafios.** Revista IHU On-Line, número 256, de 28-4-2008, disponível em <http://bit.ly/2oDZS9R>;
- **O mundo do trabalho e a crise sistêmica do capitalismo globalizado.** Revista IHU On-Line, número 291, de 4-5-2009, disponível em <http://bit.ly/2q77sLc>;
- **Biocapitalismo e trabalho. Novas formas de exploração e novas possibilidades de emancipação.** Revista IHU On-Line, número 327, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2oY8M5g>;
- **As mutações do mundo do trabalho. Desafios e perspectivas.** Revista IHU On-Line, número 390, de 30-4-2012, disponível em <http://bit.ly/2onSRyx>;
- **A organização do mundo do trabalho e a modelagem de novas subjetividades.** Revista IHU On-Line, número 416, de 29-4-2013, disponível em <http://bit.ly/2pWORIE>;
- **Governos Lula e Dilma e o mundo do trabalho doze anos depois.** Revista IHU On-Line, número 441, de 28-4-2014, disponível em <http://bit.ly/2oDQSBC>;
- **A volta da barbárie? Desemprego, terceirização, precariedade e flexibilidade dos contratos e da jornada de trabalho.** Revista IHU On-Line, número 484, de 2-5-2016, disponível em <http://bit.ly/2oDS0VI>.



O Cerrado Brasileiro: berço das águas e celeiro do mundo

Prof. Dr. José Felipe Ribeiro – Universidade de Brasília – UnB

08 de maio de 2017 (segunda-feira) | **19h30 min**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros

ihu.unisinos.br



19h30min às 22h – Conferência:
As sociabilidades virtuais
glocalizadas na metrópole.
Experiências da periferia de
Recife

03 de maio
(quarta-feira)



Conferencista
Prof. Dr. Breno Augusto Souto
Maior Fontes – UFPE

45

5º CICLO DE ESTUDOS

Políticas públicas e
tecnologias de governo.

ME
TRÓ
PO
LES

A centralidade das
PERIFERIAS
brasileiras.

UNISINOS | São Leopoldo
 Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
 ihu.unisinos.br



Muros do condomínio esquerdista transformados em pontes de diálogo pragmático

Para Moysés Pinto Neto, a consciência de que todo o sistema político brasileiro foi atingido pelas recentes delações dos executivos da Odebrecht “só não é compartilhada pelos mais fanáticos”

Patrícia Fachin

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, Pinto Neto comenta a atual conjuntura política e a atuação da esquerda nesse cenário. Para ele, embora a esquerda tenha passado pela “maior crise desde o começo da Nova República”, de outro lado, emergiram “compostos de movimentos sociais ligados às políticas identitárias”, os quais, em sua maioria, convergiam com a esquerda institucional. Entretanto, assinala, “ao tomar a frente enquanto vanguarda da esquerda, a esquerda cultural involuntariamente provoca um problema diante do senso comum: a esquerda é quase sempre identificada com intelectuais, artistas, estudantes, professores e sindicalistas. Assim, a figura corresponde, em termos de estilo, a um fragmento muito localizado da sociedade, sem comunicação com a maioria”. Isso significa, explica, que “as forças da esquerda estão divididas entre o reformismo e o identitarismo” e, de outro lado, as forças de direita estão divididas entre “o liberalismo e o fascismo”. Contudo, adverte, “há – por baixo de todos os retratos oficiais da esfera pública – forças anárquicas ganhando cada vez maior experiên-

cia de organização”.

Contraopondo-se à esquerda institucional, que está “desidratada”, e à esquerda identitária, que é “excessivamente apaixonada pelas próprias ideias”, Moysés Pinto Neto propõe e defende um “pragmatismo radical”, que “envolve a possibilidade de traduzir pautas radicais para além dos emblemas identitários, reaprendendo a desenvolver tática e estratégia capazes de articular em termos do senso comum tais demandas”.

Moysés Pinto Neto é graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e doutor em Filosofia nessa mesma instituição. Leciona no curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil - Ulbra Canoas.

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 24-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pcY8YQ>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que avaliação faz do atual momento político? Que implicações a lista do ministro Fachin pode gerar para a política neste momento, considerando as delações dos executivos da Odebrecht?

Moysés Pinto Neto – Estamos vivendo o momento de desconstrução que alguns já anteviam há bas-

tante tempo. Nas últimas entrevistas ao IHU, vinha insistindo que a indignação contra o sistema político não era apenas seletiva, embora boa parte das manifestações entre 2015-2016 tenham sido banhadas de antipetismo visceral. A indignação, contudo, tem seu berço no acontecimento de 2013 e na ruptura que se estabeleceu a partir dali com certas

práticas da sociedade brasileira, dadas como usuais.

A delação é arrasadora e a consciência de que atinge o sistema político como um todo só não é compartilhada pelos mais fanáticos dos dois lados da polarização pós-2014. A Operação Lava Jato é reflexo da aliança bem-sucedida traçada entre segmentos mais próximos da clas-

“Uma crítica sistêmica da corrupção não remete apenas à necessidade de reforma política, mas à própria natureza da democracia em jogo”

se média e da direita e o complexo Polícia Federal/Ministério Público/Poder Judiciário em 2013. Lembro que, entre as principais pautas dos movimentos, estava a autonomia investigatória do Ministério Público em relação aos políticos. O que não impede, por óbvio, as críticas aos excessos e abusos contra direitos e garantias individuais praticados, que sempre serão contra-majoritários, mas tampouco podem vir desacompanhados da realidade material sobre a qual incidem.

Posições como as que têm sido defendidas pelo economista Bresser-Pereira, por exemplo, mostram o conservadorismo e a fragilidade das forças que resistem às mudanças radicais exigidas pelas ruas. O desprezo pela pauta contra a corrupção sob a alegação de moralismo é um erro tático da esquerda. A corrupção é um significativo aglutinador que pode operar no vazio. Se é verdade que existe uma longa tradição de crítica oportunista da direita em relação à corrupção, é também verdade que existe uma dimensão da corrupção que não se reduz ao mero funcionamento azeitado da máquina pública. Uma crítica sistêmica da corrupção não remete apenas à necessidade de reforma política, mas à própria natureza da democracia em jogo.

Um regime político cujo principal motor é o dinheiro, como se sabe desde os gregos, é uma plutocracia, não democracia. Os arranjos traçados desde o alto da pirâmide, portanto, enfraquecem a própria pos-

sibilidade de os cidadãos decidirem com autonomia acerca do seu próprio destino. Ela captura a disputa política para o interior de negociações opacas e blinda um sistema excessivamente profissionalizado para equilibrar interesses parciais para além do que seria recomendado em termos comuns. Com isso, a corrupção captura a própria democracia, impedindo a deliberação pública. Etiquetar a crítica desse processo como mero moralismo, alegando ser a corrupção inerente ao sistema, é partir para uma posição de cinismo que produz justamente o desencanto dos sujeitos políticos.

Política reduzida à negociação

Sob esse prisma, a frequente acusação de “antipolítica” que cai sobre as manifestações contra a corrupção acaba reduzindo a política a uma esfera das negociações opacas e produzindo, como efeito reflexo, o tipo de cinismo que elege populistas reacionários como Donald Trump, catalisador da desilusão em relação ao espetáculo que encobre tudo e figura como sagrado intangível. Ao fazer o voto no impossível, o eleitor reconecta-se com a possibilidade de fazer diferente e com isso pode sentir-se novamente capaz de decidir os rumos da democracia. No entanto, o faz numa atitude cínica, pois a ideia de programa para o futuro foi sequestrada pelo bloco unidimensional que disputa o poder nos termos da tecnocracia (de direita ou de esquerda). A impotência de transformar o jogo corrupto transforma-se

na aposta cega em qualquer carta fora do baralho na medida em que o conjunto está viciado e não dá alternativas por dentro. Ou se aceita a condição de democracia-em-suicídio, com o governo tecnocrático alheio à indignação dos de baixo, ou se aposta numa carta totalmente imprevisível que pode, no mínimo, ressuscitar a sensação da potência democrática.

Uma crítica sistêmica da corrupção não remete apenas à necessidade de reforma política, mas à própria natureza da democracia em jogo.

O jogo aqui é de dupla dimensão: ao mesmo tempo em que o grande bloco político tecnocrático afirma sua inevitabilidade, apela à consciência política e à responsabilidade no voto; o outsider, ao contrário, afirma apenas sua própria condição de fora da tecnocracia, aproximando-se do populismo, e invoca um cinismo caricato como afeto capaz de promover mudanças. De certa forma, o gesto antipolítico é exatamente aquele que reivindica para si a política contra a tecnocracia, enfrentando o establishment na mesma medida em que desafia a imagem de futuro pré-concebido como único pela democracia espetacular.

Porém, em termos de programa, as ideias de futuro foram sequestradas por uma narrativa única que perpassa todo espectro “razoável” da política, deixando apenas como opção uma indignação vazia que lembra muito a revolta do consumidor contra um serviço mal prestado. Isso

abre espaço para o crescimento do populismo reacionário contra a construção de um futuro pensado a partir das redes de inteligência coletiva que poderiam emergir pelas novas tecnologias. Em vez disso, o espaço é reduzido à dimensão mais estúpida, carregando apenas uma indignação vazia, uma revolta desorganizada contra o bloco monolítico do poder. Não por acaso as teorias da conspiração tornam-se tão populares.

A corrupção e a cultura do saque

Afora essa brecha pela qual penetra o populismo, a corrupção representa, no Brasil, uma cultura de saque das elites que permanece desde a Colônia e é extremamente difundida na sociedade. O próprio conceito de patrimonialismo, que equivocadamente se gostaria de apagar, demonstra isso. O centro político percebe esse saque como imanentemente negativo e visualiza que tudo isso enfraquece os laços de solidariedade social, numa perspectiva mais comunitária, ou a força da lei, numa perspectiva mais liberal, produzindo um contexto anômico em que geralmente prevalece a lei do mais forte. Os altos índices de criminalidade são o saque sob o foco invertido: como a elite é baseada no saque, também posso saquear – quase como “legítima defesa”. Nenhum projeto coletivo pode sobreviver ou prosperar sob essa batuta. A montagem anticorrupção, portanto, não carrega apenas um moralista/negativo, mas contém também um aspecto construtivo, um desejo de superar uma cultura organizada pelo saque em direção, por exemplo, a um futuro mais cooperativo que possa envolver um projeto comum.

IHU On-Line – De que modo a política se reorganizou entre 2014 e 2017? As manifestações de 2013 tiveram alguma influência nessa reorganização? De que modo essa reorganização política se manifesta no atual cenário político?

Moysés Pinto Neto – 2013 é o acontecimento que encerra a história, ou ao menos a primeira fase, da Nova República. Ele representa a irrupção da indignação popular em torno da sobrevivência de certas práticas políticas que passam a ser consideradas inadmissíveis. Seja pelo viés mais à esquerda, com a demanda por mais direitos sociais e diminuição do lucro das oligarquias no controle dos serviços públicos, seja mais à direita, pela crítica da corrupção sistêmica, há ali um ponto de clivagem que, apesar dos lamentos da classe política, nos conduziu a um ponto sem retorno. A multidão que sai às ruas em 2013 é uma composição tão híbrida, heterogênea e múltipla quanto o próprio lulismo, com forças políticas sendo cortadas transversalmente em relação à divisão que havia se estabelecido até então. Esse turbilhão sem forma irá desestabilizar as forças políticas institucionais, que reagirão com a demanda por ordem, o aprofundamento dos aparelhos de controle e a chantagem de que a Realpolitik era o único caminho possível.

2014 é o momento em que o choque é absorvido e metabolizado pelo sistema político. A desconstrução em parte é estancada a partir de uma nova estrutura muito mais polarizada que a anterior. De 2002 a 2013, as divisões normalmente se estabeleciam entre conservadores e progressistas, figurando a maior parte do campo político institucional (comandado por PT e PSDB) e da classe média na condição de progressista. Em 2013, teria sido esse campo – identificado por Marcos Nobre como “antipeemedebista” – que, numa confluência imprevisível e improvável, teria ocupado as ruas a fim de protestar contra a velha casta política.

O mesmo setor progressista que aprovara Lula com estratosféricos oitenta por cento saía às ruas para protestar por diversas pautas, do próprio direito de protestar até a corrupção sistêmica. É esse híbrido que se desfaz numa grande operação ortopédica (para citar Foucault

citado desde a época por Bruno Cava). Essa ortopedia não apenas reconstitui uma fratura desorganizada pelos cortes transversais de 2013 - pedir mais saúde e educação é de direita ou de esquerda? Lutar contra a corrupção é de direita? Mas e o pedido de demonstração das planilhas das empresas de transporte que gerou as ocupações de Câmaras Municipais por manifestantes de esquerda? Estar contra os partidos é anarquista ou fascista? -, como refaz a estrutura sob uma forma mais pesada e polarizada.

O PT e a identidade de esquerda

A entrada de Marina Silva por acidente na disputa em 2014 trazia o risco de uma força política conseguir traduzir essa síntese ambígua e monstruosa que se formou em 2013, inclusive nas suas contradições, inconstâncias e ambivalências. Isso precisou ser neutralizado para garantir a vitória eleitoral, dobrando então a aposta à esquerda do governo Dilma por meio da agressiva campanha eleitoral e da posição secretária de intelectuais como Boaventura de Souza Santos e Frei Betto, etiquetando em Marina “a nova cara da direita” ou “um novo Collor”. Pela campanha extremamente agressiva levada a cabo pelo PT e pelo PSDB, além dos seus próprios equívocos, Marina termina despencando entre as escolhas. Mas o modus operandi fica como legado da eleição. É aqui que se gestará não apenas a polarização política, mas a transformação de campos de forças em identidades ossificadas. Para diferenciar-se de Marina, o PT teve que pagar o preço de dobrar a identidade de esquerda, traçando uma linha rígida que o separa do centro.

Nenhum projeto coletivo pode sobreviver ou prosperar sob essa batuta

O segundo turno de 2014 é o ponto de viragem em que a polarização irá explodir. Com uma população mais envolvida com a política a partir da sensação de potência despertada em 2013, cada lado arma-se com suas armas mais pesadas para vencer o

embate. Grande parte do campo de esquerda que havia sido crítico ao governo Dilma, recua diante da possibilidade de eleição de Aécio Neves. Forma-se então, em expressão cunhada por deputados conhecidos nas redes sociais – Marcelo Freixo e Jean Willys, do PSOL – o “apoio crítico”, no qual o militante declara seu voto à Dilma, reafirmando críticas às políticas do primeiro mandato e esperando uma “guinada à esquerda” no segundo.

Ao mesmo tempo, boa parte do campo que havia saído às ruas em 2013 na segunda leva passa ao lado de Aécio, entendendo que a mudança no governo era essencial e começando a formar um caldo mais liberal e/ou neoconservador de compreensão da sociedade. A eleição é decidida por uma fresta mínima de votos. No final, o recuo do segmento tradicional de esquerda que havia, em escalas diferentes, adotado posição crítica ao PT (por motivos iguais ou diferentes que vão desde a “Carta aos Brasileiros” até o #naovaiterco-pa) acaba sendo o fiel da balança. Mas a conta será paga como?

IHU On-Line – De que maneira essa reorganização política impactou a esquerda?

Moysés Pinto Neto – Contrariando aquilo que era esperado por aqueles que a elegeram, Dilma reassume o governo e nomeia um ministro altamente conservador – ainda mais que o primeiro. Tirando seu núcleo duro desenvolvimentista (do qual a latifundiária Katia Abreu, por exemplo, fazia parte), os nomes são vinculados a bancadas fisiológicas e reacionárias. Além disso, numa manobra duplamente desastrosa, Dilma apoia a formação de partidos fisiológicos para tentar enfraquecer o PMDB e na eleição para Presidente da Câmara dos Deputados lança o petista Arlindo Chinaglia, que perde para o representante do baixo clero Eduardo Cunha.

Totalmente sem base na política institucional, Dilma ainda decepciona seus eleitores ao anunciar o

representante do Bradesco Joaquim Lévy como ministro da Fazenda e, em seguida, as medidas de austeridade que haviam sido tratadas como “esvaziar o prato de comida do brasileiro” na sua propaganda política. Com o fim do congelamento artificial do preço dos combustíveis, a inflação dispara e o mercado passa a boicotar o governo. O impacto foi tão grande que consolidou o termo “estelionato eleitoral”.

A partir de então, organizações virtuais como o MBL, #Vemprarua e a página Revoltados Online passam a capitanear passeatas contra o governo. Utilizando de estratégias norte-americanas para disseminar ideias liberais e/ou conservadoras, esses movimentos conseguem ampliar sua base social alimentando a ideia de que a crise brasileira era resultado da visão política da esquerda. Ao mesmo tempo, a Operação Lava Jato começava a dar seus primeiros frutos. A imagem de uma gestão incompetente, politicamente desorganizada e visceralmente corrupta proliferava viralmente.

Essa é a vantagem que a direita adquiriu sobre a esquerda com a vitória de Dilma em 2014: enquanto o militante de direita é ninguém, no sentido de que não está preocupado em manter uma linha coerente de atuação e nem se vê como pertencendo necessariamente a um campo fechado, o militante de esquerda passou a ser cada vez mais uma identidade, comportando uma linha fechada e coerente de crenças e sendo obrigado a sustentar o fardo da defesa de um governo indefensável aos seus próprios olhos. O campo difuso do progressismo – que era dominante na Nova República sob a hegemonia de petistas e tucanos – passa a ser fraturado entre direita e esquerda de modo identitário, formando dois grandes condomínios.

Pela sua posição de oposição e o descrédito do governo, o condomínio da direita conseguiu arrastar para sua borda o centro, formando uma ampla maioria que desestabilizou - utilizando estratégias também gestadas em 2013 -, o campo

progressista. A esquerda retroalimentou essa polarização ao reforçar táticas que funcionavam até 2013 – como etiquetar a ignorância e a tolice no adversário ou acusar o moralismo seletivo em quem atacava a corrupção – mas ia perdendo espaço à medida que ficava claro que ela tampouco tinha resposta para os grandes problemas que mobilizam as pessoas.

O surgimento da expressão “isenção” para definir aqueles que recusavam se reduzir a um dos dois polos – “petralhas” e “coxinhas” – é sintomática no sentido de que a estrutura se solidificou e funciona por meio do feedback contínuo entre as duas identidades, dissolvendo o ecossistema híbrido que foi base tanto do lulismo quanto de 2013. O bloco social que era base do PT no começo do processo – sobretudo a classe média universitária, o sindicalismo e o funcionalismo público – volta a ser a protagonista no processo de “resistência ao golpe”. A falta do apoio popular é sentida pela significativa diferença que se estabelecia entre as passeatas dos verde-amarelos, inspirados pelo condomínio da direita, e os vermelhos, inspirados pelo condomínio da esquerda. A esquerda era reduzida ao pequeno segmento dos indivíduos e grupos que se identificavam como esquerda.

IHU On-Line – Você tem falado sobre o nascimento de uma “esquerda cultural” no Brasil a partir de 2014. Quais as características dessa esquerda cultural e em que ela se diferencia da esquerda que atuava até então?

Moysés Pinto Neto – Ao mesmo tempo em que a esquerda passava pela sua maior crise desde o começo da Nova República, emergia outro campo – em boa parte, convergente com a esquerda institucional – composto de movimentos sociais ligados às políticas identitárias. Eles foram produto da reorganização política gestada em 2013 enquanto uma linha de força do período que se solidificou. O feminismo e o movimento negro, e cabe o destaque ao feminis-

mo negro, ocupam então um espaço político de embate cultural no momento em que a esquerda institucional está sendo engolida pelos fundamentalistas do Congresso Nacional. Esses movimentos são amplos e heterogêneos, compostos de multiplicidades de pontos de vista e não raro contêm pautas diametralmente opostas entre si, como é o caso, por exemplo, do debate em torno da regulação da prostituição ou da criminalização da homofobia.

O filósofo Richard Rorty tem sido muito lembrado recentemente por ter especulado em torno das relações entre a esquerda cultural e o voto popular numa direção muito parecida com a que acabou permitindo a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. Rorty atribui a essa Nova Esquerda – formada a partir da fissura na classe trabalhadora e estudantes durante a Guerra do Vietnã – a diminuição do sadismo na sociedade. “A adoção”, diz ele, “de atitudes das quais a Direita zomba como sendo ‘politicamente corretas’ tornou a América uma sociedade muito mais civilizada do que era trinta anos atrás”, dizia. Seu habitat, no entanto, está restrito às universidades, sem conseguir dialogar com a esquerda reformista antigamente composta pelos sindicatos, partidos e outras forças favoráveis aos trabalhadores.

No Brasil, também a esquerda cultural é reflexo do enclave universitário. Uma das muitas políticas sociais bem-sucedidas do lulismo foi a inclusão universitária. Abastecida pela criação de novas universidades públicas, aumento das vagas (REUNI), financiamento (FIES), troca de dívidas públicas por vagas em universidades privadas (PROUNI), ampliação da utilização do ENEM como critério nacional de seleção e adoção do sistema de cotas para estudantes de escola pública, negros, pardos e indígenas, a política gerou uma mudança significativa no perfil econômico-social dos estudantes universitários. Desde 2013, esse segmento tem assumido com cada vez maior intensidade a vanguarda das

lutas políticas de esquerda. A partir de 2014, os principais focos de resistência – ao lado de organizações bastante ligadas ao PT (CUT e MST, por exemplo) – são as escolas públicas e universidades. A consequência disso é a adoção de uma certa linha teórica específica que embasa a ação desses movimentos, em especial ocupações.

IHU On-Line – Você afirma que a esquerda tem sido “incapaz de fornecer modelos que escapam à estilização identitária”. Nesse sentido, como a esquerda tem se manifestado e se apresentado desde 2013? Em que consistiria um modelo que a desvincularia da sua “estilização identitária”?

Moysés Pinto Neto – Ao tomar a frente enquanto vanguarda da esquerda, a esquerda cultural involuntariamente provoca um problema diante do senso comum: a esquerda é quase sempre identificada com intelectuais, artistas, estudantes, professores e sindicalistas. Assim, a figura corresponde, em termos de estilo, a um fragmento muito localizado da sociedade, sem comunicação com a maioria. Perde-se com isso a possibilidade de identificação com outros agentes que constroem valor, reservando-se à esquerda apenas a crítica da sociedade – sem lugar para diversas outras atividades que percorrem a vida diária. A possibilidade de alianças e composições diferentes é perdida em nome da pureza, não raro terminando em infinitas disputas em torno de quem é a verdadeira esquerda e em verdadeiros linchamentos morais. Ora, nada mais distante do senso comum que uma posição tão exigente. O senso comum é mais pragmático e, como tal, disposto a tolerar erros em nome de uma noção bastante difusa de falibilismo. Toda vez que a composição e organização perdem espaço para a demanda por pureza, o centro fica cada vez mais distante e as batalhas travam-se no interior da bolha identitária, fragmentando um ecossistema autorreferente.

Enquanto o neoconservadorismo e o fascismo aproveitam da sobrecarga moral que perpassa o discurso da esquerda cultural criando os anti-heróis do “politicamente incorreto”, o centro permanece simpático às causas defendidas pelos ativistas (feminismo, antirracismo, anti-homofobia etc.), mas percebe a lupa da problematização como uma ação excessivamente estilizada e praticamente inviabilizadora de uma convivência fluida entre as pessoas. A identidade de esquerda torna-se uma seita envolvida com problemas que não existem para a maioria das pessoas, e esse tipo de contato perde-se na medida em que as prioridades da política parecem afastadas dos assuntos que deveriam ser prioritários. Isso é potencializado pela era da hiperconectividade, que torna a vigilância ininterrupta em torno de pontos fracos que podem estar patentes ou latentes nas diversas manifestações que percorrem o cotidiano virtual.

Na medida em que desaparece o espaço privado com a exposição da intimidade nas redes, alarga-se um policiamento integral sobre ditos e não-ditos, tornando a convivência mediada por uma sobrecarga judicativa cuja exigência converte as redes sociais em verdadeiros tribunais inquisitórios. Com isso, fragmenta-se o fragmento num processo infinito diante do qual nenhum ser humano, na sua ambivalência, fragilidade e errância, é capaz de ser absolvido.

Em outros termos, a concentração da esquerda sobre aportes teóricos extremamente densos e posições políticas que exigem um amplo cabedal “metanarrativo” acaba afastando-a da “gente comum” e tornando-a uma identidade marginal, uma bolha artificial. Com isso, não quero afirmar que é ruim ser uma identidade marginal – a maioria das utopias passa mesmo por essas marginalidades – mas é negativo que uma força no campo político torne-se um estilo identificado com uma minoria populacional extremamente focal e que muitas vezes acaba se tornando um enclave insular sem contato com

o resto. É a questão colocada desde Lênin até o Podemos.

Embora não seja mais que uma hipótese que colho do ativista de direitos humanos Raphael Tsavkko Garcia, não é difícil especular que o processo de insularização da esquerda nas universidades e em torno da vigilância microscópica dos comportamentos identifique-se com o momento de impotência na política institucional. Se compararmos Brasil e Estados Unidos, onde nasce a esquerda cultural, parece que o enclave universitário se situa mais ou menos na mesma posição: diante de uma esquerda partidária desidratada e incapacidade de organização política, sobram as depurações internas por meio do policiamento de deslizos linguísticos ou erros individuais, reafirmando-se com isso uma composição: esquerda partidária desidratada + esquerda cultural + incapacidade de organizar o descontentamento + política do medo da direita + conservadorismo político + progressismo social.

No Brasil, essa equação pode ser vista na acusação verdadeira, mas que não explica o acontecimento, de que “o golpe é misógino”, como se a explicação para a queda de Dilma Rousseff fosse a inegável misoginia de grande parte dos parlamentares que votaram favoravelmente ao impeachment. Com isso, desloca-se o fenômeno da organização política (incapacidade de Dilma articular um projeto de governo desde o primeiro dia e fragilização pela oposição forte combinada à perda da base social pelo estelionato eleitoral) para uma situação de violência simbólica (a misoginia contra a mulher Dilma Rousseff praticada com frequência pela mídia e outros atores sociais), como se a explicação para todo problema pudesse ser reduzida à equação relação assimétrica de poder = violência = opressão.

IHU On-Line – Quais são hoje os principais pontos de disputa da “cultural wars”, e como ela se manifesta no Brasil?

Moysés Pinto Neto – As “cultural wars”, para as quais tem chamado atenção Pablo Ortellado, são o reflexo das disputas entre a esquerda cultural e o neoconservadorismo e/ou neofascismo que foram trazidas dos EUA para o Brasil recentemente. Elas deslocam o palco principal da política das instituições para o campo comportamental. O problema é que essa disputa entre os trolls e o “politicamente correto” se retroalimenta. Não há dúvida que os movimentos sociais, em geral, têm razão nas suas diversas pautas que envolvem a defesa dos direitos das minorias e uma cultura menos violenta. Mas a composição de feedbacks hoje é tão uniformizada, dada a repetição intermitente dessas polêmicas na esfera pública, que todo mundo já sabe quais serão os polos da disputa e o que irão dizer.

Em um texto ainda não publicado sobre o episódio The Waldo Moment, da série Black Mirror, busco compreender como funciona essa estrutura que se alimenta de um cinismo brutal do estilo que elegeu Trump e hoje criou os “bolsomnions” no Brasil. O problema é como responder a eles. Não porque seja difícil realmente contrapor afirmações absurdas ou refutar seus erros, mas exatamente porque sobre essa resposta mesma cai o papel moral do superego numa era em que a perversão corre solta.

Está-se, assim, em um duplo jogo que é uma armadilha: de um lado, a parte sacerdotal, a “lição de moral” triste fica na conta daqueles que querem contraditar o discurso do humor brutalizado (chamada então por isso de “politicamente correto”); de outro, os próprios cínicos, na medida em que falam sem precisar de um chão de coerência (a validade normativa é menos importante que a performance na superfície), tomam para si a condição de vítima, de censurados e de patrulhados, aproveitando muitas vezes a atitude de superioridade moral que o outro polo coloca sobre si. Tem-se, assim, um não-diálogo que vai contaminando a esfera pública e

tornando os polos cada vez menos comunicantes, aumentando o fosso na medida em que a estratégia chauvinista vai funcionando.

O politicamente correto (PC), ao eliminar a interpretação fora do campo do literal, é o alvo perfeito para o crescimento reativo desse fascismo: ao ser caricato, este joga no nível “meta” da linguagem que torna indecifrável se o dito é realmente objeto ou não de crença pelo emissor. O obsceno, assim, não se situa no nível do ocultamento, daquilo que ninguém sabe (e precisa ser desmascarado), mas na capacidade de criar uma performatividade indecifrável diante de um constativo escandaloso – jogando no nível que o politicamente correto não alcança pelo seu literalismo moralista. Assim, dentro desse arranjo, só resta ao PC o papel de polícia moral.

Não nos enganemos, contudo, quanto à natureza política da perversão: ela é conservadora porque, ao jogar no indecifrável o performativo entre sério e jocoso, deixa de lado o conteúdo do enunciado – que, no fim das contas, é apenas uma reprodução banal da violência do status quo. Ao querer tocar o real por meio do obsceno, destruindo a positividade do espetáculo com uma pseudo-crítica, a atitude reacionária apenas reafirma numa duplicação irônica aquilo contra a qual supostamente ela estaria revoltada. Só que a estratégia PC apenas retroalimenta esse mecanismo, gerando o feedback esperado pelo reacionário – recolocando-o na posição de outsider a partir do policiamento da seriedade.

O reacionário, falando uma estupidéz, parece inteligente, enquanto o PC, policiando o conteúdo com uma constatação inteligente, parece estúpido porque “não entendeu a piada” (ironia). Inverte-se, numa simetria de duas diagonais, a relação inteligência/estupidéz e burrice/inteligência. Uma estrutura em que ambos veem o outro lado como estúpido porque pensam que sabem algo que o outro não sabe. Essa estrutura de sinais invertidos não tem data para terminar, porque um polo

se alimenta do outro. Na minha opinião, só construindo linhas de fuga que desconstruam – aqui num outro sentido que o que tem sido usado para a palavra – a polarização é possível escapar da sua repetição em loop.

IHU On-Line – Que possibilidades vislumbra à esquerda para a eleição presidencial de 2018? Por enquanto surgem nomes como o de Ciro Gomes, Lula e possivelmente Marina. Qual é o significado dessas possíveis alternativas?

Moysés Pinto Neto - As eleições são, mais uma vez, um obstáculo para a reorganização, tal como ocorreu em 2014. A urgência do discurso do “complexo de Katechon”, para usar a expressão de meu amigo Rodrigo Nunes, acaba colocando as questões no nível do “menos pior”. Assim, a candidatura de Lula, que seria lida até 2014 como um inegável retrocesso por grande parte da esquerda, pois a maioria esperaria renovação constante (por exemplo, Haddad), é sintomática. Ao mesmo tempo, é inegável que Lula tem uma grande vantagem e uma grande desvantagem competitiva: em contraste com as reformas impopulares do governo ilegítimo Temer, Lula aparecerá para muitos como a lembrança de um tempo de bons ventos; por outro lado, sua rejeição é altíssima, já que ele consegue sintetizar o que o eleitor antipetista mais detesta. A possibilidade de Lula se eleger também pode ser vista como conservadora ou até, mais que isso, restauradora: conservadora, porque mantém as polarizações acesas nos mesmos termos identitários que se firmaram no período 2014-2017; restauradora, porque vem com a promessa do salvamento do sistema como um todo.

Já as alternativas Ciro e Marina me parecem mais interessantes, porque refletem a cisão de conteúdo que hoje atravessa a esquerda. Ciro é ainda mais desenvolvimentista que Dilma, e Marina, por outro lado, representa uma alternativa ambientalista que ficou latente

como possibilidade desde o lulismo. Ambos são bons representantes da tensão que, desde 2010, se instaurou na esquerda brasileira e, para além de questões tático/organizacionais (que existem), mostra um diferendo talvez inconciliável que impede uma simples unidade. Lula, com sua típica ambivalência, conseguiu “equilibrar o antagonismo” no período 2002-2008, mas a partir de um certo ponto a cisão se estabeleceu.

Além disso, tanto Ciro quanto Marina estão desligados das planilhas da Odebrecht e de todo complexo de corrupção que se estabeleceu no sistema político brasileiro. Podem ser vistos como outsiders - posição que, a meu ver, a esquerda deveria encampar na próxima eleição. A direita já percebeu o fato e por isso Doria começa a despontar em relação a Alckmin por estar ainda mais distante desse núcleo do poder.

Não acredito que Jair Bolsonaro possa ser competitivo em um sistema eleitoral de voto obrigatório. O fascismo também é excessivamente identitário e afasta o eleitor de centro. Além disso, pesa a falta de apoio do sistema político e o próprio vazio que aparecerá em relação às propostas do candidato. Assim como Lula, Bolsonaro se beneficia no momento de um eleitorado que já decidiu em quem irá votar, que tem convicções fortes em política. Isso, no entanto, é minoria do ponto de vista quantitativo.

Mas o que assusta na esquerda é não se perceber o erro de 2014, que foi ter abandonado totalmente as eleições parlamentares. Se hoje Temer tem poder e ameaça reformas draconianas, é porque o mesmo Congresso antes dominado por Eduardo Cunha o sustenta. Em vez dessa concentração no Executivo, poderia se estar pensando em estratégias eleitorais para ocupação das Casas Legislativas, fazendo confluir as contribuições dos movimentos identitários (com, por exemplo, protagonismo jovem, negro, indígena e feminino) e táticas organizacionais abertas e dialogais, inspiradas na liderança distribuída e agenciamento

em rede, que utilizem os recursos de viralização hoje disponíveis.

IHU On-Line – Que alternativas vislumbra para a atual crise brasileira?

Moysés Pinto Neto – No meu texto procuro defender – em contraponto à esquerda desidratada hoje francamente derrotada no mundo (Hillary, Hollande, Dilma, Kirchner etc.) e à esquerda identitária (não aos movimentos identitários, mas à identidade de esquerda), excessivamente apaixonada pelas próprias ideias – o que chamo de pragmatismo radical. Procuro especular hipóteses sobre como ele poderia reconquistar o centro a partir da consciência das suas incompatibilidades e definição de novas estratégias de organização e diálogo.

A esquerda reformista reivindica para si o “realismo”, afirmando um pragmatismo que negocia com o poder em torno a concessões e aberturas. Mas é possível imaginar outro tipo de pragmatismo. Ele envolve a possibilidade de traduzir pautas radicais para além dos emblemas identitários, reaprendendo a desenvolver tática e estratégia capazes de articular em termos do senso comum tais demandas. Em contraponto à primeira [esquerda reformista], essa estratégia não rema para o centro, mas procura trazer o centro para o seu lado. Em contraponto à segunda [esquerda identitária], não pretende que o centro passe a residir no condomínio esquerdista, mas procura formar composições contingentes a partir de circunstâncias aleatórias – isto é, variáveis no caso-a-caso – que impulsionem seu programa. Para tanto, é necessário arrancar o status quo da tendência de moralização da política que caracteriza o politicamente correto, maquinando quais são as confluências possíveis para criar interstícios tradutórios – pontes, e não policiamentos – com o senso comum de acordo com os materiais disponíveis e tendo em vista a produção de resultados concretos.

A insatisfação com o modelo atual está à beira da explosão

Essa saída pode parecer simplista e demasiadamente idealista, mas não é. Em primeiro lugar, porque – como já dito – a insatisfação com o modelo atual está à beira da explosão. Além disso, se encontramos atualmente um cenário político em que as forças da esquerda estão divididas entre o reformismo e o identitarismo e as forças de direita entre o liberalismo e o fascismo, há – por baixo de todos os retratos oficiais da esfera pública – forças anárquicas ganhando cada vez maior experiência de organização. Os movimentos sociais que envolvem, por exemplo, o direito à cidade e as mais diversas questões urbanas têm amplo potencial de crescimento, como 2013 mostrou exemplarmente a partir da pauta do transporte público. Eles podem se conectar aos movimentos identitários por meio de outras

estratégias que as “cultural wars”, como aconteceu com a eleição das prefeituras de Madrid e Barcelona a partir do municipalismo espanhol ou da confluência dos movimentos urbanos no feminismo negro nas Muitas de Belo Horizonte.

Há um substantivo consenso não-conservador em torno de vários temas cruciais ainda sem comunicação com o meio político, como ecologia, respeito à diversidade e qualidade de vida em contraponto ao crescimento, ao consumismo e às negociações sujas que costumam pautar o sistema político. Todo esse complexo que atravessa países e forma um verdadeiro circuito alterglobal – manifestado no ciclo de manifestações 2011-2013 – ainda não encontrou plena voz institucional. Essa força ainda está por se revelar, mas precisa encontrar outras linguagens que não apenas a esquerdista para se comunicar com a maioria.

As ocupações são outra experiência que permite visualizar a potência dessas forças anárquicas. Elas são verdadeiros experimentos coletivos de um outro espaço-tempo, outra economia, outra forma de habitar o mundo. E não se prendem apenas ao aspecto da revolta, sendo caracterizadas pelo cuidado, pela organização e pela ação coletiva. Conseguindo livrar-se da ameaça sectária que sempre as rondará como um fantasma, podem ser o embrião de novos modos de organização e distribuição do tempo/espaço.

É se conectando com essas experiências anárquicas que o campo envolvido com a transformação social pode encontrar uma saída para os dilemas atuais, transformando os muros do condomínio esquerdista em pontes de diálogo pragmático com a maioria inconformada com o mundo como está. ■

Leia mais

- *Uma saída pragmática, sem vestir vermelho, poderá promover grandes mudanças para a crise brasileira.* Entrevista especial com Moysés Pinto Neto, publicada nas Notícias do Dia de 11-9-2016, disponível em <http://bit.ly/2oY4drT>.

- *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo.* Artigo de Moysés Pinto Neto, publicado no Cadernos IHU ideias, número 245, disponível em <http://bit.ly/2p9yqT4>.

- *Da incompreensão das ruas à judicialização da política brasileira.* Entrevista especial com Moysés Pinto Neto, publicada nas Notícias do Dia de 16-3-2016, disponível em <http://bit.ly/2q6Yz4h>.

- *A política brasileira com as vísceras expostas.* Entrevista especial com Moysés Pinto Neto, publicada nas Notícias do Dia de 12-12-2015, disponível em <http://bit.ly/1ROaQkp>.



A escalada da violência diante dos avanços econômico-sociais na (re)produção das metrópoles

Prof. Dr. Luis Flávio Saporì – PUC-Minas

27 de abril (quinta-feira) | 19h30min

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br



Populorum progressio, a Encíclica da Ressurreição

Carlos Josaphat considera que o documento apostólico assinado por Paulo VI coroou “o progresso crescente da consciência social da Igreja”

Patrícia Fachin

Populorum progressio foi publicada há 50 anos, durante o pontificado do Papa Paulo VI. Reconhecida por ter chamado a atenção para o desenvolvimento dos povos, a Populorum progressio proclamou a “necessidade” de que o desenvolvimento fosse “um desenvolvimento integral de todo o ser humano, e um desenvolvimento universal, para todos os seres humanos, para todas as pessoas, as famílias, as profissões, as classes e instâncias sociais. O destaque é dado aos pobres, aos marginalizados entre os indivíduos e categorias sociais”, explica Frei Carlos Josaphat. Além disso, esclarece, a “encíclica proclamava a urgente necessidade da teologia, da pastoral, da ação plena e universalmente libertadoras”.

Na avaliação de Frei Josaphat, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, a Populorum progressio é ainda “mais atual hoje, dado que o colonialismo escravocrata se universalizou sobre no plano internacional”. O que ela denunciou no sistema geral do desenvolvimento, avalia, “se agravou com o acúmulo das injustiças e opressões institucionalizadas: na comunicação, na educação, inserindo a mentalidade da vantagem do maior enriquecimento dos poderosos e a aceitação das migas que caem das mesas deles para o con-

junto da população pacificada pela ideologia da necessária concentração da riqueza e do poder”. Nos dias de hoje, sugere, a Populorum progressio pode ser vista como a “encíclica da ressurreição”, justamente porque ela “calha bem mesmo nesta nossa revolução na Páscoa de 2017”.

Frei Carlos Josaphat, mineiro, é teólogo dominicano, professor emérito da Universidade de Friburgo, Suíça, e Dr. Honoris Causa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Estudioso da obra de Tomás de Aquino, comentou as questões sobre a Justiça da Suma Teológica e, ao longo dos seus 95 anos, publicou diversas obras, entre elas *Vaticano II, a Igreja aposta no amor universal* (com a colaboração de Lilian Contreira. Ed. Paulinas. São Paulo. 2013), *Evangelho e Revolução Social* (São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962); *Tomás de Aquino e Paulo Freire. Pioneiros da inteligência, mestres geniais da educação nas viradas da história* (São Paulo: Paulus, 2016).

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 17-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oDJvK8>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que contexto histórico e da trajetória da Igreja foi elaborada e publicada a Populorum progressio, pelo papa Paulo VI, e qual foi a novidade dessa encíclica para a sua época? Por que ele decidiu escrever essa encíclica e dar-

-lhe o direcionamento que foi dado?

Frei Carlos Josaphat – O pontificado de Paulo VI (1963-1978)¹ é

marcado, sobretudo, pelo Concílio Vaticano II, que o Papa orientou de

de 1963 até 1978, ano de sua morte. Sucedeu ao Papa João XXIII, que convocou o Concílio Vaticano II, e decidiu continuar os trabalhos do predecessor. Promoveu melhorias nas relações ecumênicas com os Ortodoxos, Anglicanos e Protestantes, o que resultou em diversos encontros e acordos históricos. (Nota da **IHU On-Line**)

¹ **Papa Paulo VI:** nascido Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, Paulo VI foi o Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica de 21 de junho

“O pontificado de Paulo VI (1963-1978) é marcado, sobretudo, pelo Concílio Vaticano II, que o Papa orientou e maneira discreta, jeitosa, mas muito inteligente e eficaz”

maneira discreta, jeitosa, mas muito inteligente e eficaz. Três grandes documentos sociais nos vieram de Paulo VI. Dois pessoais: o primeiro é a encíclica *Populorum progressio*, “Sobre o desenvolvimento dos povos” (1967), na qual colaborou o padre Lebre², e que é o documento, vindo de Roma, mais voltado para os problemas do terceiro mundo. O segundo documento é a Carta Apostólica *Octogesima adveniens*, que comemora o 80º aniversário da *Rerum novarum* (1971)³. É o texto do Magistério que insiste sobre o caráter operacional da doutrina social. Dá à iniciativa e ao discernimento das comunidades e dos fiéis o seu verdadeiro lugar, isto é: o primeiro. O terceiro documento, no mesmo ano de 1971, emanava do Sínodo dos Bispos, sobre a “Justiça no mundo.” Era publicado imediatamente sem retroques por parte da Cúria Romana. É uma mensagem calorosa, visando

conduzir à prática, em contraste estimulante com os textos redigidos sem olhar para o povo.

Promulgada um ano e três meses após o fim do Concílio, a encíclica coroa o progresso crescente de consciência social da Igreja, que o Vaticano II recebeu de João XXIII e da ação de Paulo VI. Nos últimos meses da elaboração da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*⁴, a maioria dos padres conciliares mostravam-se desejosos de produzir textos mais práticos visando os continentes menos desenvolvidos e em parte ainda (mal) colonizados. Paulo VI acolheu os desejos e mesmo as queixas dos bispos mais abertos ao social, sobretudo dos bispos da América Latina. Prometeu vir e veio à Conferência episcopal da América Latina (de Medellín)⁵. E antes disso,

promulga a encíclica, encarando, esclarecendo e orientando o “progresso dos Povos”.

IHU On-Line – E qual foi a recepção dessa encíclica na Igreja em geral e especialmente na Igreja brasileira? O senhor ainda estava no Brasil à época ou já estava no exterior? Que memórias têm acerca da repercussão da encíclica tanto na Igreja brasileira quanto nas Igrejas no exterior?

Frei Carlos Josaphat – Quase se diria que foi acolhida como o melhor do Sumo Pontífice, prolongando o melhor do Concílio. Foi bem aceita no Brasil e na América Latina, inspirando os encontros e documentos dos Pastores. Estimulou as atividades das associações renovadoras tais como as Campanhas da Fraternalidade, que já datavam de 1964.

Desde finais de 1963, os preparadores do golpe de 64 me “convidaram” a deixar o Brasil, pois eu trabalhava para impedir o envolvimento da Igreja nesse carnaval militar. Passei a ter uma orientação direta do padre Chenu⁶ e acompanhei com imensa

² **Louis Joseph Lebre** (1897-1966): padre Lebre, domênico francês, é considerado um pioneiro do movimento teórico do desenvolvimento econômico que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial. Sua visão humanista da economia segue tendo grande atualidade até os dias de hoje. Foi capelão de pescadores e promotor de uma economia cooperativa na busca de melhorias para o mundo dos marinheiros. Em 1941 fundou o movimento Economia e Humanismo, a partir do qual, em companhia de François Perroux, construiu e ilustrou a problemática e a prática da Economia Humana, preocupada, fundamentalmente, em gerar uma nova aproximação dos estudiosos sociais à realidade, abrindo-se a uma visão global da dinâmica das sociedades e das culturas. Em 1953 integrou-se à Organização das Nações Unidas para estabelecer os Níveis de Desenvolvimento no Mundo. Em companhia de Josué de Castro, Diretor da FAO, trabalhou para estabelecer uma ação internacional, lutar contra as desigualdades e promover uma nova Ética do Desenvolvimento. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Rerum Novarum**: primeira encíclica pontifícia que aborda os problemas sociais, publicada no dia 15 de maio de 1891 pelo papa Leão XIII. O título pode ser traduzido por “Das coisas novas”. O sub-título da encíclica é: “Sobre a condição de vida dos operários”. Disponível em <http://migre.me/4mXSP> (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Gaudium et Spes**: Igreja no mundo atual. Constituição pastoral, a 4ª das Constituições do Concílio do Vaticano II. Trata fundamentalmente das relações entre a igreja e o mundo onde ela está e atua. Trata-se de um documento importante, pois significou e marcou uma virada da Igreja Católica “de dentro” (debruçada sobre si mesma), “para fora” (voltando-se para as realidades econômicas, políticas e sociais das pessoas no seu contexto). Inicialmente, ela constituía o famoso “esquema 13”, assim chamado por ser esse o lugar que ocupava na lista dos documentos estabelecida em 1964. Sofreu várias redações e muitas emendas, acabando por ser votada apenas na quarta e última sessão do Concílio. O Papa Paulo VI, no dia 7 de dezembro de 1965, promulgou esta Constituição. Formada por duas partes, constitui um todo unitário. A primeira parte é mais doutrinária, e a segunda é fundamentalmente pastoral. Sobre a *Gaudium et spes*, confira o nº 124 da **IHU On-Line**, de 22-11-2004, sobre os 40 anos da *Lumen Gentium*, disponível em <http://bit.ly/9lFZTk>, intitulada A igreja: 40 anos de *Lumen Gentium*. Leia também: A *Gaudium et Spes* 50 anos depois e o Papa Francisco como o pai de uma igreja global. Conferência de Massimo Faggioli publicada nas Notícias do Dia, de 21-05-2015, disponível em <http://bit.ly/1JerEBX>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano**: realizou-se em Medellín, na Colômbia no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968. A Conferência foi convocada pelo Papa Paulo VI para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às necessidades da Igreja

presente na América Latina. A temática proposta foi “A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. A abertura da Conferência foi feita pelo próprio Papa que marcou a primeira visita de um pontífice à América Latina. Durante os três anos de duração do Concílio Vaticano II, de 1962 a 1965, os padres conciliares latino-americanos mantiveram várias reuniões do CELAM em Roma. Ali brotou a ideia de propor ao Santo Padre a realização da segunda Conferência Geral. A Conferência foi inaugurada por Paulo VI na catedral de Bogotá, no dia 24 de agosto, por ocasião do XXXIX Congresso Eucarístico Internacional. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Marie-Dominique Chenu** (1895 - 1990): Teólogo dominicano francês, foi professor de teologia medieval (1920-1942) e diretor (1932-1942) da

felicidade e bem de perto a marcha desse maior carisma eclesial, Vaticano II. Em janeiro de 1966 (aliás, sem poder voltar à “Pátria amada”), passei a ensinar na Universidade de Friburgo, aí permanecendo por 27 anos. Na Europa, especialmente na Suíça, este documento e o conjunto do Vaticano II poderiam ter tido recepção melhor e mais pronta. Lá estavam os adversários do Concílio tentando embargar a ação conciliar renovadora. É uma lição negativa, mas preciosa.

IHU On-Line – Diz-se que um dos principais inspiradores indiretos da encíclica foi Louis Joseph Lebreton. Quais pensamentos ou que visão de mundo tida por Lebreton influenciaram a elaboração da encíclica e a definição de seu conteúdo?

Frei Carlos Josaphat – Sim. O querido padre Lebreton participou na redação da encíclica como tinha participado na elaboração da II Parte da Constituição conciliar *Gaudium et Spes*. Fundador do Movimento Economia e Humanismo, era o maior conhecedor da ética social, econômica e política. Ele foi inspirado por uma visão tomista realista e por uma capacidade de consultar os mestres da tecnologia. Passei com ele os momentos dolorosos de sua última enfermidade, em julho de 1966. Acabrunhado de dores, orava e agradecia ao Pai pela felicidade de ter participado do Concílio e da marcha da Igreja. Era um cientista e um místico. E em momento de delírio, na terrível doença que o levou, eu o escutei agradecer a Deus: “Obrigado, meu Deus. A encíclica está pronta”. Quando saiu do delírio, que tinha algo de um êxtase, perguntei-lhe por essa encíclica que já estaria pronta. Ele me repreendeu e ordenou que não falasse nisso. Uns meses depois, eu reconheci que a encíclica

Universidade de Le Saulchoir (Bélgica), cargo do qual foi destituído por decisão do Santo Ofício, que incluiu no Índice sua obra *Le Saulchoir*, uma escola de teologia (1937). Em suas obras, A fé na inteligência e O Evangelho na história (1964), defende a liberdade na investigação teológica e na ação missionária da Igreja. Aplicou o método sociológico à análise eclesiológica (A doutrina social da Igreja como ideologia, 1979). Seu pensamento influenciou no movimento de reforma que culminou no Concílio Vaticano II, em cujas sessões participou como perito. (Nota do **IHU On-Line**)

era a *Populorum progressio*. Fato muito raro, no início da encíclica (*Populorum Progressio*, n. 14) o Papa se refere a Lebreton como “eminente especialista”, e tem em Lebreton o inspirador do essencial da encíclica

IHU On-Line – As ideias de Marie-Dominique Chenu também influenciaram particularmente Paulo VI na elaboração da encíclica?

Frei Carlos Josaphat – Não há, na encíclica, uma utilização direta de textos ou de doutrinas peculiares a Chenu. Este Mestre faz parte da equipe de teólogos que prepararam e depois ajudaram a elaborar a mensagem pré-conciliar, conciliar e pós-conciliar. Como se dirá na resposta à questão seguinte.

IHU On-Line – De modo geral, qual foi a participação, a importância e a influência dos dominicanos no processo de elaboração da encíclica?

Frei Carlos Josaphat – Convém situar a questão e a resposta no contexto pentecostal que animou toda a Igreja nesse carisma comunitário, o Concílio, dele fazendo uma Jerusalém universal, resultando de uma colegialidade de crismas. Jesuítas, franciscanos, beneditinos, dominicanos, tantas instituições universitárias, acadêmicas, muitíssimas comunidades de base, movimentos renovadores, litúrgicos, ecumênicos, pastorais, de empenho e lutas sociais, surgiam e marchavam, sem saber, mas conduzidos pelo Espírito para o *aggiornamento* que Ele inspirava a João XXIII. Os dominicanos entraram nessa caminhada de sabedoria, com eminentes teólogos, Congar⁷, Chenu, Schillebeeckx⁸ e todos os outros

⁷ **Yves Marie-Joseph Congar** (1904:1995): teólogo dominicano francês, conhecido por sua participação no Concílio Vaticano II. Foi duramente perseguido pelo Vaticano, antes do Concílio, por seu trabalho teológico. A isso se refere o seu confrade Tillard quando fala dos “exilios”. Sobre Congar a *IHU On-Line* publicou um artigo escrito por Rosino Gibellini, originalmente no site da Editora Queriniana, na editoria Memória da edição 150, de 8-08-2005, lembrando os dez anos de sua morte, completados em 22-06-1995. Também dedicamos a editoria Memória da 102ª edição da *IHU On-Line*, de 24-05-2004, à comemoração do centenário de nascimento de Congar. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Edward Cornelis Florentius Alfonsus Schille-**

competentes e mesmo especialistas em vários ramos, como acontecia às diferentes famílias religiosas.

Aos adversários da renovação e reforma da Igreja, eles apareciam como perigosos inventores da “Nova Teologia”. O grande teólogo conservador Garrigou Lagrange lançava o grito de alarme: “La Théologie Nouvelle où va-t-elle” (Para onde vai a Nova Teologia?). Em 1967, quando a Universidade de Friburgo (Suíça) conferia o título de doutor honoris causa ao padre Congar, em momento de efusão, lançou-se o diálogo irônico:

“Pra onde vai a Nova Teologia? Vai para o *Aggiornamento* pentecostal lá em Jerusalém.”

Congar despertava o entusiasmo das centenas de jovens estudantes. Mas os velhos conservadores tentavam boicotar a festa, com alarme de bomba no recinto da conferência do Mestre, que simbolizava a renovação teológica, pastoral, social de seus irmãos dominicanos e de toda a fraternidade em busca da verdadeira “nova teologia”, da nova Igreja e de um mundo novo.

IHU On-Line – Quais são os temas mais fundamentais da *Populorum progressio* e de que modo eles ainda ecoam hoje?

Frei Carlos Josaphat – Sintetizando ao máximo, se poderia responder que a encíclica destacava a realidade do desenvolvimento, em marcha na história e no mundo, proclamando a necessidade de que ele seja um desenvolvimento integral de todo o ser humano, e um desenvolvimento universal, para todos os seres humanos, para todas as pessoas, as famílias, as profissões, as classes e instâncias sociais. O destaque é dado aos pobres, aos marginalizados entre os indivíduos e categorias sociais.

⁸ **beekx** (1914 —2009): foi um teólogo católico belga. Foi membro da Ordem Dominicana. Seus livros sobre teologia já foram traduzidos em diversas línguas e suas contribuições ao Segundo Concílio do Vaticano o tornaram conhecido mundialmente. É considerado um dos teólogos mais importantes do século XX. (Nota da **IHU On-Line**)

A intenção do Papa e dos Bispos que solicitavam sua intervenção era fazer com que o concílio fosse como uma onda de Misericórdia divina e reparasse a desgraça do colonialismo, que desde a aurora do mundo moderno, com os descobrimentos e assalto da cristandade sobre o hemisfério sul, espalhou a injustiça constitucionalizada entre as nações. A Encíclica proclamava a urgente necessidade da teologia, da pastoral, da ação plena e universalmente libertadoras. Ela é mais atual hoje, dado que o colonialismo escravocrata se universalizou sobre o plano internacional.

IHU On-Line – Cinquenta anos depois da publicação da *Populorum progressio*, em que aspectos ela ainda é atual para nossos dias?

Frei Carlos Josaphat – A encíclica é mais atual hoje por esta razão universal. O que ela denunciou na marcha, no sistema geral do desenvolvimento, se agravou com o acúmulo das injustiças e opressões institucionalizadas: na comunicação, na educação, inserindo a mentalidade da vantagem do maior enriquecimento dos poderosos e a aceitação das migalhas que caem das mesas deles para o conjunto da população pacificada pela ideologia da necessária concentração da riqueza e do poder.

IHU On-Line – Essa encíclica tem sido atualizada pelo pontificado de Francisco?

Frei Carlos Josaphat – Papa Francisco é a grande surpresa que renovou e atualizou a surpresa com que o Espírito Santo enriqueceu e alegrou a Igreja, dando-lhe o Pastor do sorriso e da coragem, São João XXIII, e parece bem, insistir, com a maior das simplicidades. O papa Francisco assume e intensifica a docilidade ao Espírito de Amor Universal, que leva a querer todo e o melhor bem para todos, mesmo àqueles que o rigorismo inquisitorial aponta como os maus, os adversários da Igreja hierárquica, da Igreja da ortodoxia, ainda que esta seja imposta à força da força ou da fogueira. Francisco propõe o melhor da melhor maneira, buscando viver e difundir a pobreza e a misericórdia do Evangelho. Nossa Esperança há de ser total porque a Igreja se vê felizmente desafiada a ser e difundir o que ela é, o dom da comunhão na graça e no amor da Comunhão Trinitária do Amor Infinito e Universal.

IHU On-Line – Como o senhor tem percebido o nosso mundo e o Brasil em particular nos últimos anos? As orientações da *Populorum progressio* geraram efeitos positivos ao longo desses 50 anos?

Frei Carlos Josaphat – Com toda simplicidade, a Igreja vive o momento supremo da Verdade do seu ser, que é a comunhão de amor anunciando ao mundo a Felicidade do Amor, num clima de Esperança apocalíptica. Pois os monstros frios, os sistemas sem alma e sem condescendência com mãos fortes, com ciência e arte, com a mais eficaz tecnologia, não estão conduzindo aquele desenvolvimento que a encíclica e, mais ainda, a mensagem e atitude de Francisco proclamam que deve ser plena e universalmente humano.

“*Populorum progressio*, encíclica da ressurreição”. As aspas indicam o título de um estudo do economista francês, François Perroux, colaborador constante nos projetos do padre Lebret e seu assessor principal na elaboração da II Parte da Constituição conciliar *Gaudium et Spes*. Este seu artigo destaca a inspiração evangélica e teológica da encíclica e testemunha o empenho de difundir logo todo conteúdo e a nova visão conciliar. Tal foi a atitude inteligente e corajosa das Editoras Vozes, franciscana, e Éditions du Cerf, dominicana, de Paris. “Encíclica da Ressurreição”, a visão de fé do economista cristão, que calejou as mãos na tarefa conciliar. Ela calha bem mesmo nesta nossa revolução na Páscoa de 2017.■

Leia mais

- *Os 800 Anos de Presença da Ordem Dominicana*. Artigo de Frei Carlos Josapha, publicada nas Notícias do Dia de 9-9-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oYb8RX>.

- *Veritas: a bandeira que deve guiar todo o conhecimento*. Entrevista especial com Frei Carlos Josaphat, publicada nas Notícias do Dia de 8-8-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2onC0vS>.

- *A atualidade “incandescente” do Reino de Deus e do Reino dos Fins*. Entrevista especial com Frei Carlos Josaphat, publicada nas Notícias do Dia de 4-5-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pdpGO5>.

Saiba mais sobre Populorum Progressio

- *“Populorum progressio”: a profecia ignorada de Paulo VI.* Entrevista com Gianpaolo Salvini, publicada nas Notícias do Dia de 5-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oE17Wj>.

- *Como nasceu a Populorum progressio, segundo o cardeal Poupard, que a apresentou à imprensa há 50 anos*, reportagem publicada por Avvenire, reproduzida nas Notícias do Dia de 29-3-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2onHKFP>.

- *Populorum progressio: mais atual do que nunca.* Artigo de Angelo Maffei, publicado nas Notícias do Dia de 29-3-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2q6Zm5e>.

- *Aos 50 anos, “Populorum Progressio” ganha vida nova com o Papa Francisco.* Reportagem publicada por Catholic News Service, reproduzida nas Notícias do Dia de 24-3-2017, disponível em <http://bit.ly/2psGJwq>.

- *Populorum communio.* Artigo é de Luc Van Looy, reproduzida nas Notícias do Dia de 4-3-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oEmCar>.

- *“A Rerum novarum favoreceu o renascimento do compromisso político”.* Reportagem publicada no sítio Vatican Insider, reproduzida nas Notícias do Dia de 2-5-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2q7jDYA>.

- *“Populorum progressio”, profecia ignorada e criticada.* Reportagem de Vatican Insider, reproduzida nas Notícias do Dia de 3-12-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pWwa1z>.

- *A grandeza de Paulo VI está na sua condução da Igreja pós-Vaticano II.* Artigo de Michael Sean Winters, colunista do National Catholic Reporter, reproduzido nas Notícias do Dia de 15-12-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pdsAT0>.

- *Charles de Foucauld: no coração das massas.* Artigo de Giovanni Battista Montini, futuro Papa Paulo VI, publicado nas Notícias do Dia de 1-12-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oYkuwZ>.

- *Paulo VI. O retorno do papa esquecido?* Artigo de Massimo Faggioli, reproduzido nas Notícias do Dia de 12-5-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2q7l88U>.

- *Paulo VI. Viva recordação do Papa do diálogo e do Concílio.* Reportagem publicada por Vatican Insider, reproduzida nas Notícias do Dia de 5-8-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pdjZiY>.

- *Montini, o Concílio e um papa estrangeiro.* Reportagem reproduzida nas Notícias do Dia de 8-8-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oYo0Hx>.

- *Quando o “Papa comunista” era Montini.* Artigo de Gianni Valente, publicada nas Notícias do Dia de 28-3-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pa5IS6>.

- *L. J. Leuret, pionero de otro desarrollo.* Texto de Eloy Mealla, reproduzido nas Notícias do Dia de 27-10-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oEwl0h>.

- *Cinquenta anos da morte do padre Louis Leuret, profeta da doutrina social da Igreja.* Artigo publicado no jornal L’Osservatore Romano, reproduzido nas Notícias do Dia de 22-8-2016, no sítios do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oE9d19>.

- *Leuret.* Reportagem publicada por Avvenire, reproduzida nas Notícias do Dia de 22-7-2016, no sítios do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pYagOn>.

- *“Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente.* Artigo de Massimo Faggioli. Cadernos Teologia Pública, Nº. 95, disponível em <http://bit.ly/2pY55hk>.



Martírio é um filme essencial para a compreensão da complexa situação dos índios nacionais não apenas nos dias de hoje, mas historicamente

Um martírio brasileiro

Documentário de Vincent Carelli expõe chagas da situação indígena no Brasil

59

Fernando Del Corona¹

Um pequeno trecho de uma das gravações realizadas por Vincent Carelli em 1988, na época de suas primeiras visitas às tribos guarani-kaiowá, é utilizado em dois momentos distintos ao longo de *Martírio*, novo documentário do diretor. Nele, Carelli capturou uma reunião falada completamente em guarani, em que algumas palavras compartilhadas com o português escapam ou sugerem o tema geral da conversa. O espectador, assim como o próprio Carelli na época, fica entregue a especulações sobre o que está sendo discutido. Aproximando-se do final das longas duas horas e 40 minutos de duração do filme, o trecho é utilizado novamente, legendado pela primeira vez desde que fora gravado. O que eles tratam é a mesma questão que seria discutida pelos 25 anos que separaram as filmagens das gravações de *Martírio*, um lembrete da precariedade imutável da situação indígena no Brasil.

O segundo filme de uma proposta trilogia – iniciada com *Corumbiara*, sobre o massacre indígena em Rondônia em 1995, e a ser seguido por *Adeus, Capitão* –, *Martírio* foi realizado parcialmente por um financiamento coletivo que juntou mais de R\$ 85 mil para a produção, que une as gravações antigas de Carelli e imagens de arquivo com novas filmagens realizadas em uma nova viagem do diretor em parceria com Ernesto de Carvalho e Tita para as tribos guarani-kaiowá, 25 anos depois de o projeto iniciar. O resultado final, ainda que uma experiência pesada e, por vezes, de ritmo lento, é um filme essencial para a compreensão da complexa situação dos índios nacionais não apenas nos dias de hoje, mas historicamente. O filme deve ser visto, assim, mais como um estudo antropológico e social

¹ Fernando Del Corona é mestrando em Comunicação e especialista em Televisão e Convergência Digital pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, graduado em Produção Audiovisual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Em seu artigo de conclusão da especialização, pesquisou a relação de fãs da série *Game of Thrones* com spoilers no ambiente do site reddit. Em sua dissertação, em fase de desenvolvimento, investiga a presença da imagem-tempo na obra da diretora norte-americana Sofia Coppola.

aprofundado sobre uma questão central à história do Brasil – e é sobre o próprio registro histórico que se encontra uma das maiores forças do filme.

Criando um extenso panorama da luta histórica dos guarani-kaiowá no Mato Grosso do Sul, acompanha-se, através de uma estrutura vagamente episódica, a história de desapropriação das terras indígenas desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), passando pelo ciclo de plantação do mate, pela criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI em 1910 e sua substituição pela Fundação Nacional do Índio – Funai em 1967, assim como pelos efeitos da presença do Marechal Rondon e do governo Vargas, até os conflitos atuais entre fazendeiros e ruralistas e os índios que ainda lutam para habitar a terra que lhes é de direito.

Imagens e documentos históricos garimpados por Carelli reconstróem a relação conturbada do homem branco com o índio no Brasil, as variadas tentativas de retirá-los de sua terra e de sua cultura, as matas verdejantes antes de sua destruição – em contraste claro com as cenas contemporâneas de plantações que se estendem até o horizonte – e até a formação, durante a ditadura militar, de uma “polícia indígena”, que chega ao absurdo de apresentar, em um desfile, técnicas de tortura ensinadas aos índios pela Polícia Militar, incluindo a absurda exibição de uma pessoa presa ao infame pau-de-arara.

A narrativa aos poucos se aproxima de um cenário moderno que encontra os guarani-kaiowá vivendo em barracos na beira de estradas, forçados a invadir suas próprias terras e a viver em um constante conflito – frequentemente mortal – com os latifundiários, representados pelos parlamentares da bancada ruralista que aparecem no filme em imagens no Congresso Nacional, defendendo ardentemente a desapropriação das terras indígenas, mesmo que seja necessária a violência. As imagens de um leilão rural voltado, efetivamente, para a criação de milícias a fim de combater os índios, reforçam as histórias contadas pelos próprios guarani-kaiowá dos ataques repetidos que sofrem. A morte está presente durante todo o filme. Líderes indígenas são assassinados, e as vozes em guarani contam história após história de seus conflitos sangrentos, repletos de atropelamentos e assassinatos. Somos apresentados a cemitérios indígenas. Não por acaso, os índios lutam pelo direito de poder morar – e morrer – na terra onde seus mortos estão enterrados.

É a voz dos índios que Carelli busca mais que todas – dando expressão àqueles que foram historicamente silenciados. Quando, no Congresso, um ruralista mostra imagens do vídeo de um policial sendo atacado por índios, o diretor se vira para os envolvidos que relatam sua reação a um ataque sofrido. Uma idosa repleta de rugas conta a história de sua família, e a vemos novamente nas imagens gravadas por Carelli 25 anos antes, sempre envolvida na luta de seu povo. Observamos uma índia chorar a morte de seu tio e uma anciã lamentando que deseja apenas que seus descendentes possam crescer na terra que lhes é de direito. O afeto e a preocupação de Carelli, um dos maiores indigenistas brasileiros – e fundador do projeto Vídeo na Aldeia, um esforço ainda maior de dar aos índios o poder de contar suas próprias histórias – pelos guarani-kaiowá aparece no filme, no respeito com que ele apresenta diversos rituais, na solenidade com que acompanha o luto. Em sua narração, ele fala da dor que sentiu ao se separar pela primeira vez da tribo, em 1988, e do medo que sentia dos latifundiários enquanto os visitava novamente durante as novas gravações. O clima de tensão cresce ao longo do filme, presságios de uma tragédia comum e que pode acontecer a qualquer momento naquela situação.

Em 2012, após uma decisão judicial de despejo em Japorã, no Mato Grosso do Sul, os guarani-kaiowá divulgaram uma carta anunciando que pretendiam morrer em suas terras, colocando no favorecimento do agronegócio sobre suas vidas o peso de uma morte coletiva. Esse anúncio foi compreendido como uma ameaça de suicídio coletivo e gerou um movimento de solidariedade no Facebook, quando os usuários colocavam “guarani-kaiowá” nos seus nomes. Em outro ato recente, o Congresso foi invadido em plena sessão por índios e defensores de seus direitos. O que surge, ao se assistir ao filme e a essas ações, é o reflexo de um descuido histórico da sociedade e do governo no trato com o povo indígena. Esse descuido se torna ainda mais sério ao se perceber a quantidade de registros gerados ao longo de mais de um século dessa relação. Nisso, *Martírio* consegue transmitir sua mensagem de maneira contundente. Desde os arquivos históricos, até as transmissões pela televisão das atividades parlamentares, através de notícias de jornais televisivos ao longo de décadas, filmes e documentários, a saga dos guarani-kaiowá está registrada e disponível aos olhos do público – ainda que, de maneira geral, sem que eles tivessem a chance de contar sua própria história. Carelli leva essa ideia ainda mais adiante: pre-

vendo um ataque contra uma invasão, entrega uma câmera digital e ensina os índios a operá-la. Sem falha, testemunhamos uma investida com armas de fogo em plena luz do dia, que os índios enfrentam com surpreendente coragem, filmando à distância o ataque.

Martírio, enfim, é um poderoso e necessário relato de uma realidade ainda pouco reconhecida no Brasil, de uma luta que vai contra interesses do governo e contra uma representação parcial na grande mídia. Ainda que cansativo em sua duração e seu ritmo arrastado, trata-se de uma obra de importância histórica que expõe a importância dos registros históricos e da multiplicidade narrativa nos mesmos. Das diversas cenas que marcam o espectador, algumas ficam na mente. O trecho comentado anteriormente, quando o índio – finalmente revelado pelo poder da tradução – anuncia que “o que tá pegando a gente é o capitalismo”, é uma delas. O discurso de Ailton Krenak em 1987 no Congresso Nacional, pintando seu rosto enquanto entrega um poderoso e eloquente discurso contra políticas anti-indígenas, é outra. Mas, conforme penso no filme, uma delas é a que mais vem à minha mente – e com mais força: em um confronto tenso e armado entre índios e fazendeiros armados em um carro, um guarani-kaiowá brada, de cima de seu cavalo, com o rosto pintado: “Mata o índio para você ver! Mata!”. É um retrato do Brasil. ■



Martírio (2016), de Vincent Carelli

Leia mais

- *Guarani-Kaiowá. "Uma luta que já dura um século"*. Entrevista especial com Marco Antônio Delfino de Almeida, publicada nas Notícias do Dia de 7-11-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pamwZi>.

- *Guarani-kaiowá: um grito de desespero*. Entrevista especial com Egon Heck, publicada nas Notícias do Dia de 15-10-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oYdgc2>.

- *Guarani-Kaiowá. "Uma luta que já dura um século"*. Entrevista especial com Marco Antônio Delfino de Almeida, publicado nas Notícias do Dia de 7-11-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pamwZi>.

- *Extermínio guarani-Kaiowa*. Reportagem de O Estado de S. Paulo, reproduzida nas Notícias do Dia de 19-7-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oEE5j9>.

- *Governo brasileiro não vê suicídios dos Guarani-Kaiowá como crise, diz jornal canadense*. Reportagem publicada por De Olho nos Ruralistas, reproduzida nas Notícias do Dia de 5-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2q7oXev>.

- *Mais um capítulo sangrento da saga Guarani-Kaiowá*. Reportagem de Carta Capital, reproduzida nas Notícias do Dia de 5-9-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1MldA30>.

- *Genocídio Guarani Kaiowá: uma guerra de dois mundos*. Reportagem produzida pelo IHU, publicada nas Notícias do Dia de 20-11-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1NgnzOJ>.

Leitura de Guimarães Rosa ensina a viver sentindo e dando sentido à vida

Kathrin Rosenfield afirma que a obra rosiana é um monumento único, quase inexplicável e incomparável na literatura brasileira

Vitor Necchi

Antes mesmo de aprender português, a austríaca Kathrin Rosenfield se fascinou pela escrita de Guimarães Rosa. “A primeira característica que me chamou atenção era a musicalidade da obra. Ela me encantou antes mesmo de eu falar português, ela me seduziu a continuar lendo o que eu mal compreendia (*Grande Sertão: Veredas*). O segundo fator que tornou esse encanto um fascínio durável foi a descoberta de que esse romance pode ser um guia para o incauto se orientar no Brasil, ou, pelo menos, aceitar a desorientação que é o choque cultural para o forasteiro recém-chegado”, explica a professora radicada no Brasil em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Kathrin é uma entusiasta de Rosa. Para a pesquisadora, ao mesmo tempo em que “frisa e reelabora obras da história da literatura e do pensamento brasileiros, ele inova a língua brasileira como ninguém antes, criando um idioma poético que nos envolve numa aura de simpatia e no encantamento da beleza. Nesse sentido, a obra rosiana é um monumento único, quase

inexplicável e incomparável na literatura brasileira”.

Ao projetar o alcance da linguagem rosiana, a pesquisadora afirma que ela “é uma precursora do multiculturalismo – mas de um multiculturalismo que não se fecha, não hostiliza as outras culturas, nem promove uma cultura reivindicando direitos contra as outras”. Para ela, “ler Rosa é aprender a viver menos mecanicamente – viver sentindo e dando sentido à vida”.

Kathrin Rosenfield nasceu na Áustria e vive no Brasil desde 1984. Possui graduação em Letras pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (1981), mestrado em Antropologia Histórica pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1981) e doutorado em Ciência da Literatura pela Universidade de Salzburg (1984). É pesquisadora do CNPq e leciona nos programas de pós-graduação em Letras e em Filosofia da UFRGS. Entre outros livros, publicou *Desenveredando Rosa: Ensaios sobre a obra de J. G. Rosa* (Rio de Janeiro, Topbooks).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual o lugar de *Grande Sertão: Veredas* na literatura brasileira?

Kathrin Rosenfield – Rosa teve – e ainda tem – o poder de revelação. Retomando e modulando o título do famoso ensaio de Euclides da Cunha¹, *Os Sertões*, Rosa reiterou de

modo poético e envolvente a grandiosa cantoria de Euclides, que foi o primeiro a mostrar aos brasileiros a terra, o homem e a luta que se trava

confrontos (1907), *Peru versus Bolívia* (1907), *À margem da história* (1909), a conferência *Castro Alves e seu tempo* (1907), proferida no Centro Acadêmico XI de Agosto (Faculdade de Direito), de São Paulo, e as obras póstumas *Canudos: diário de uma expedição* (1939) e *Caderneta de campo* (1975). Confira a edição 317 da **IHU On-Line**, de 30-11-2009, intitulada *Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon317>. (Nota da **IHU On-Line**)

nesse país ignorado pelos que moram nas grandes cidades do litoral. Euclides apresenta as realidades do Brasil com a objetividade de um observador instruído; seu olhar é o do geólogo, do antropólogo e do jornalista fazendo um magnífico panorama da riqueza geográfica e humana do Brasil, ao mesmo tempo que lamenta a ignorância e a indiferença das elites morando preguiçosamente no litoral, fazendo pouco caso das

¹ **Euclides da Cunha** (1866-1909): engenheiro, escritor e ensaísta brasileiro. Entre suas obras, além de *Os Sertões* (1902), destacam-se *Contrastes e*

“Ao mesmo tempo em que Rosa frisa e reelabora obras da história da literatura e do pensamento brasileiros, ele inova a língua brasileira como ninguém antes

necessidades e dos potenciais peculiares do vasto interior e, em particular, desconhecendo o serrado e o sertão. Rosa interioriza essa crítica da epopeia euclidiana. Suas narrativas respiram não apenas o amor pelos habitantes e as paisagens do sertão, mas mostra também um minucioso conhecimento e uma simpatia humana que redime sua obra da acusação terrível que abre e fecha *Os Sertões* de Euclides. No ensaio de Euclides, o leitor percorre as três partes – A Terra, O Homem e A Luta –, assistindo de fora a um drama com sangrento desfecho. *Grande Sertão: Veredas* adota um percurso semelhante, mas o ponto de vista é deslocado para dentro da experiência dos sertanejos. Isso permite ao leitor sentir como eles vivem, sentem e pensam essa realidade e compreender que esse universo é tão rico e inteligente quanto o do litoral – apenas diferente e menos conhecido.

Uma grande gama de figuras – o fazendeiro e o peão, o jagunço e o agregado, o sertanejo e o forasteiro, o padre, comerciantes, meninos, mulheres etc. – encarnam a fascinante diversidade social, política e humana do sertão. Os nomes dos personagens – indígenas, portugueses e afro-brasileiros – aludem à longa história da miscigenação, dando vida às análises que ensaístas como Gilberto Freyre² e Sérgio Bu-

arque de Holanda³ prepararam na forma de ensaios baseados em pesquisas antropológicas e sociológicas. Assim, o Brasil miscigenado e interiorano, anteriormente visto como um estigma ou emblema do atraso, aparece pela primeira vez como uma riqueza – não mais romantizada como no indianismo, mas afirmada e refletida em conjunto com os inúmeros problemas nos quais ela está enredada (exploração e injustiça social, a cordialidade, a falta de educação, entre muitos outros). Ao mesmo tempo em que Rosa frisa e reelabora obras da história da literatura e do pensamento brasileiros, ele inova a língua brasileira como ninguém antes, criando um idioma poético que nos envolve numa aura de simpatia e no encantamento da beleza. Nesse sentido, a obra rosiana é um monumento único, quase inexplicável e incomparável na literatura brasileira.

IHU On-Line – Por que a senhora resolveu investigar esta obra?

Grande ao Sobrado. Gênese e Dissolução do Patriarcalismo Escravista no Brasil. Algumas Considerações, disponível em <http://bit.ly/cadihu06>. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Sérgio Buarque de Holanda** (1902-1982): historiador brasileiro, também crítico literário e jornalista. Entre outros, escreveu *Raízes do Brasil*, de 1936. Obteve notoriedade através do conceito de “homem cordial”, examinado nessa obra. A professora Dr.^a Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, apresentou, no evento **IHU ideias**, de 22-8-2002, o tema *O homem cordial: Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda* e no dia 8-5-2003, a professora apresentou essa mesma obra no *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*, concedendo, nessa oportunidade, uma entrevista à **IHU On-Line**, publicada na edição nº 58, de 5-5-2003, disponível em <http://bit.ly/152MP1v>. Sobre Sérgio Buarque de Holanda, confira, ainda, a edição 205 da **IHU On-Line**, de 20-11-2006, intitulada *Raízes do Brasil*, disponível para download em <http://bit.ly/SMypxY>, e a edição 498, de 28-11-2016, *Raízes do Brasil – 80 anos. Perguntas sobre a nossa sanidade e saúde democráticas*, disponível em <http://bit.ly/2nDmdfE>. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Gilberto Freyre** (1900-1987): escritor, professor, conferencista e deputado federal. Colaborou em revistas e jornais brasileiros. Foi professor convidado da Universidade de Stanford (EUA). Recebeu vários prêmios por sua obra, entre os quais, em 1967, o prêmio Aspen, do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos (EUA), e o Prêmio Internacional La Madoninna, em 1969. Entre seus livros, destaca-se *Casa grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*. Sobre Freyre, confira o **Cadernos IHU** nº 6, de 2004, intitulado *Gilberto Freyre: da Casa-*

Kathrin Rosenfield – Eu era medievista antes de vir ao Brasil, trabalhava com Jacques Le Goff⁴, meu orientador no doutorado, e, portanto, tinha absorvido os ensinamentos da antropologia histórica francesa. Autores hoje muito bem conhecidos como Michel Zink⁵, Jean-Claude Schmitt⁶, Vernant⁷, Vidal-Naquet⁸,

⁴ **Jacques Le Goff** (1924): medievalista francês, formado em história e membro da Escola dos Annales. Presidente, de 1972 a 1977, da VI Seção da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), foi diretor de pesquisa no grupo de antropologia histórica do Ocidente medieval dessa mesma instituição. Entre outras altas distinções, Le Goff recebeu a medalha de ouro do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), pela primeira vez atribuída a um historiador. Boa parte de sua obra está ao alcance do leitor brasileiro, como por exemplo, *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente* (Lisboa: Estampa, 1980); *Mercadores e banqueiros da Idade Média* (Lisboa: Gradiva, 1982); e *A civilização no Ocidente Medieval* (Lisboa: Estampa, 1984). Le Goff concedeu a entrevista Roma, alimento e paralisia da Idade Média à edição 198 da revista **IHU On-Line**, de 02-10-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon198>. Entre seus livros, destacamos *O nascimento do purgatório* (Lisboa: Estampa, 1995) (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Michel Zink** (1945): medievalista e filólogo francês, especialista em literatura francesa da Idade Média. Ele é o secretário permanente da Academia de Inscrições e Belles-Lettres. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Jean-Claude Schmitt** (1946): medievalista francês, ex-aluno de Jacques Le Goff, associado ao trabalho da Escola de Annales. Ele estuda os aspectos socioculturais da história medieval na Europa Ocidental e tem feito contribuições importantes no uso de métodos históricos e antropológicos para interpretar a história. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Jean-Pierre Vernant** (1914-2007): foi um historiador e antropólogo francês, especialista na Grécia Antiga, particularmente na mitologia grega. Foi professor honorário do Collège de France. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Pierre Emmanuel Vidal-Naquet** (1930-2006): foi um historiador e intelectual francês, de origem judaica. Durante a Segunda Guerra Mundial, ainda adolescente, participou da resistência contra a ocupação nazista na França. Seus pais foram presos pela Gestapo e assassinados no campo de concentração de Auschwitz. Era especialista em Grécia Antiga, mas também tinha interesse pela História Contemporânea, particularmente pela Guerra da Argélia (1954-1962) (durante a qual se posicionou contra à prática de tortura do exército francês), assim como pela História Judaica. Pronunciou-se contra a guerra do Vietnã, e as sucessivas guerras no Iraque foram também objeto de sua crítica e condenação. Criticou também a situação dos palestinos em Gaza e na Cisjordânia, e a atitude do governo de Ariel Sharon, a quem qualificava de criminoso e racista. (Nota da **IHU**)

Marcel Detienne⁹ sempre usavam a literatura e a arte como fontes para a reconstrução do contexto histórico. Esse treinamento me familiarizou com os modos arduos como narrativas aparentemente simples – contos, lendas, vidas de santos, mitos indo-europeus ou cristãos etc. – são sempre de novo reutilizados para expressarem reflexões cada vez mais complexas. É claro que isso, e o fato de eu não conhecer ainda muito bem o Brasil, aguçaram meu olhar para a complexidade da obra rosiana.

IHU On-Line – Que atributos mais lhe encantam ou tensionam nesta obra de Guimarães Rosa? Por quê?

Kathrin Rosenfield – A primeira característica que me chamou atenção era a musicalidade da obra. Ela me encantou antes mesmo de eu falar português, ela me seduziu a continuar lendo o que eu mal compreendia (*Grande Sertão: Veredas*). O segundo fator que tornou esse encanto um fascínio durável foi a descoberta de que esse romance pode ser um guia para o incauto se orientar no Brasil, ou, pelo menos, aceitar a desorientação que é o choque cultural para o forasteiro recém-chegado. Eu me senti um tanto “perdida” como Riobaldo, que em certo momento refere a si mesmo como “pobre menino do destino...” e se compara àqueles cãezinhos vira-lata “que esperam viajante em ponta de rancho”. Então peguei carona no romance de Rosa e desenverei o sertão.

IHU On-Line – A senhora nasceu na Áustria e fez sua formação em Salzburg e Paris. Quão impactante *Grande Sertão: Veredas* pode ser para um estrangeiro?

Kathrin Rosenfield – Depende. Quem lê em outra língua, talvez não fique nada impressionado – lembro de minha mãe, que tinha lido em

alemão e depois redescobriu um romance totalmente diferente em português. Ela achou muito fraco o Guimarães Rosa em alemão e virou sua grande admiradora depois de relê-lo em português. Recolhi a mesma impressão de leitores na França e na Inglaterra. O impacto grande fica para o estrangeiro que está disposto a entrar na cultura Brasileira.

IHU On-Line – Como a senhora caracteriza a linguagem que constitui a obra de Guimarães Rosa?

Kathrin Rosenfield – A maior inovação linguística de Rosa foi ver que a língua portuguesa do Brasil é particularmente apta a dialogar com outras línguas e culturas. Ele pesquisou e anotou todos os tipos de vocabulários de origem africana, tupi, cabocla, portuguesa, estudando suas misturas locais, ampliando assim o português habitual com uma imensa grama de modos de expressão que mostram a engenhosa criatividade linguística, a beleza e a agilidade intelectual daquilo que então era considerado (e depreciado como) Hinterland, rusticidade provinciana e inculta. Não contente com esse feito, ele enxertou nesse linguajar tão típico para o Brasil reflexões e sentimentos que vêm de uma tradição universal milenar e que foram, ao longo do tempo, refinados como monumentos da altíssima cultura espiritual e literária.

Em outras palavras, a linguagem rosiana é uma precursora do multiculturalismo – mas de um multiculturalismo que não se fecha, não hostiliza as outras culturas, nem promove uma cultura reivindicando direitos contra as outras. O dom poético e a simpatia humana de G. Rosa certamente sensibilizaram o autor pelo fato de que se mover entre línguas e culturas, ter que fazer o esforço de repensar e traduzir o que se pensa numa para uma outra é um riquíssimo aprendizado – talvez o único que nos obrigue a realmente pensar-e-sentir o que é “natural” numa língua, mas não na outra, e, com isso, a revisar os valores e con-

ceitos que parecem óbvios, mas talvez não o sejam.

Acredito que Rosa tinha noção dessa diferença interior que permite e obriga a traduzir os conteúdos universais sempre de novo em diferentes formas de expressão. Cada indivíduo pode fazer a experiência de que sua angústia existencial não é a mesma aos 18 e aos 28 anos, que as esperanças e os medos físicos-e-metafísicos requerem sempre novas traduções ao longo da história da filosofia e segundo o lugar geográfico. Rosa emancipou o sertanejo, evidenciando que ele pensa – e pensa muito bem –, embora numa linguagem que não tem o mesmo refinamento formal (mas tampouco os defeitos) das linguagens intelectuais formalizadas. Rosa reencontra as grandes verdades religiosas e filosóficas, tanto nas falas sertanejas, como na poesia popular, ou nos mitos tupis e africanos, germânicos ou gregos. Ele criou um idioma novo, mas ao mesmo tempo autenticamente brasileiro. Os aparentes “neologismos” e as estranhezas fizeram com que os leitores brasileiros redescobrissem a riqueza da sua própria língua (muito do que parece ser alheio é, de fato, autenticamente brasileiro). Assim, ele integrou as experiências vanguardistas nos hábitos próprios, unindo as formas de expressão mais regionais com um português da cidade e com as línguas de outros mundos. Desta maneira, a sabedoria milenar de outras culturas e as conquistas literárias mais recentes (a livre-associação freudiana e o fluxo de consciência) conservam o sabor autenticamente brasileiro.

IHU On-Line – A aura estética de Guimarães Rosa é um entrave para tradutores?

Kathrin Rosenfield – Sem dúvida, a riqueza estética da linguagem rosiana é um problema. Maior problema, porém, é o contexto. Poucos brasileiros conhecem o sertão e o cerrado e precisam de certo preparo literário e intelectual para apreciar essa realidade mental e geográfica não urbana, não globalizada. O mundo além-Brasil pouco sabe das realidades básicas, e muito menos desse Hinterland que

On-Line
⁹ **Marcel Detienne** (1935): professor universitário francês de origem belga, estudioso grego e antropólogo comparativa, é especialista em fala e autotonia na Grécia antiga. (Nota da **IHU On-Line**)

nós brasileiros tivemos que aprender ao longo das últimas décadas. Portanto, faltam certos registros estilísticos e sentimentais para os quais pudéssemos traduzir essa outra realidade brasileira. Precisaria de um grande poeta-pensador que tivesse de recriar na língua de chegada o registro exato no qual as andanças de Riobaldo pudessem fazer sentido.

“A obra rosiana é um monumento único, quase inexplicável e incomparável na literatura brasileira”

IHU On-Line – Que questões filosóficas estão presentes em Grande Sertão: Veredas?

Kathrin Rosenfield – Nas ruínas de Riobaldo, são evidentes as questões do bem e do mal, do ser e da aparência, do diálogo socrático em busca da clarificação dos enganos – todo o arco que leva das mitologias mais antigas aos filósofos pré-socráticos, e de Platão ao neoplatonismo cristão. Mas todas essas ideias filosóficas aparecem através de uma lente poética que desfoca, instabiliza as certezas, ironiza as abstrações e opõe às convicções exageradas um ceticismo sério e um humor amável.

Renovando a língua dessa maneira, pensava Rosa, poderíamos renovar todo o nosso modo de estar no mundo. Com essa esperança, ele se vincula com a filosofia poética inaugurada no final do século 18 por poetas-pensadores como Hölderlin¹⁰ e

Kleist¹¹, Nietzsche¹², Kafka¹³, Robert Musil¹⁴ – uma tradição que Rosa conhecia e apreciava.

Sendo brasileiro, ele despoja essa tradição de toda a sua superestrutura complicada – ele suprime o linguajar abstrato do idealismo alemão, que sentimos, apesar das tentativas de superação, em Nietzsche e Heidegger¹⁵. Ele prefere fazer a miscelagem

poetas germânicos. Para saber mais da obra do poeta, acesse a edição 475, de 19-10-2015, da revista **IHU On-Line**, intitulada *Hölderlin. O trágico na noite da Modernidade*, disponível em <http://bit.ly/2oZLJHM>. (Nota da **IHU On-Line**)

11[11] **Bernhard Heinrich Wilhelm von Kleist** (1777-1811): foi um poeta, romancista, dramaturgo e contista alemão. É conhecido por sua comédia *O Jarro Quebrado*, pela tragédia *Pentecosteia* bem como por seu conto *Michael Kohlhaas*. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Friedrich Nietzsche** (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras, figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da **IHU On-Line**, de 13-12-2004, intitulado *Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo*, disponível para download em <http://bit.ly/Hl7xwP>. A edição 15 dos **Cadernos IHU em formação** é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser acessada em <http://bit.ly/HdcqOB>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-5-2010, disponível em <http://bit.ly/162F4rH>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do **Ciclo de Estudos Filosofias da diferença** – Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Na edição 330 da revista **IHU On-Line**, de 24-5-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência, concedida pelo professor Oswaldo Giacoia e disponível para download em https://goo.gl/zuXC4n*. Na edição 388, de 9-4-2012, leia a entrevista *O amor-fati como resposta à tirania do sentido, com Danilo Bilate*, disponível em <http://bit.ly/HzaJpJ>. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Franz Kafka** (1883-1924): escritor tcheco, de língua alemã. De suas obras, destacamos: *A metamorfose* (1916), que narra o caso de um homem que acaba transformado num gigantesco inseto, e *O processo* (1925), cujo enredo conta a história de um certo Josef K., julgado e condenado por um crime que ele mesmo ignora. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Robert Musil**: escritor austríaco, autor do célebre *O homem sem qualidades* (2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989). (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Martin Heidegger** (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947) e *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-6-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível em <http://bit.ly/ihuon185>, e 187, de 3-7-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, disponível em <http://bit.ly/ihuon187>. Confira, ainda, **Cadernos IHU em formação** nº 12, *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem12>, e a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-5-2010, disponível em <https://goo.gl/dn3AX1>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do ci-

ção do pensamento poético com os “livros sagrados” do oriente e do ocidente, “bebendo água de todos os rios” – da Bíblia, dos Vedanta e Upanishades, dos mitos indígenas, europeus e hindus, de escritos místicos e reflexões morais. O importante é que essa filosofia não fica na abstração conceitual, mas renasce, de modo concreto, vivo, das experiências dos personagens. Assim, a pedra, o burrinho, o boi ou o jacaré podem aparecer, repentinamente, como revelações da eternidade, do absoluto. Rosa idealiza o sertanejo como um potencial mestre Zen: seus sábios (e loucos) têm uma peculiar aptidão de pensar a partir da concretude presente – por exemplo, daquilo que diz a postura do corpo no espaço, a coisa corporal concreta. É isso que modifica a pessoa, não ideias abstratas, mas a atitude existencial e moral, o sofrimento e o prazer de estar vivo. A linguagem artística torna palpáveis de novo conceitos abstratos como “o infinito” – pensemos apenas nas grandes imagens rosianas –, “o sertão está dentro da gente”, o corpo visto como “raiz da alma” ou a identificação do autor-narrador com o jacaré ou o burrinho. Não se trata de símbolos ou alegorias das abstrações filosóficas, mas de convites para o leitor sentir o que deve ser pensado. É claro que esse convite também exige da parte do leitor ou do interlocutor uma disponibilidade, uma abertura para entrar na experiência vivida de estar no espaço de outro modo: ler Rosa é aprender a viver menos mecanicamente – viver sentindo e dando sentido à vida.

É claro que Rosa leu muito, muita filosofia também. Mas ele é um pensador poético – mais poético que Thomas Mann¹⁶, por exemplo: jamais ele interromperia a errância

10 **Johann Christian Friedrich Hölderlin** (1770-1843): foi um poeta lírico e romancista alemão. Conseguiu sintetizar na sua obra o espírito da Grécia antiga, os pontos de vista românticos sobre a natureza e uma forma não ortodoxa de cristianismo, alinhando-se hoje entre os maiores

clo de estudos Filosofias da diferença, pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Thomas Mann** (1875-1955): romancista alemão, considerado como um dos maiores do século XX. Recebeu o prêmio Nobel da Literatura em 1929. Foi o irmão mais novo do romancista Heinrich. Ganhou repercussão internacional, aos 26 anos, com sua primeira obra, *Os Buddenbrooks* (Buddenbrooks), romance que conta a história de uma família protestante de comerciantes de cereais de Lübeck ao longo de três gerações. (Nota da **IHU On-Line**)

labiríntica do seu personagem Ribaldo para deixar outros personagens começarem um debate filosófico, como se cantassem uma arieta no meio da ação – como isso acontece na *Montanha mágica*¹⁷, quando Mann opõe ao humanismo esclarecido de Settembrini o jesuitismo fanático de Naphta (ironizando o marxismo de G. Lukacs¹⁸).

Rosa entra a tal ponto no universo dos seus personagens que inúmeras ideias filosóficas retornam metabolizadas pelo idioma sertanejo nos seus *mundos vividos*. Talvez não seja um acaso que as primeiras pesquisas sobre o meio ambiente, iniciadas pelo biólogo alemão von Uexküll¹⁹, tenham modificado profundamente os hábitos de percepção e o antropocentrismo da cultura ocidental. Rompendo com o privilégio do ponto de vista do observador, Uexküll familiarizou o público culto das primeiras décadas do século 20 com a ideia que diferentes seres vivos têm modos de estar no mundo muito diversos e que é preciso aprender a apreendê-los na *sua maneira de ver, viver e construir seus mundos* (Welt) internos e externos (Innenwelt, Umwelt), sua própria história e temporalidade²⁰. Essa ruptura com o privilégio do ponto de vista universal do observador objetivo e o deslocamento do interesse para as coordenadas subjetivas e contextuais têm muita afinidade com o modo de ver, sentir e escrever de Rosa. Pois ninguém aboliu de modo mais vigo-

roso o ponto de vista condescendente do observador “de fora”, superando o humanismo sentimental e autoidulgente. Von Uexküll influenciou pensadores como Cassirer²¹ e Heidegger, que Rosa conhecia, e sem dúvida tem afinidades com a ideia mestra do famoso ensaio de Heidegger sobre Ser e Tempo. Menciono Heidegger apenas para salientar a diferença imensa entre o pensamento poético e a formalização filosófica. Rosa fazia muita questão de esconder e negar os conteúdos filosóficos que leitores identificam na sua obra. Ele refere-se à abstração filosófica com a metáfora da “megeira cartesiana”, a pretensão do pensamento formalizado, *res cogitans*, subjungando a concretude que deve ser pensada, a *res extensa*. Quando *ele* fala da metafísica do sertão ou do gosto especulativo dos sertanejos, *está se referindo* ao pensamento dentro das coisas concretas.

O distanciamento da filosofia enquanto linguagem abstrata e formalizada pode, às vezes, ser bem explícita, como, por exemplo, na entrevista com G. Lorenz:

Como escritor eu devo prestar conta de cada palavra, pensando-a até o ponto em que ela se torna novamente vida. A linguagem é a porta para a infinitude, mas ela está, infelizmente, sob uma montanha de cinzas. Devo remover este entulho. Uma vez que a linguagem é a expressão da vida, eu devo constantemente “cuidá-la” (umsorgen). Ai tem um eco de Heidegger. Este erigiu sobre sua sensibilidade pela linguagem toda uma filosofia estranha, mas, eu acho, ele deveria ter ficado com a linguagem. (p. 516)

Não sei se essa observação alude, para além da filosofia, também à malograda tentativa heideggeriana de transformar o impacto estético da linguagem em pensamento, na

esperança de tornar o discurso eficaz no mundo real. Mas, com certeza, o pendor metafísico-contemplativo de Rosa tem a ver com os perigos da recuperação prática e ideológica do potencial poético da linguagem. Por isso, Rosa atribui aos “sertanejos” (à gente do sertão mineiro e a si mesmo, mas também a Goethe²², Dostoiévski²³ etc.) o pendor valorizado da “especulação” contemplativa. Cuidar poeticamente da linguagem já é, para Rosa, um engajamento sério com a verdade e a ética da vida. Não precisa mais outro engajamento intelectual ou ideológico. As últimas linhas sem dúvida frisam os excessos estilísticos da filosofia de Heidegger, a estranha mistura de lucidez e mistificação quase litúrgica que dissolve em aura pseudorreligiosa a concretude de conceitos forjados com metáforas palpáveis.

Acredito que essas balizas são interessantes para avaliar o engajamento de Rosa, sua afirmação de escrever “contos críticos”, por exemplo. O que está em jogo é a rejeição de todo tipo de dogmatismo e, em particular, a doutrinação recuperação da arte em nome de ideologias da “mudança”.

IHU On-Line – A ambivalência de gênero é um tema central em *Grande Sertão: Veredas*.

²² Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832): foi um autor e estadista alemão que também fez incursões pelo campo da ciência natural. Goethe também era formado em Direito e chegou a atuar como advogado por pouco tempo. Como sua paixão era a literatura, resolveu dedicar-se a esta área. Fez parte de dois movimentos literários importantes: romantismo e expressionismo. Como escritor, Goethe foi uma das mais importantes figuras da literatura alemã e juntamente com Friedrich Schiller, foi um dos líderes do movimento literário romântico alemão Sturm und Drang. Apresentou ainda um grande interesse pela pintura e desenho. (Nota da IHU On-Line)

²³ Fiódor Mikhailovich Dostoiévski (1821-1881): um dos maiores escritores russos e tido como um dos fundadores do existencialismo. De sua vasta obra, destacamos *Crime e castigo*, *O Idiota*, *Os Demônios* e *Os Irmãos Karamázov*. A esse autor a IHU On-Line edição 195, de 11-9-2006, dedicou a matéria de capa, intitulada *Dostoiévski. Pelos subterrâneos do ser humano*, disponível em <http://bit.ly/ihuon195>. Confira, também, as seguintes entrevistas sobre o autor russo: *Dostoiévski e Tolstoi: exacerbação e estranhamento*, com Aurora Bernardino, na edição 384, de 12-12-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon384>; *Polifonia atual: 130 anos de Os Irmãos Karamázov, de Dostoiévski*, na edição 288, de 6-4-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon288>; *Dostoiévski chorou com Hegel*, entrevista com Lázló Földényi, edição nº 226, de 2-7-2007, disponível em <http://bit.ly/ihuon226>. (Nota da IHU On-Line)

¹⁷ Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. (Nota da IHU On-Line)

¹⁸ MacIntyre, Alasdair. *Against the self-images of the age: Essays on ideology and philosophy*, Duckworth, 1971, pp. 60-69. (Nota da entrevistada)

¹⁹ Jacob Johann von Uexküll (1864-1944): biólogo e filósofo estoniano de origem alemã. Foi um dos pioneiros da etologia. Como biólogo, fez grandes realizações nos campos da fisiologia muscular e cibernética da vida. Sua realização mais notável foi a noção de Umwelt, o mundo subjetivo da percepção dos organismos vivos, dos animais e do homem em relação ao seu meio ambiente e de como eles o compreendiam. Para Uexküll, cada animal tem seu mundo próprio e cada um deles tem que ser entendido no seu habitat (meio em que vive). Interessava ao pesquisador o comportamento dos organismos vivos e suas interações, por exemplo, as células e órgãos do corpo ou dos sujeitos no seio das famílias, dos grupos nas comunidades etc. (Nota da IHU On-Line)

²⁰ **Umwelt**: mundo interno, ou seja, o vetor interno da experiência orientado para o próprio indivíduo; e a **Umgebung**, o vetor orientado para o mundo externo. Na sua constante coordenação, esses dois vetores dão acesso ao ponto de vista subjetivo do indivíduo, seu modo peculiar de estar presente, que é diverso do ponto de vista objetivo e universal do observador externo. (Nota da entrevistada)

²¹ Ernst Cassirer (1874-1945): filósofo alemão de origem judaica que pertenceu a Escola de Marburg. Foi um dos mais importantes representantes da tradição neokantiana de Marburg. Desenvolveu uma filosofia da Cultura como uma teoria dos símbolos, baseada na Fenomenologia do Conhecimento. (Nota da IHU On-Line)

Neste sentido, pode-se dizer que Guimarães Rosa foi ousado ao compor Riobaldo-Diadorim há 60 anos?

Kathrin Rosenfield – “Ousado” seria o amor de Riobaldo e Diadorim somente para quem acredita dogmática e radicalmente numa ordem heterossexual. Sentimentos fortes e amizades apaixonadas entre homens eram muito comuns em sociedades que admiravam a valentia viril e dependiam da força guerreira para sustentar seu modo de vida. Até hoje, tem culturas nas quais homens (heterossexuais) expressam sua atração pelo amigo masculino de modo bastante aberto, inclusive com carinhos físicos. É claro que esse tipo de amizade evidencia o lastro da bissexualidade potencial da natureza humana, que conhecemos bem desde Freud. Ao longo do século 19 e do 20, assistimos a diversas ondas de grande tolerância e intolerância quanto às demonstrações abertas desses afetos. É apenas natural e consequente que Rosa tenha identificado uma constelação tão comum também aqui no sertão brasileiro. E se as fantasias de Riobaldo com o corpo de Diadorim podem parecer ousadas para o machismo um tanto bruto que ainda reina em certas camadas do Brasil, Rosa tomou o cuidado de fechar seu romance com a revelação do nome Deodorina. Talvez uma cautela necessária nas circunstâncias...

IHU On-Line – No seu entendimento, qual personagem de *Grande Sertão: Veredas* é o mais instigante ou elaborado e por quê?

Kathrin Rosenfield – Seria mais fácil responder qual é o personagem menos instigante e elaborado – Otacília, evidentemente. O mais elaborado é Riobaldo – o personagem-narrador. Não preciso insistir que Diadorim é um personagem muito instigante – pois ele é o grande enigma andrógino, que nem no final revela-se bem como mulher, mas como algo que “era”, um encanto que se “desencanta” apenas para de imediato se reen-

cantar. Mas são instigantes também Nhorinhã, Maria da Luz e Hortênsia – essas últimas podem ser imaginadas como mulheres muito além da imaginação sertaneja (no Sertão, elas somente poderiam subsistir como divindades); para fazerem sentido no imaginário urbano culto, temos que vinculá-las com mulheres mais modernas: elas têm algo das lésbicas de Baudelaire²⁴ com o espírito da liberação feminina londrina e parisiense dos anos 1970.

“Ler Rosa é aprender a viver menos mecanicamente – viver sentindo e dando sentido à vida”

IHU On-Line – A senhora escreveu que Guimarães Rosa tem o mérito de mostrar que o imaginário amoroso é bastante acanhado no Brasil e que se dá um jeito para flexibilizá-lo. Comente sua afirmação.

Kathrin Rosenfield – Mulher encantadora e sofredora – raramente, como em Alencar²⁵, uma figura autônoma como Aurélia, espirituosa, forte, cheia de recursos, que consegue impor sua vontade e quebrar as convenções,

²⁴ **Charles-Pierre Baudelaire** (1821-1867): poeta e teórico da arte francês. É considerado um dos precursores do Simbolismo e reconhecido internacionalmente como o fundador da tradição moderna em poesia, juntamente com Walt Whitman, embora tenha se relacionado com diversas escolas artísticas. Sua obra teórica também influenciou profundamente as artes plásticas do século XIX. Em 1857 lança *As flores do mal*, contendo 100 poemas. O livro é acusado de ultrajar a moral pública. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁵ **José Martiniano de Alencar** (1829-1877): jornalista, político, advogado, orador, crítico, cronista, polemista, romancista e dramaturgo brasileiro. Formou-se em Direito, iniciando-se na atividade literária no Correio Mercantil e Diário do Rio de Janeiro. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos *O guarani*, *Iracema* e *Senhora*. (Nota da **IHU On-Line**)

castigando Fernando.

Papéis do Brasil rural antigo: proprietário de terras, padre, agregados, jagunços, políticos como Zé Bebelo perturbam a ordem estática, o “mulheril” reduzido a esquemas: a moça casamenteira, virgem pura, mulher-esposa-mãe ora feliz, ora infeliz e infiel, ou então as mulheres de costumes duvidosos e prostitutas. Vemos esses esquemas se repetir avançando pelo século 20 adentro – de Mario de Andrade²⁶ (*Amar, verbo intransitivo*, 1927) a Lucio Cardoso²⁷ (*Crônica da Casa Assassinada*, 1959), até Osman Lins²⁸ (*Avalovara*, 1973).

A imagem da feminidade tem na literatura brasileira um leque muito pequeno de facetas. É muito semelhante à imagem feminina na literatura alemã dos tempos de Goethe, na qual a mulher aparece em papéis muito convencionais como: virgem, esposa, prostituta, virago. Os franceses já criticaram essa “pobreza” do “eterno tricô” (paródia do “eterno feminino” goetheano). A androginia de Diadorim, como também a aura quase mítica das damas, ou deuses, da libertinagem Hortênsia e Maria da Luz, são lances muito felizes que permitem a Guimarães Rosa escapar de um imaginário erótico e feminino bastante estreito. É importante destacar que ele “escapa” dentro das possibilidades – e dos limites – tipicamente brasileiros, e nisso consiste a verdade de sua arte. ■

²⁶ **Mário de Andrade** [Mário Raul de Moraes Andrade] (1893-1945): poeta, romancista, musicólogo, historiador, crítico de arte e fotógrafo brasileiro. Um dos fundadores do modernismo brasileiro, praticamente criou a poesia moderna brasileira com a publicação de seu livro *Paulicéia Desvairada*, em 1922. Exerceu uma influência enorme na literatura moderna brasileira e, como ensaísta e estudioso (foi um pioneiro do campo da etnomusicologia) sua influência transcendeu as fronteiras do Brasil. Andrade foi a figura central do movimento de vanguarda de São Paulo por vinte anos. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁷ **Lúcio Cardoso** [Joaquim Lúcio Cardoso Filho] (1912-1968): foi um escritor, dramaturgo e poeta brasileiro. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁸ **Osman Lins** [Osman da Costa Lins] (1924-1978): foi um escritor brasileiro. Natural de Pernambuco, é autor de contos, romances, narrativas, livro de viagens e peças de teatro. O projeto literário de Osman Lins mescla-se com sua biografia, e fatos que marcaram sua história pessoal aparecem de maneira recorrente em sua obra. Um desses fatos, e talvez o mais importante, foi a perda da mãe logo após seu nascimento. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

- *Sertão é do tamanho do mundo. 50 anos da obra de João Guimarães Rosa*. Revista IHU On-Line, número 178, de 2-5-2006, disponível em <http://bit.ly/2paqcdE>

- *Machado de Assis e Guimarães Rosa: intérpretes do Brasil*. Revista IHU On-Line, número 275, de 29-9-2008, disponível em <http://bit.ly/2pt1Cre>.

- *A fundição do bem e do mal em Guimarães Rosa*. Entrevista com Eliana Yunes, publicada na revista IHU On-Line, número 292, de 11-5-2009, disponível em <http://bit.ly/2q7oE3h>.

- *Uma carta a Guimarães Rosa*. Texto de Marcus Alexandre Motta, publicada na revista IHU On-Line, número 275, de 29-9-2008, disponível em <http://bit.ly/2oEpejV>.

- *Guimarães Rosa, um amante do saber*. Entrevista com Luiz Rohden, publicada na revista IHU On-Line, número 275, de 29-9-2008, disponível em <http://bit.ly/2oEaV2T>.

- *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa*, artigo de Eduardo F. Coutinho, publicado no Cadernos IHU Ideias número 73, disponível em <http://bit.ly/2oEOL2c>.

- *O Universal e o Particular*. Cadernos IHU em Formação, número 36, disponível em <http://bit.ly/2paCW41>.

- *A exploração do conhecimento racional até seu limite*. Entrevista com Kathrin Rosenfield, publicada na revista IHU On-Line número 475, de 19-10-2015, disponível em <http://bit.ly/2pWT20V>.

METRÓPOLES

Políticas públicas e tecnologias de governo.

A centralidade das **PERIFERIAS** brasileiras.

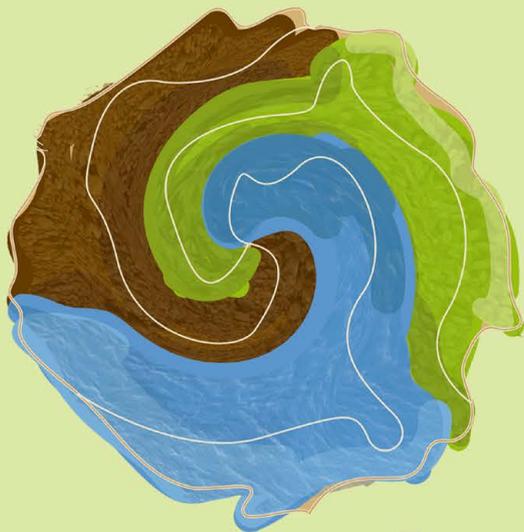
UNISINOS SÃO LEOPOLDO
22 DE MARÇO A 30 DE MAIO DE 2016

CONFERENCISTAS CONFIRMADOS:

Prof. Dr. Daniel Hirata – UFF
Prof. Dra. Christina Vital – UFF
Prof. Dr. Luis Flávio Saporì – PUC-Minas
Prof. Dr. Leandro Rogério Pinheiro – UFRGS
Prof. Dr. Gerardo Silva – UFABC
Prof. Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes – UFPE

ihu.unisinos.br

14ª Páscoa IHU



OS BIOMAS BRASILEIROS E A TEIA DA VIDA

04 de maio de 2017
Prof. Dr. Carlos Afonso Nobre
(INPE)



19h30min - Amazônia:
interações entre as florestas e a
atmosfera e sua importância
para o clima | VideoConferência

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br

 **INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS**

 **UNISINOS**
Somos infinitas possibilidades

Uma volta a Gramsci para pensar na política de nosso tempo

Guido Liguori recupera conceitos do pensador italiano em sua gênese e propõe reflexões que atualizam suas perspectivas como forma de tentar compreender o contexto do mundo hoje

João Vitor Santos | Tradução: Juan Luis Hermida

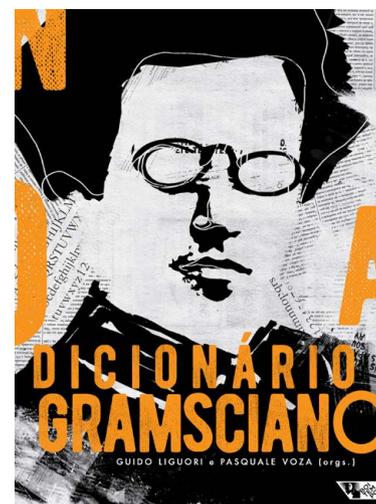
Antonio Gramsci foi uma figura importante do Partido Comunista da Itália, mas, além de seu legado para a construção dessa perspectiva política, é interessante observar seus movimentos de revisão do pensamento sobre o Partido e dos próprios conceitos. É mais ou menos o que faz quando produz suas anotações na prisão, vítima do regime de Benito Mussolini. “Gramsci desde dentro de uma prisão fascista tinha visto melhor e mais longe, e o movimento comunista internacional e também o seu partido tiveram, no final, que lhe dar a razão, pelo menos parcialmente”, destaca o professor de História do Pensamento Político, o italiano Guido Liguori. “A Internacional Comunista teve que abandonar a política sectária e extremista do final dos anos ‘20 e do início dos anos 30’, reavaliar a questão do consentimento, das alianças, da democracia, reaproximando-se assim do pensamento gramsciano”, explica.

Tal movimento pode ser interessante, por exemplo, para pensar o papel e o lugar da esquerda no mundo de hoje. “A esquerda perdeu, em muitos países, a capacidade de uma proposta independente, cultural, bem como econômica, distintamente diferente daquela das classes dominantes”, aponta Liguori, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para ele, o maior

equivoco é apostar num mesmo remédio que a direita usa para enfrentar as crises. É “curar um sistema doente (o capitalismo), embora com diferentes medicamentos”. Assim, o professor destaca que o partido o qual Gramsci “pensa está de mãos dadas com os movimentos”, pois “sabe que não deve apenas ‘ensinar’ para as massas, mas também aprender com elas”. E aponta: “hoje a política e os partidos me parecem pouco dispostos a fazê-lo”.

Guido Liguori é professor de História do Pensamento Político na Universidade da Calábria, Itália e, atualmente, presidente da International Gramsci Society Italia (IGS Italia). Juntamente com Pasquale Voza, organizou *Dicionário Gramsciano* (São Paulo: Boitempo, 2017), recentemente lançado no Brasil. Liguori também é autor de *Gramsci conteso. Storia di un dibattito 1922-1996* (Editori Riuniti, 1996) e *Sentieri gramsciani* (Carocci, 2006).

Confira a entrevista.



IHU On-Line – Como o pensamento de Antonio Gramsci¹

¹ **Antonio Gramsci** (1891-1937): foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do

Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-8-2007, intitulada *Grams-*

pode inspirar-nos a pensar sobre as crises do nosso tempo?

Guido Liguori – Há certas cate-

ci, 70 anos depois, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon231>. (Nota da **IHU On-Line**)

gorias de *Cadernos do Cárcere*² que são muito úteis para ler a realidade contemporânea. As categorias de “Estado Expandido”, de “revolução passiva”, bem como a de “hegemonia”, a mais conhecida entre as categorias de Gramsci, e outras, parecem-me as mais úteis atualmente.

A categoria gramsciana que hoje tem mais necessidade de “tradução” (outra palavra que faz parte do vocabulário de Gramsci) é aquela de “príncipe moderno”, ou seja, a sua ideia de um partido político, que me parece em crise. Mas talvez até mesmo por este aspecto, penso que Gramsci não estaria errado: o partido o qual ele pensa está de mãos dadas com os movimentos, com as classes mais baixas: ele sabe que não deve apenas “ensinar” para as massas, mas também aprender com elas. E hoje a política e os partidos me parecem pouco dispostos a fazê-lo. Obviamente sobre o significado desses conceitos, dos quais não posso estender-me aqui, referencio o *Dicionário Gramsciano* (São Paulo: Boitempo, 2017), que fiz com Pasquale Voza, e que acaba de ser traduzido no Brasil.

IHU On-Line – Que associações

² *Cadernos do Cárcere*: são um conjunto de 29 cadernos de tipo escolar escritos por Antonio Gramsci no período em que esteve preso na Itália, entre 1926 e 1937. Na verdade, os Cadernos começaram a ser redigidos em fevereiro de 1929, no cárcere de Turi, nas imediações de Bari, pouco depois de Gramsci ter obtido autorização para estudar e escrever. Durante este período prisional, Gramsci foi assistido pela cunhada, Tatiana (Tania) Schucht, que morava já há vários anos na Itália, onde sua família se refugiara do czarismo, antes de voltar gradualmente à Rússia nos anos da Revolução. A cunhada e o economista Piero Sraffa, professor em Cambridge, constituíram os elos principais da corrente que permitiu a preservação e o salvamento dos Cadernos, depois da morte de Gramsci. É também a Tatiana que se dirige à maioria das Cartas do cárcere, que, junto com os Cadernos, constituem o legado mais significativo do político e pensador sardo. A primeira edição dos Cadernos, datada do segundo pós-guerra, é dita “temática”, uma vez que seus organizadores, Palmiro Togliatti e Felice Platone, optaram por fazer uma seleção em seis volumes, de acordo com os grandes temas estudados por Gramsci: a filosofia de Benedetto Croce, a questão dos intelectuais e da educação, Maquiavel e a política moderna, o passado e o presente, o Risorgimento italiano, a literatura e a vida nacional. Em 1975, surge a edição dita crítica, organizada pelo estudioso Valentino Gerratana. Nela, os 29 cadernos são apresentados na sua ordem material. Em 2007, a Fundação Instituto Gramsci deu início à chamada “edição nacional” de todos os escritos de Gramsci, antes e depois da prisão. No Brasil, a editora Civilização Brasileira, do Grupo Editorial Record, tem uma edição de 2014 dos seis volumes dos Cadernos. (Nota da *IHU On-Line*)

– e dissociações – podemos fazer entre o que hoje chamamos de crise da esquerda no mundo com o enfraquecimento do movimento comunista e o fracasso da revolução Ocidental analisados – e vívidos – por Gramsci?

Guido Liguori – Eles são, sem dúvida, diferentes períodos históricos: Gramsci, apesar de escrever em uma prisão fascista, tinha imaginado a superação do fascismo, mas não o fim da União Soviética. Nós, especialmente na Europa, temos em comum com Gramsci o ponto de partida: viemos de uma derrota histórica. Devemos ter, como ele, a capacidade de repensar toda a situação e, como consequência, as nossas categorias.

IHU On-Line – A ideia de classe de Gramsci nos ajuda a entender a ascensão e a queda de governos progressistas na América Latina (como na Argentina e até mesmo no Brasil)? Por que e como?

Guido Liguori – A meu ver, a categoria gramsciana que nos ajuda a este respeito é a de classes baixas e classes hegemônicas: não meras aglomerações socioeconômicas de tipo sociológico, mas um conjunto de interesses e ideias, valores, aspirações, mesmo mitos.

A esquerda perdeu em muitos países a capacidade de uma proposta independente, cultural, bem como econômica, distintamente diferente daquela das classes dominantes. Não é que não há diferenças entre as receitas anticrise de direita e de esquerda, mas elas permanecem no mesmo recinto: curar um sistema doente (o capitalismo), embora com diferentes medicamentos. Nas classes populares, só temos desprezo, protestos e, em seguida, a derrota.

IHU On-line – Como os conceitos de hegemonia, sociedade civil, classes mais baixas, revolução passiva e consenso são atualizados hoje? E que outros conceitos gramscianos ganham

força no tempo em que vivemos?

Guido Liguori – Entre essas categorias, a de sociedade civil não é exatamente gramsciana. Gramsci pensa no Estado e na sociedade civil como um todo não indiferenciado, e sim intimamente relacionado. Ele diz explicitamente que o Estado-sociedade civil é uma dicotomia liberal, que ele critica.

Resta sempre atual a categoria de revolução passiva, mas lembrando que ela descreve os processos a partir de cima, que neutralizam a iniciativa das massas, mas têm conteúdo progressivo. Hoje, no entanto, as classes dominantes neoliberais agem brutalmente, pelos seus próprios interesses, sem fazer avançar a sociedade como um todo. A hegemonia da categoria continua a ser o mais comum, porque os processos culturais, ideológicos, de produção de sentido comum, portanto de consenso, estão se tornando mais penetrantes. Muita sorte teve, nos últimos anos, a categoria das classes mais baixas, uma vez que é mais rica do que a do proletariado clássico: a subordinação não é só econômica, ou em termos de força, mas é também cultural, e às vezes psicológica.

IHU On-Line – A leitura não determinista do marxismo, de Gramsci em diante, é importante para entender e atualizar o pensamento de Karl Marx³? E quais são os desafios para pensar o marxismo na pós-modernidade?

Guido Liguori – Com Marx, Gramsci é hoje o pensador marxista mais

³ **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos *Cadernos IHU ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani, que tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da *IHU On-Line*, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da *IHU On-Line*, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A *IHU On-Line* preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra de Marx *O Capital*, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da *IHU On-Line*)

conhecido no mundo, porque o seu marxismo não é economicista, não vê a economia como seu único fator determinante. Por isso, eu diria que o único marxismo à altura do nosso tempo é o marxismo de Gramsci. Não esquecendo, claro, que ele parte especificamente de Marx, de alguns dos seus escritos, de uma leitura dos seus escritos, de fato uma leitura antieconomicista.

IHU On-Line – Que conceitos de Gramsci são adotados de forma errada? A que o senhor atribui estes desvios interpretativos?

Guido Liguori – Como eu disse, o conceito de “príncipe moderno” que Gramsci teve é, hoje, o menos próximo de nós entre os seus grandes conceitos. Porque a forma partido está em crise em toda parte. Devemos perguntar-nos se a confiança excessiva no sistema parlamentar (que Gramsci não desprezava, mas não absolutizava) não é uma das causas que levaram a esta crise.

IHU On-Line – Como foi o trabalho da reconstrução do

sentido das palavras e dos conceitos presentes nos *Cadernos do Cárcere*? Quais são os maiores desafios para entender o léxico gramsciano?

Guido Liguori – Os *Cadernos do Cárcere* não são um livro bonito e acabado, entregue pelo autor para impressão. Eles são um laboratório, um *work in progress* (trabalho em andamento), um conjunto de notas tomadas no decurso de seis a sete anos. É importante datar, tanto quanto possível, as reflexões individuais de Gramsci, conectando-as com o desenvolvimento histórico; isto é, com o que estava acontecendo fora da prisão, com o que refletiu Gramsci, reconstruir o desenvolvimento e evolução dos termos e conceitos. Para as condições em que foram escritos (da prisão, a supervisão fascista, a incapacidade de dispor de livros e cadernos para escrever sem limitação), os *Cadernos do Cárcere* são textos aparentemente simples, mas, na verdade, muito difíceis de entender corretamente.

IHU On-Line – O senhor pode afirmar que, em seus últimos

escritos, Gramsci faz crítica do seu próprio pensamento? Por quê? E como fazer esses movimentos?

Guido Liguori – Eu acredito que em Gramsci há um desenvolvimento, um progresso, não uma autocrítica. Porque os fatos lhe davam a razão: a Internacional Comunista⁴ teve que abandonar a política sectária e extremista do final dos anos ‘20 e do início dos anos 30’ (que Gramsci desde a prisão rejeitou), reavaliar a questão do consentimento, das alianças, da democracia, reaproximando-se assim do pensamento gramsciano. Gramsci desde dentro de uma prisão fascista tinha visto melhor e mais longe, e o movimento comunista internacional e também o seu partido tiveram, no final, que lhe dar a razão, pelo menos parcialmente. ■

⁴ **Internacional Comunista:** é o nome dado a vários movimentos comunistas de cunho multinacional. O mais famoso foi a chamada “Terceira Internacional” também chamado de “Comintern”. A história da Internacional Comunista remonta a 1864, quando foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), integrada por organizações operárias de diversos países europeus. O mentor e principal líder da AIT era Karl Marx. A repressão e as crescentes divergências internas enfraqueceram a organização, que acabou sendo extinta em 1876. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

- *Gramsci, 70 anos depois*. Revista IHU On-Line, número 231, de 13-8-2007, disponível em <http://bit.ly/2oofZgf>.

- *Daniel Blake encontra Antonio Gramsci*. Artigo de Tarso Genro, ex-governador do Rio Grande do Sul – PT, em artigo publicado por Sul21, reproduzido nas Notícias do Dia de 28-3-2017, Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2paE4Ev>

- *A revanche de Gramsci. As derrotas da esquerda e batalha cultural*. Reportagem publicada pela revista francesa La Vie, reproduzida nas Notícias do Dia de 5-11-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível <http://bit.ly/2oE3rwJ>.

- *Iglesias: Hegemonia, Gramsci e eleições na Espanha*. Texto de Achille Mbembe, publicado pelo sítio Outras Palavras, reproduzido nas Notícias do Dia de 21-5-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2pYrmM3>.

- *O Brasil no interregno de Gramsci*. Artigo de Célio Turino, publicado por Outras Palavras, reproduzido nas Notícias do Dia de 21-6-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2oosgBm>.

A guerra e o uso do poder militar no subcomplexo de segurança do Levante no Pós-11 de setembro

Carla A. R. Holand Mello

O Oriente Médio tem sido a região mais militarizada do mundo em termos de esforços básicos de defesa; gasta muito mais do que qualquer outra do mundo em forças militares como um percentual do PIB, como uma porcentagem das despesas dos governos centrais, e em termos de armas como um percentual do total das importações.

Carla A. R. Holand Mello é mestre em Estudos Estratégicos Internacionais e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente é doutoranda no mesmo tema na mesma instituição. É professora do curso de Relações Internacionais da Unisinos, tendo atuado também no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Eis o artigo.

73

No Pós-11 de setembro, a retórica da guerra global ao terror passou a fazer parte do discurso, tanto dos EUA para o Oriente Médio, quanto de Israel em relação a seu conflito doméstico e fronteiriço na região do Levante. A percepção árabe da presença norte-americana no CRS¹ desgastou-se cada vez mais, colocando os EUA em um dilema de luta contra o terror e, ao mesmo tempo, pela “liberdade” dos países da região de grupos não-estatais como a Al-Qaeda. As negociações sírio-israelenses pelas Colinas de Golã também fazem parte deste contexto.

Também, é importante ressaltar a parceria estratégica entre Israel e Turquia, com a Jordânia como parceira secundária. Desde 1996, ambos os países desenvolveram uma ampla gama de cooperações militares manifestas, incluindo trocas entre suas inteligências, treinamento conjunto, e extensivo comércio de armamentos. Suas necessidades e capacidades militares são complementares em um amplo espectro. Juntos eles também conseguem aumentar sua presença e apelo em Washington.

Na atualidade está ocorrendo uma mudança na base dos conflitos na região. Onde antes prevaleciam conflitos interestatais, como nos casos das guerras árabe-israelenses, o que se nota hoje é a presença do elemento de ameaça doméstica nos países através de grupos extremistas e/ou terroristas dentro dos próprios Estados. Sendo assim, muito dos gastos militares que antes eram utilizados em melhorias e em disputas em corridas armamentistas entre os países da região como forma de contenção de conflitos, passaram hoje a ser deslocados para provimento de capacidades internas para o combate a estes grupos, caso, por exemplo, de Israel e do Líbano.

Seja qual for a dimensão internacional da causa pela qual os conflitos na região ocorrem (cultural, religiosa, etc.), é importante salientar que a militarização dos Estados, por conta destes conflitos, também vem a agravar os conflitos no interior destes mesmos Estados,

¹ Este conceito foi cunhado para analisar diferentes regiões do mundo em termos securitários. Mais detalhes acerca do termo podem ser consultados na obra “Regions and Powers: the structure of International Security” (2003). Adotaremos a sigla CRS (complexo regional de segurança) ao longo do texto como forma de abreviar a expressão. (Nota da autora)

“Os Estados do Oriente Médio vieram a ser controlados pelos militares e elites de segurança cujas preocupações e modos de governo dominaram a sociedade como um todo”

visto que grupos e atores não-estatais se valem do aparato militar já formado, e que é repassado de país para país, para realizarem suas ações (HALLIDAY, 2005).

Halliday (2005) afirma que o Oriente Médio se manteve uma área onde assuntos militares, e também aquilo que está incluído no termo vago “militarismo”, tiveram um impacto preponderante: os orçamentos militares tomaram grande parte das despesas de Estado, e as compras de armas foram, durante décadas, as mais elevadas para os países do mundo não desenvolvido. Os Estados, portanto, vieram a ser controlados pelos militares e elites de segurança cujas preocupações e modos de governo dominaram a sociedade como um todo. O Egito, no Levante, é um bom exemplo dessas sociedades militarizadas.

É importante salientar também que os conflitos regionais além de desenvolverem ainda mais as capacidades militares, em particular, ocasionaram uma corrida armamentista na região. No início de 2004, nenhum Estado da região, com exceção de Israel, havia adquirido capacidade nuclear, mas se sabia, com base nas provas recolhidas pelos inspetores da ONU depois de 1991, que o Iraque já havia procurado desenvolver essa capacidade. Uma década mais tarde, e na véspera do ataque dos EUA em março de 2003, o país ainda possuía teoricamente, segundo os especialistas, a capacidade financeira para fazê-lo. Em outros Estados, nomeadamente o Irã e a Arábia Saudita, acreditava-se que tivessem mostrado interesse em longo prazo para a aquisição de tal capacidade. Isso foi em ambos os casos, não apenas em resposta à força nuclear israelense, mas também por causa da preocupação sobre o que, no futuro, o Iraque poderia fazer. Ressalta-se que esta incipiente nuclearização da região não foi encorajada por potências externas.

Assim, o Oriente Médio tem sido a região mais militarizada do mundo em termos de esforços básicos de defesa. A região gasta muito mais do que qualquer outra do mundo em forças militares como um percentual do PIB, como uma percentagem das despesas dos governos centrais, e em termos de armas como um percentual do total das importações. Entretanto, atualmente nenhum Estado do Oriente Médio tem tido a capacidade de modernizar suas forças armadas nos termos do uso da força e tecnologia adotados por países como os EUA. Nenhum país tem gastado o necessário para manter o tamanho total de suas estruturas de força, nem para modernizá-las de forma competitiva com a modernização militar no Ocidente, e nem para trazê-las para o nível adequado de preparação e sustentação (CORDESMAN, 2004).

O papel das forças militares está mudando. O equilíbrio militar convencional está mudando de uma base em guerra convencional entre Israel e seus vizinhos árabes para um equilíbrio baseado na paz e na dissuasão. Há pouca perspectiva no curto e médio prazos de que Israel lutará uma grande guerra contra todos ou a maioria de seus vizinhos árabes.

Assim, através do exemplo do Levante, o apelo à guerra e ao uso do poder militar fazem parte da dinâmica política do Oriente Médio e isto, ao que parece, não tem ainda uma data para mudar. ■

Referências

BUZAN, Barry & WÆVER, Ole. (2003). *Regions and Powers: the structure of International Security*. Cambridge-UK, Cambridge University Press. ISBN 0521891116. 564 páginas

CORDESMAN, Anthony (2004). *The Military Balance in the Middle East, an Analytic Overview: Military Expenditures and Arms Transfers, Major Arms by Country and Zone, and Qualitative Trends*. Arleigh A. Burke Chair in Strategy. Center for Strategic and International Studies - CSIS. Washington, DC.

HALLIDAY, Fred (2005). *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. Cambridge-UK, Cambridge University Press. ISBN 978 - 0 - 511 - 10365 - 2

ObservaSinós

OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DO VALE DO RIO DOS SINOS

14h - Painel "Saúde e as Políticas Públicas para a Adolescência"



**Profa. Dra. Rosângela
Barbiani – UNISINOS**

**09 de maio de 2017
(Terça-feira)**

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

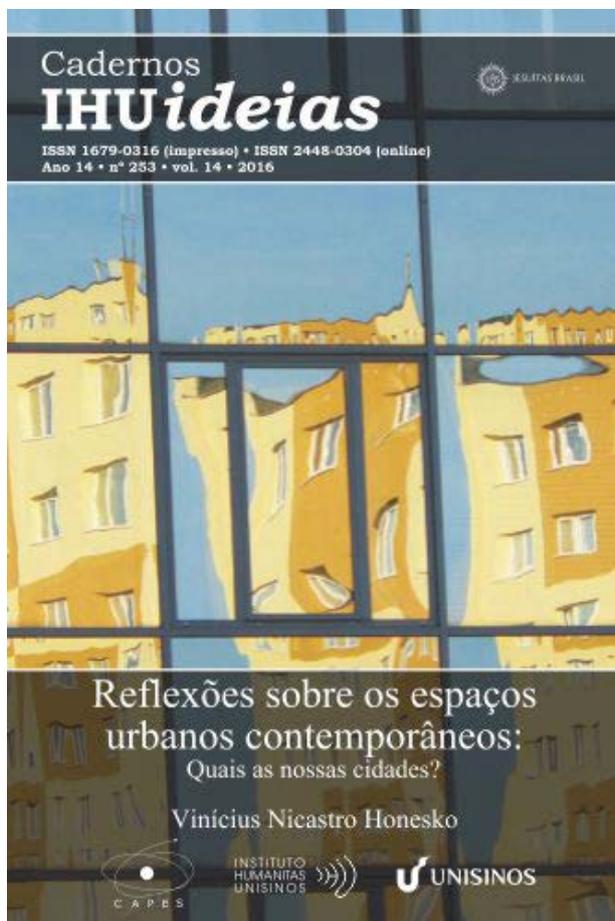
ihu.unisinos.br

Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: Quais as nossas cidades?

O **Cadernos IHU ideias** número 253 traz o artigo *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: Quais as nossas cidades?*, assinado por Vinícius Nicastro Honesko, professor da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

No texto, a partir dos problemas em torno da governabilidade, o autor “pretende desenvolver alguns aspectos relacionados à localização – de um ponto de vista teórico – do governo nos espaços urbanos contemporâneos”. Assim, recupera ideias de pensadores do governo e da cidade, como Michel Foucault, Jean-Luc Nancy, Giorgio Agamben, Massimo Cacciari, entre outros, para “demonstrar como as concepções de cidade e política passaram, com as mudanças na sistemática capitalista recente, por alterações fundamentais. Assim, propõe uma abordagem que visa a apresentar outras chaves de leitura aos possíveis modos de composição de uma forma de espaço de habitação – espaço de compartilhamento da vida – para os viventes humanos”.

Esta e outras edições do **Cadernos IHU ideias** podem ser obtidas diretamente no **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política

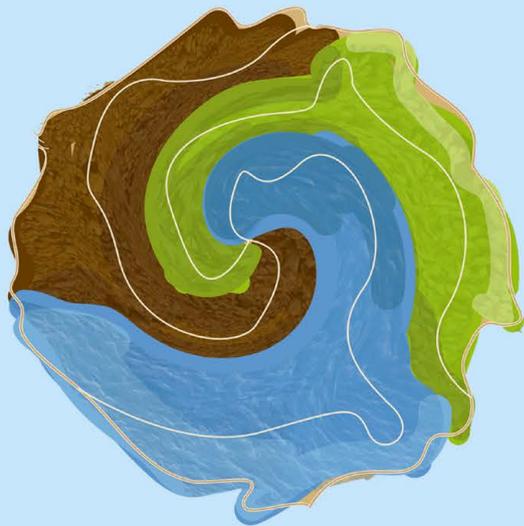
Em sua edição de número 120, o **Cadernos Teologia Pública** publica artigo de Amos Yong, teólogo pentecostal e diretor do Centro de Pesquisas Missiológicas, professor de Teologia e Missão no Fuller Theological Seminary, intitulado *Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política*. O texto foi proferido no Fuller Theological Seminary, realizado em Pasadena, Estados Unidos.



Na apresentação do texto, o autor destaca que “atualmente, é comum pensar em missão e missiologia quando o pentecostalismo aparece no discurso acadêmico. Já a expectativa de que se leve em consideração a relação com o político e com a teologia política ou pública é menor”. Yong segue afirmando que “gostaria de considerar, ainda que muito brevemente, o que acontece missiologicamente quando pensamos no pentecostalismo e no espaço público”. Sua tese é de que “a espiritualidade pentecostal, particularmente suas práticas de oração, profecia e louvor, fomenta posturas políticas que são relevantes para a missão cristã no século XXI”.

Esta e outras edições do **Cadernos Teologia Pública** podem ser obtidas diretamente no **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.

14ª Páscoa IHU



OS BIOMAS BRASILEIROS E A TEIA DA VIDA

31 de maio de 2017

Haroldo Schistek

(Teólogo e agrônomo) - IRPAA

78



19h30min – Bioma Caatinga:
políticas de conservação/
preservação e o a paradigma da
“Convivência com o Semiárido”

Local: Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU | Unisinos

ihu.unisinos.br

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

UNISINOS

Somos infinitas possibilidades

Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-antiores



A organização do mundo do trabalho e a modelagem de novas subjetividades

Edição 416 | Ano XIII | 29-4-2013

“As novas configurações do mundo do trabalho, seus impactos na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras e seus desafios para a organização e a luta da classe trabalhadora pautaram a edição de abril de 2013 da **IHU On-Line**, alusiva ao Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. Temas como as novas tecnologias que atravessam as lógicas do dito mundo produtivo já estavam na pauta.”



O mundo do trabalho e a crise sistêmica do capitalismo globalizado

Edição 291 | Ano IX | 4-5-2009

“A Organização Internacional do Trabalho estimou em 2009, no relatório “Global Employment Trends”, que a recessão global poderia gerar neste mesmo ano, um contingente adicional de desempregados entre 18 milhões e 30 milhões de pessoas. Depois de ter tratado, em várias edições anteriores, a crise sistêmica do capitalismo flexível, financeirizado e global, nesta edição a **IHU On-Line** busca descrever o seu impacto sobre o mundo do trabalho.”

As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho



As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho

Edição | Ano V | 24-10-2016

“As novas tecnologias têm permitido desenvolver obras coletivas, de livre acesso, sem direitos autorais. A Wikipédia é um exemplo disso. Exemplos como esse serviram de alerta para abrirmos o debate na edição atual da **IHU On-Line**. Qual a importância dessas obras e do trabalho imaterial que elas demandam? Como controlar a qualidade? Que transformações o trabalho cognitivo induz na vida do trabalhador e da trabalhadora? Como é entendida a questão dos direitos autorais em produções coletivas? Essas e outras questões são o norte para o debate desse número.”

leia nesta edição Editorial p. 2

Tema de capa

Introdução

Paulo Vitor: “O cenário social como interação dialética entre sujeitos de carne e osso” p. 3

Robert Katz: “Novos relacionamentos não podem ser criados por novas tecnologias” p. 5

James Miller: “Migração para uma sociedade livre e aberta” p. 14

Caio Vinciguerra: “Um panorama sobre a nova divisão regional do trabalho” p. 16

Eduardo Batista Vitorino de Castro: “O concreto não afeta, e o pensamento não produz o quê?” p. 20

Caio Schwingel: “A laje diferenciada de se relacionar com o conhecimento” p. 24

Destaque da semana

Entrevista da semana: Cláudio Vitorino: “Novos modos: uma introdução de multiplicidade de visões de mundo” p. 29

Letra da semana: Evandro Soares Teixeira: “A Regulação de razão, pensamento abstrato e trabalho: Antropologia em Casa” p. 37

Tecnologia Pública: Renato Galvão: “A contradição não é a última página” p. 40

IHU em revista

Evento p. 43

IHU Reporter p. 43

Bate de Letra p. 66

5º CICLO DE ESTUDOS

METRÓPOLES

Políticas públicas e tecnologias de governo.

A centralidade das
PERIFÉRIAS brasileiras.

A escalada da violência diante dos avanços econômico-sociais na (re)produção das metrópoles

Prof. Dr. Luis Flávio Saporì
– PUC-Minas



27 de abril (quinta-feira) | 19h30min
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

ihu.unisinos.br

VideoConferência – Amazônia: interações entre as florestas e a atmosfera e sua importância para o clima

Prof. Dr. Carlos Nobre – INPE

04 de maio de 2017 (quinta-feira) | 19h30min
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU



14º Páscoa IHU

OS BIOMAS BRASILEIROS
E A TEIA DA VIDA

ihu.unisinos.br



O Cerrado Brasileiro:
berço das águas e celeiro do mundo

Prof. Dr. José Felipe Ribeiro

– Universidade de Brasília – UnB

08 de maio de 2017 (segunda-feira)

19h30min | Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

ihu.unisinos.br

14º Páscoa IHU

OS BIOMAS BRASILEIROS
E A TEIA DA VIDA



ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br

twitter.com/_ihu

bit.ly/faceihu

bit.ly/instaihu

bit.ly/youtubehiu

medium.com/@_ihu